



AEP
FUNDAÇÃO

SERRALVES

JORNADAS EMPRESARIAIS

“Portugal 2020”

FUNDAÇÕES AEP | SERRALVES

12 de Novembro de 2010



Patrocinador exclusivo



AEP
FUNDAÇÃO

SERRALVES

JORNADAS EMPRESARIAIS

“Portugal 2020”

FUNDAÇÕES AEP | SERRALVES

12 de Novembro de 2010



Patrocinador exclusivo

Título
Jornadas Empresariais
Fundação AEP | Serralves
"Portugal 2020"

Edição
Fundação AEP

Capa
Webrand

Execução Gráfica
XXXXXXXX

Depósito Legal N° 00000000

ISBN N° 978-989-20-2568-1

Porto, Maio 2011

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	05
PROGRAMA	06
COMUNICAÇÕES	09
Primeira sessão - Moderador: Dr. Paulo Nunes de Almeida	
Doutor José Pacheco Pereira	13
Prof. Doutor Manuel Vilares	25
Segunda sessão - Moderador: Prof. Doutor Luís Valente de Oliveira	
Dr. José Felix Ribeiro	47
Engº. Luís Mira Amaral	63
Terceira sessão - Moderador: Engº. José António Barros	
Engº. João Serrenho	79
Engº. José Carlos Caldeira	85
Engº. Vergílio Folhadela Moreira	97
Quarta sessão - Moderador: Engº. Luís Braga da Cruz	
Dr. Luís Filipe Pereira	125
Prof. Doutor Sebastião Foyo de Azevedo	133
Quinta sessão - Moderador: Engº. José António Barros	
Dr. Carlos Costa	155
Dr. António Vitorino	159

INTRODUÇÃO

Há uma longa tradição, na esfera da AEP-Associação Empresarial de Portugal, de reflectir sobre os problemas do País, das Empresas, dos sectores com mais problemas ou com mais potencialidades.

Compreende-se, por isso, que a primeira iniciativa da Fundação AEP seja reatar essa boa prática, tanto mais que os tempos que atravessamos reclamam de nós todos uma acção esclarecida que pressupõe uma reflexão e uma discussão franca.

Para tornar patente que os problemas não são somente das Empresas mas que cruzam a Sociedade em muitas direcções, propusemos associar-nos à Fundação de Serralves – ela própria com grande prática neste campo – para levar a efeito as Primeiras Jornadas AEP-Serralves nas quais se debatem os principais problemas que afligem o País e algumas soluções para o fazer mudar de rumo.

Escolhidos os sectores, propusemo-los a académicos, políticos e empresários que connosco quisessem colaborar.

Todos manifestaram a sua disponibilidade para o fazer. O resultado está registado nas páginas seguintes. Compreende-se que estejamos muito reconhecidos a todos os palestrantes.

Queremos agradecer, também, à KPMG o indispensável apoio material à realização do encontro.

E não podemos deixar de manifestar o nosso apreço às mais de três centenas de participantes que manifestaram, durante o dia, um interesse que nunca esmoreceu e que, dessa forma, nos anima a continuar.

Paulo Nunes de Almeida

Presidente da Fundação AEP

PROGRAMA

12 de Novembro de 2010 - Auditório Fundação de Serralves

09h00 Acreditação dos convidados

09h30 PRIMEIRA SESSÃO

Moderador

Dr. Paulo Nunes de Almeida - Presidente da Fundação AEP

09h35 1ª Palestra - "Uma Visão para Portugal 2020"

Doutor José Pacheco Pereira

10h30 2ª Palestra - "A Economia Portuguesa nos últimos 50 Anos Evolução e Tendências"

Prof. Doutor Manuel Vilares

11h15 Intervalo

11h30 SEGUNDA SESSÃO

Moderador

Prof. Doutor Luís Valente de Oliveira - Administrador da Fundação AEP

11h35 3ª Palestra - "Visão Prospectiva da Evolução"

Dr. José Felix Ribeiro

12h15 4ª Palestra - "O Sistema Energético Português e a contribuição das fontes renováveis"

Engº. Luís Mira Amaral

13h00 Almoço

14h00 TERCEIRA SESSÃO

Mesa Redonda - "O futuro da Indústria em Portugal"

Moderador

Eng.º José António Barros - Presidente da AEP

Intervenientes

Eng.º João Serrenho

Eng.º José Carlos Caldeira

Eng.º Vergílio Folhadela Moreira

15h30 Intervalo

15h45 QUARTA SESSÃO**Moderador**

Eng.º Luís Braga da Cruz - Presidente da Fundação de Serralves

15h50 5ª Palestra - "Internacionalização das Empresas Portuguesas"

Dr. Luís Filipe Pereira

16h30 6ª Palestra - "Os Recursos Humanos. O Papel das Universidades. O Papel da Investigação"

Prof. Doutor Sebastião Feyer de Azevedo

17h15 QUINTA SESSÃO**Moderador**

Eng.º José António Barros - Presidente da AEP

17h20 7ª Palestra - "Desafios imediatos e de médio prazo da economia portuguesa"

Dr. Carlos Costa

18h00 8ª Palestra - "Da União Económica à União Política"

Dr. António Vitorino

18h45 Porto de Honra

COMUNICAÇÕES

PRIMEIRA SESSÃO

Abertura das Jornadas feita pelo Presidente do Conselho de Administração da Fundação AEP

Moderador

Dr. Paulo Nunes de Almeida - Presidente da Fundação AEP

1ª Palestra - "Uma Visão para Portugal 2020"

Doutor José Pacheco Pereira

2ª Palestra - "A Economia Portuguesa nos últimos 50 anos. Evolução e Tendências."

Prof. Doutor Manuel Vilares

PRIMEIRA SESSÃO

Moderador - Dr. Paulo Nunes de Almeida

Muito bom dia. Quero, em nome da Fundação AEP, e nestas jornadas AEP Serralves, dar as boas-vindas a todos os presentes, agradecer o facto de estarem aqui hoje connosco ao longo desta grande jornada, a que vamos ter oportunidade de assistir. Começaria por dizer que vamos retomar as jornadas de Vidago, que durante vários anos a AEP organizou, agora com um novo formato, um formato mais adaptado aos novos tempos, começando por concentrar - num só dia - a actividade das jornadas e fazendo-a em parceria com a Fundação Serralves, porque entendemos que também nós, instituições, ou em particular, nós instituições, com a responsabilidade que temos, devemos dar o exemplo de tentar aproveitar as sinergias e as complementaridades que existem, neste caso, entre a Fundação AEP e a Fundação Serralves. Portanto, podermos, em conjunto, ir mais longe e ter a capacidade de organizar umas jornadas como estas, que vamos aqui levar a cabo.

O que pretendemos, com este programa, é um debate prospectivo sobre Portugal 2020, abordando diferentes temas, mas aqueles que nos parecem ser importantes para podermos pensar um pouco para além daquilo que nos tem ocupado nos últimos tempos, que é uma discussão mais focalizada sobre as questões de natureza conjuntural, mais sobre as preocupações do dia-a-dia, e que muitas das vezes acabam por não nos permitir, da forma como hoje pretendemos levar a cabo nesta sessão, poder analisar - com maior profundidade - aprofundando mais as questões estratégicas e pensar um pouco mais no futuro de Portugal.

Essa é a nossa missão, é a missão que cabe a uma Fundação com as características da nossa, e que hoje faz aqui a sua primeira apresentação pública.

A Fundação AEP foi constituída no final do ano passado, viu, há cerca de dois meses, reconhecido o seu estatuto, e, a partir daí, lançamo-nos num conjunto de actividades que, em 2011, terão, com toda a certeza, uma intervenção bastante mais forte do que, naturalmente, teriam no nosso primeiro ano de arranque.

Constituímos esta Fundação com um capital de 2,5 milhões de euros, tendo connosco um conjunto de cerca de 50 empresas que se associaram desde o primeiro dia à AEP, e com isso foi constituído o capital inicial, que agora irá ser aumentado com transferências sucessivas de activos da AEP para a Fundação AEP, de forma a garantir a sua sustentabilidade. Pensámos, também, que a constituição da Fundação iria contribuir para a tão desejada reorganização do movimento associativo, porque, muitas das vezes, foram as questões de natureza patrimonial que impediram que o movimento associativo se reorganizasse, e ao concentrar numa Fundação, à semelhança do que o nosso parceiro de Lisboa - a Associação Industrial Portuguesa - já tinha feito, o nosso património, estamos em condições para poder, com maior facilidade, ou com menos problemas, como se tinham verificado até aqui, fazer essa mesma reorganização associativa, que neste momento já viu concretizado o seu primeiro passo, e que é público. O entendimento entre a CIP, a AIP e a AEP, para a constituição de uma nova CIP, o trabalho está feito, houve um grande empenho do Presidente da AEP, Eng.º José António Barros e dos seus colegas das outras duas instituições, e, neste momento, podemos dizer que no início de Janeiro, na primeira

semana de Janeiro, se irão realizar as eleições para a nova confederação, onde cada uma das três partes vai indicar um terço dos órgãos sociais, e não somos apenas nós, AIP e AEP, que nos vamos juntar a esta nova confederação, mas são também um conjunto muito alargado de associações de natureza regional e de natureza sectorial, que hoje estão ligadas à AIP e à AEP e que vão também integrar essa nova confederação.

Penso que estamos a dar um passo importante, estamos a dar um bom exemplo ao país neste momento particularmente difícil, e por isso, a constituição da Fundação AEP, já neste momento posso dizer, que contribuiu para que este grande passo tenha sido dado. Antes de passar a palavra aos nossos convidados deste primeiro painel, eu gostava de fazer apenas alguns agradecimentos, em primeiro lugar, ao meu colega, Presidente da Fundação Serralves, Eng. Luís Braga da Cruz, pela forma como, desde o primeiro dia, respondeu, afirmativamente, ao desafio que lançamos à Fundação, e penso que não vamos ficar por aqui, aliás, já tivemos ocasião de trocar impressões sobre isso, eu acho que os pontos de contacto entre estas duas Fundações e o facto de termos a nossa sede na cidade do Porto, vão contribuir para que, nos nossos planos de actividade, possam surgir mais acções entre as duas Fundações, e agradecer a oportunidade de nos receber em sua casa, nestas magníficas instalações. Uma palavra de reconhecimento ao Sr. Prof. Valente de Oliveira, Administrador da Fundação e que liderou a organização destas jornadas, e também às equipas da Fundação AEP e da Fundação de Serralves que com ele trabalharam, a todos os oradores que hoje vão estar aqui connosco, são muitos. Como tiveram oportunidade de ver temos um grande programa, temos que ser rigorosos na gestão do tempo, mas tenho a certeza que os oradores que hoje vão estar aqui connosco, pela sua qualidade, pelo seu passado e por aquilo que nos vão transmitir, irão, de facto, ser a grande mais-valia destas jornadas, à KPMG, empresa que nos apoia nesta iniciativa e que, também, desde o primeiro dia esteve ao nosso lado para colaborar para que estas jornadas AEP Serralves se concretizassem, também à Sogrape, que nos vai apoiar no Porto de Honra final, e - por último - um agradecimento a todos. É com a vossa presença que nós vemos justificado o nosso trabalho, e espero, ou tenho a certeza que será de utilidade para todos. Não me estendo mais, tive apenas oportunidade, na qualidade de moderador deste primeiro painel, de fazer estas palavras introdutórias e falar um pouco sobre a Fundação, porque é a primeira oportunidade que tenho de, junto dos empresários, dos académicos, enfim, de todos os convidados que estão hoje aqui connosco, de o fazer, mas passava, de imediato, à primeira apresentação. São duas personalidades que, na realidade, dispensam apresentações.

O Prof. Doutor José Pacheco Pereira vai-nos falar de uma visão para Portugal em 2020, e o Prof. Doutor Manuel Vilares, abordará as tendências de evolução apreciadas através das séries estatísticas longas. De imediato, passava a palavra ao Prof. Doutor José Pacheco Pereira.

Obrigado

PRIMEIRA SESSÃO

1ª Palestra - "Uma Visão para Portugal 2020"

Doutor José Pacheco Pereira ⁽¹⁾

Deputado à Assembleia da República pelo Partido Social Democrata

Muito obrigado, em primeiro lugar, à Fundação AEP e à Fundação de Serralves pela gentileza do convite. Tendo participado nas jornadas originais, de Vidago, tenho, evidentemente, muito gosto em continuar essa reflexão agora nesta discussão que vamos ter colectivamente.

O que me foi proposto foi fazer uma análise, que é sempre particularmente, arriscada, que é como será Portugal em 2020. É evidente que essa análise pode ser feita utilizando instrumentos, enfim, científicos, rigorosos, usando as estatísticas, tentando prever tendências; mas a vida política, a vida económica e a vida social em Portugal, têm, ao mesmo tempo, um elevado grau de previsibilidade e um elevado grau de imprevisibilidade, e – por isso – é sempre um exercício muito difícil. Infelizmente, eu estou convencido de que a próxima década será uma década com elevado grau de previsibilidade, mas, como em todas estas coisas, quando nós raciocinamos em relação a 2020 e em relação a 2010, temos também que chegar à conclusão de que, apesar de tudo aquilo que caracteriza a história, é, em grande parte, a surpresa e há sempre uma surpresa em qualquer esquina.

Costumo dar como exemplo algo que hoje é relativamente trivial mas que, se fosse dito há 10 anos, há 15 anos, geraria uma enorme surpresa, por exemplo, o facto de Portugal, neste momento, ter tropas no Afeganistão e no Kosovo. Algo que seria absolutamente inimaginável há uma década atrás e, no entanto, hoje é aceite com bastante trivialidade, em função da situação internacional.

Infelizmente, a década que me cabe antecipar ou tentar prever será, talvez, uma das décadas mais negras da nossa História contemporânea. Eu tenho poucas dúvidas em relação ao facto de que a crise que atravessamos é uma crise que durará vários anos, na melhor das hipóteses, para ser resolvida, pelo menos uma década, e essa década será uma década que não ficará, certamente, na História portuguesa como uma década feliz. Vamos ter que atravessar um longo período de vacas magras, muito magras, e um longo período de dificuldades, de conflitualidade, de perda de expectativas, e isso é, talvez, o pior que se pode dizer da História de um país.

É evidente que pagamos o preço do que fizemos nos anos anteriores, mas a verdade é que essa década, de facto difícil, essa década negra, é possível de prever com relativa segurança se tivermos em conta – e é essa análise que vou fazer – quais as condicionantes actuais que, de alguma maneira, limitam a nossa liberdade de actuação, em relação ao que podemos fazer na próxima década. É evidente que vou parecer muito pessimista, tenho sempre esta convicção, já que há sempre a reacção de que o pessimismo é normal, mas eu acho que o pessimismo tem mais relação com a lucidez, nos dias de hoje, do que, propriamente, o optimismo. O optimismo é mais uma atitude, é mais uma atitude de vontade, enquanto o pessimismo é, de facto, um exercício de lucidez que nós temos que ter, se quisermos defrontar estes anos difíceis com alguma segurança. Portanto, o que

(1) A versão publicada não foi revista pelo autor.

vou fazer é enumerar as condicionantes da nossa vida colectiva que vão ser fundamentais nos próximos dez anos. Algumas dessas condicionantes são sobre áreas que não são a minha especialidade, portanto, eu irei enumerá-las, mas não falarei, extensivamente, sobre elas, e noutras serei mais detalhado na sua análise.

Nós temos, essencialmente, quatro tipos de condicionantes, que vão ser fundamentais para definir o que serão os próximos dez anos. Temos condicionantes de ordem económica e financeira, temos condicionantes de ordem social, temos condicionantes de ordem política e temos condicionantes de ordem internacional. Todas elas estão ligadas entre si, mas a verdade é que elas nos dizem com clareza aquilo que vão ser, quando nós utilizamos o termo condicionantes quer dizer, de facto, restrições objectivas à nossa liberdade, ou seja algo sobre cujo terreno, sobre cujo pedestal nós vamos ter que actuar. Mais vale ser lúcido sobre elas do que, propriamente tentar metê-las debaixo do tapete. As condicionantes de ordem económica e financeira são aquelas sobre as quais eu falarei menos, na medida em que não são a minha área de especialidade e são, certamente, aquelas que os senhores têm uma visão mais nítida e clara, essas condicionantes são conhecidas: é o problema do défice, é o problema da dívida, é o problema da falta de competitividade da nossa economia e o problema da crise do modelo social. Estas condicionantes são evidentes, todas elas vão actuar, todas elas estão a actuar, e todas elas têm um prazo, enfim, médio, já para não falar de longo-médio prazo, em que estas condicionantes actuais não vão desaparecer. Vamos ter que defrontar o problema do défice e da dívida, certamente, na próxima década; os problemas de competitividade da nossa economia também não são fáceis de resolver de imediato; e a crise que está inscrita no modelo social, quer europeu quer português, também não desaparecerá de um dia para o outro, se é que irá desaparecer. Muito provavelmente o que acontecerá é que a inércia fará com que este modelo social continue, só que continuará sempre numa situação de perda. Não vou, como vos disse, detalhar muito esta primeira parte, mas gostaria de vos chamar à atenção que há um efeito directo desta primeira parte das condicionantes económicas e financeiras que é relativamente novo e é um efeito que tem a ver com os condicionamentos internacionais. O principal efeito, a curto prazo, que esta crise que atravessamos trouxe, foi a efectiva perda de soberania e independência nacional e isto tem enormes repercussões no resto dos outros factores, no resto das outras condicionantes. Claro que nós podíamos sempre dizer que a nossa dependência do estrangeiro, a nossa dependência de decisões europeias, a nossa dependência da conjuntura internacional existe sempre mas, neste momento, nós demos um passo em frente, ou seja, passamos de uma independência que se manifesta como um factor geral, conjuntural, estrutural, para uma dependência conjuntural a mais curto prazo, ou seja a deslocação de centros de decisão que até agora eram, em grande parte, nacionais, para o terreno internacional. Nós aceitamos, com a maior das facilidades, que exista hoje aquilo que os diplomatas chamam de "droi de regard" sobre o nosso orçamento. O que significa, na prática, abandonarmos a ideia de que o Parlamento Português, os parlamentos cuja existência têm muito a ver com o seu controlo sob o orçamento, com o controlo das despesas e receitas do Estado, possam estar dependentes de uma instituição internacional, que ela própria já não é hoje na Europa, verdadeiramente internacional, mas depende das decisões, em grande parte, da Alemanha. Nós podemos, do ponto de vista racional, considerar que até é bom, podemos dizer que, racionalmente, mais vale alguém que, de facto, não gasta indevidamente e que é cuidadoso com os dinheiros públicos, mas isto tem um enorme efeito perverso na vida política e na vida social dos portugueses. Não podemos ver a maioria destes efeitos como sendo

PRIMEIRA SESSÃO

meramente económicos, eles podem até ter alguma racionalidade económica, mas o seu efeito político começa a estar à vista, pela própria degradação da nossa autonomia política. Temos hoje uma vida política, em grande parte, fictícia, exactamente porque as decisões fundamentais se deslocaram para o exterior e, ao se deslocarem para o exterior, o que nós fazemos é, em grande parte, gerir os efeitos dessas decisões e não, propriamente, ter capacidade para as mudar. Portanto, os condicionamentos económicos e financeiros, sobre os quais eu falei pouco, tiveram o efeito de agravar a nossa dependência internacional, e a dependência internacional num quadro muito diferente daquele que existia há meia dúzia de anos, ou seja, a nossa crise conduziu-nos a uma dependência internacional num quadro de crise europeia, em que a própria União Europeia está a sofrer mudanças estruturais muito significativas.

O segundo aspecto tem a ver com os condicionamentos sociais, que são vários. Em primeiro lugar o aumento da pobreza que Portugal nunca, verdadeiramente, conseguiu eliminar de forma significativa. O que acontece é que, em vez de diminuirmos a pobreza, aumentamos os factores de pobreza e alargamos a pobreza para áreas sociais de onde ela tinha sido erradicada, ou não existia já há algum tempo e, portanto, este factor de crescimento. Estamos mais pobres e os mais pobres são, normalmente, os que pagam o preço deste *estarmos mais pobres* e este aumento da pobreza significa, também, que o um número significativo de pessoas está entregue a si própria e nas piores condições. O impacto dramático do desemprego, mesmo apesar de todas as almofadas sociais que existem em certas áreas, em relação ao efeito do desemprego. Este impacto dramático não é apenas económico, é também do ponto de vista da dignidade pessoal e humana. O desemprego feminino, por exemplo, que tinha dado às mulheres, principalmente no Norte do país, a possibilidade de terem uma relativa autonomia em relação, por exemplo, aos maridos; o facto de as mulheres hoje, em muitos casos, serem as primeiras a serem desempregadas, significa que a própria condição de autonomia e dignidade das pessoas está a recuar, provavelmente, a última coisa que uma mulher que trabalhava antes e que agora está desempregada fará é cortar na comida dos filhos ou naquilo que diz respeito à vida familiar no que é considerado fundamental. Mas corta, em primeiro lugar, em si própria; e esta quebra de dignidade e de autonomia feminina é um retrocesso social muito significativo. E é apenas, por exemplo, um dos efeitos do desemprego que é, do ponto de vista subjectivo, das coisas que mais atingem a noção individual da dignidade das pessoas. Com o prolongamento no tempo de desemprego, estes efeitos depressivos, até de desespero que o desemprego trará que estão muito para além da realidade económica, vão, certamente, verificar-se com maior equidade. Depois há um crescimento, há uma consolidação da mediania. Normalmente, nunca falamos da mediania, falamos só da pobreza e da riqueza, mas na verdade é que nós temos um problema, temos uma sociedade que se estabeleceu numa relativa mediania, ou seja, quando eu digo mediania, digo pessoas cuja saída da pobreza é relativamente recente, cuja memória da pobreza é muito forte. Basta olhar para os pais e para os avós, portanto, que é, normalmente, como as famílias ou as pessoas, individualmente, raciocinam sobre a sua própria situação, que é olhando para trás, olhando para a sua história mais imediata. E a verdade é que na sua história muito imediata, encontram uma memória da pobreza muito recente e, portanto, uma satisfação com a relativa mediania que foi possível obter. Os inquéritos sociológicos que são feitos e que explicam porque é que, por exemplo, não há uma grande mobilidade vertical, não há uma grande mobilidade geográfica, há uma punição, por exemplo, à remuneração pelo mérito, um sentimento igualitário nas empresas, tudo isso tem a ver com esta mediania

mediocre que, de alguma maneira, é característica de um país que tem, ainda, uma memória muito próxima da pobreza e, portanto, uma satisfação relativamente consolidada com o pouco que se adquiriu. E isto explica porque é que na sociedade portuguesa não há factores de mobilidade muito intensos, exactamente porque as pessoas se estabelecem numa mediania que é considerada positiva em função da memória recente da pobreza, esta mediania sofrerá, também, muitos estragos com estes crescimentos da pobreza.

Depois há a desigualdade. Nós temos um problema de desigualdade social entre os mais pobres e os mais ricos e essa desigualdade, em períodos de crise económica, é muito difícil de gerir. Estamos a assistir a um retorno, a uma espécie de igualitarismo. Não é muito diferente daquele que aconteceu durante o PREC, a comparação para os portugueses é um pouco essa, ou seja, um ataque à riqueza, um ataque aos salários elevados, um ataque a tudo aquilo que sejam mostras de riqueza, um ataque às reformas douradas e isso, evidentemente, cria um caldo de cultura que tem raiz na desigualdade objectiva existente na sociedade portuguesa, mas que tem um efeito de ainda punir todas as expectativas que podiam resultar de uma mobilidade vertical, de uma mobilidade profissional, de uma cultura do mérito.

Estamos a caminhar, não apenas, para uma maior pobreza, mas também para um igualitarismo pela pobreza. Isso é típico dos períodos de crise, portanto há uma razão para tudo aquilo que possa significar, não propriamente a desigualdade social, mas a diferenciação social pelo mérito. No seu conjunto, estes condicionamentos sociais podem ser traduzidos por uma única palavra, perda de expectativas, uma das coisas mais trágicas dos dias de hoje – que vai certamente ser uma característica da década – é que, depois de um longo período que tinha consolidado expectativas europeias, ou seja os portugueses olhavam para a Europa e olhavam para o padrão de vida europeu como o padrão de vida em relação ao qual se queriam aproximar. Em alguns casos até começaram a viver na base desse padrão de vida, sem terem as condições materiais para poderem viver. Mas a verdade é que a quebra de expectativas é socialmente muito perigosa, se houver agitação social dura, como provavelmente acabará por haver, essa agitação social dura vem mais da quebra das expectativas, do que propriamente da pobreza. Aliás, de um modo geral, normalmente nunca são – quem conhece os movimentos sociais, sabe que nunca são – os mais pobres que estão na base da conflitualidade mais dura, mas sim aqueles que tinham expectativas e que tinham já esta mediania, que agora estão a perder. Portanto, é normalmente daí que vem uma atitude de maior agressividade social, do que propriamente dos mais pobres, e esta quebra de expectativas é, também, trágica para o tecido social. Todos estes factores têm um efeito de deslaçar a sociedade, torná-la menos coerente, torná-la menos coesa. Nós já não tínhamos uma sociedade muito coesa, nós já tínhamos uma sociedade que não se conhece. Quem habita na cidade, não sabe quais são os problemas dos velhos mineiros alentejanos, ou não sabe quais são os problemas dos trabalhadores rurais de Trás-os-Montes, nós já não tínhamos uma forte coesão nacional exactamente por causa da desigualdade do crescimento, quer em termos regionais, quer em termos de riqueza objectiva. Neste momento ainda vamos ter menos. A nossa sociedade vai-se deslaçar e esse deslaçamento da sociedade é muito complicado em termos de conflitualidade social. Eu não sou optimista quanto àquela ideia de que os portugueses são, costuma-se dizer, um povo de *brandos costumes*, até porque quem conhece a história portuguesa sabe que os portugueses nunca tiveram *brandos costumes*. Mataram-se, em muitos casos e em muitas circunstâncias, com toda a

PRIMEIRA SESSÃO

violência que nós encontramos noutras guerras. Não é preciso ir mais longe que o século XIX para ver que, de facto, *brandos costumes* é algo que só existe quando há alguma relativa coesão social, ou quando há força para obrigar as pessoas e pensarem todas e a actuarem todas da mesma maneira. Portanto, os condicionamentos sociais vão ser muito complicados e de novo para dar um exemplo concreto dos dias de hoje que é, talvez, o característico dos próximos anos, se olharem um conflito como aquele que neste momento se atravessa, que tem a ver com a Groundforce, com os trabalhadores despedidos, ele tem condições para ser muito mais conflitual do que outro tipo de despedimentos, dos despedimentos das zonas operárias, em que a correlação entre o emprego e o desemprego é, apesar de tudo, não digo mais aceitável, mas, quer dizer, mais conhecida, já faz parte da experiência das pessoas. Agora, subitamente, pegar num grupo de pessoas que tenha atingido um determinado nível de vida, uma determinada condição, um determinado emprego, que trazia essa condição, até com alguns elementos exteriores de modernidade que são importantes, quando uma pessoa regressa a casa não é a mesma coisa ter um emprego num sítio ou noutro, quer dizer, estes factores de dignidade pessoal, de sentimento pessoal são muito importantes quando há perda de expectativas, com esta quebra brusca de qualidade de vida e de dignidade pessoal, nós estamos perante um conflito, que pode ser mais agressivo que outros conflitos do mesmo tipo. Portanto, os condicionamentos sociais, uma sociedade que nunca, verdadeiramente, saiu de um certo nível de subdesenvolvimento, neste momento, em vez de andar para a frente vai andar para trás. E vai andar para trás durante um longo período de tempo. E a diferença entre as expectativas geradas e a realidade objectiva, são um factor de conflitualidade social.

Depois, a seguir, temos os condicionamentos políticos. Neste momento, temos a tendência para ouvir só o discurso dos economistas, os economistas sabem o que é preciso fazer. De um modo geral, entendem-se entre si e de um modo geral desprezam os factores políticos na crise que atravessamos. Os factores políticos são, provavelmente, o principal factor de agravamento interno da crise que atravessamos e a ideia de que alguma vez se pode fazer o eleitorado, os portugueses, votarem em termos de racionalidade económica de *per se*, que é uma coisa que se encontra, muitas vezes, até no discurso pessimista, que é, nós sabemos perfeitamente o que temos que fazer, eu acho que toda a gente tem uma ideia que sabe o que é preciso fazer; simplesmente, o problema é que nós estamos numa Democracia e é suposto que as pessoas votem no que é preciso fazer; e votar no que é preciso fazer, como dizem os economistas, significa, quase sempre, votar contra aquilo que são os interesses individuais ou de grupo das pessoas que são chamadas a votar e isso nunca aconteceu em sítio nenhum do mundo. Não há história em Democracia, se quisermos.

Uma das fragilidades estruturais da Democracia é que, nunca, nenhuma geração votou no presente em função do futuro, nas considerações complexas que justificam um voto que abrangem um conjunto de factores muito vastos, a condição social, as expectativas, as opções políticas e ideológicas, tudo isso se mistura na decisão do voto, as amizades ou inimizades, conforme gostam deste ou daquele político, tudo isso se mistura na decisão do voto, mas a verdade é que há uma coisa que nunca se misturou, nunca ninguém votou contra aquilo que percebem ser os seus interesses imediatos, e isso significa que um dos grandes dilemas da vida política portuguesa, é que, como é que nós encontramos uma expressão no voto que seja favorável e que dê sustentação política em Democracia, fundamental para as medidas que nós consideramos serem cruciais para tomar.

E isto é um enorme dilema das Democracias, muito difícil de resolver num país em que outros factores condicionam, também politicamente, a decisão. Eles são, fundamentalmente, três: a degradação do próprio sistema democrático, que não é uma coisa puramente portuguesa, há a degradação, relativamente nova, dos mecanismos da Democracia, portanto, tradicionalmente o confronto entre a Democracia e a Ditadura, a Democracia e o Totalitarismo. Neste momento, o principal confronto é entre a Democracia e a demagogia; primeiro porque a demagogia é muito próxima da Democracia, é muito parecida com a Democracia, simplesmente não é a Democracia, e o que acontece é que – com o acesso das grandes massas aos consumos – que não são puramente materiais, mas também espirituais, as audiências e a maneira como as pessoas se relacionam com a informação que recebem; a dependência que têm de um sistema mediático que é muito imediato e que não tem memória, e que não tem reflexão, isso faz com que os mecanismos tradicionais da Democracia, que implicam, sempre, um papel, para o tempo lento, um papel para a reflexão, muito dificilmente se verificam numa altura em que a imediaticidade, a pressa, a rapidez, a falta de memória são fundamentais no sistema mediático. Isto não é um problema português. Quando nós nos perguntamos porque é que na Europa ou nos Estados Unidos não aparecem grandes estadistas e olhamos sempre para os estadistas do passado, para o Churchill, para o De Gaulle, para o Adenauer para o Khol, e quando olhamos para o passado dizemos assim: *eles eram melhores do que o que são hoje*. Pois, porque nós temos hoje a funcionar um sistema que cria cada vez maior diferença, distanciação entre as condições para ser eleito e as condições para governar bem e, exactamente, esta distinção, este *gap* cada vez mais largo entre aquilo que é necessário para ganhar umas eleições e aquilo que é necessário para ter qualidade para governar, a tendência para que os políticos se tornem instrumentos de marketing, em grande parte, plástico, feitos artificialmente, sem biografia, como, infelizmente, são a maioria dos políticos, não apenas em Portugal, mas também na Europa, isso faz com que, defrontados com condições difíceis, de um modo geral decidem erradamente, ou pelo menos não são sensíveis ou susceptíveis às dificuldades de carácter político. Este problema da Democracia é um problema de todas as Democracias, a que nós acrescentamos um problema português, que é a grande degradação do sistema político-partidário em Portugal neste momento. E isso vai ser, sem dúvida, um factor nos próximos dez anos, porque só terá tendência para se agravar.

Os nossos partidos políticos, com excepção do PCP que é um partido antigo, data de 1921, e de algumas instituições para-políticas, como é o caso da Maçonaria, são recentes. O próprio Partido Socialista data de um ano antes do 25 de Abril, e verdadeiramente não existia à data do 25 de Abril, e os nossos partidos construíram-se depois do 25 de Abril. Os grandes partidos democráticos, o PSD e o PS, em grande parte, encostados ao Estado, ou seja, exactamente para combater e hegemonia organizacional, em particular, do Partido Comunista. O que se fez foi encostar a construção dos partidos democráticos ao Estado, dando-lhes prerrogativas de quase hegemonia sobre a vida política portuguesa. Isso, por exemplo, foi, em parte, minado pela possibilidade de haver candidaturas, por exemplo, autárquicas independentes, mas ainda permanece no facto de não poder haver candidaturas de deputados independentes e os partidos ainda terem a hegemonia da representação parlamentar. Essa hegemonia da representação parlamentar significa que, muito do que é a nossa vida colectiva depende, é propriedade dos partidos políticos e quando nós olhamos para os partidos políticos, principalmente para os grandes partidos do poder, verificamos que se dá um processo, desde o 25 de Abril, que é, os partidos,

PRIMEIRA SESSÃO

em relação aos quais é suposto serem um mecanismo de representação de interesses e de representação ideológica e política, mas também de interesses sociais diferenciados, tornaram-se uma barreira entre o eleitorado e o exercício da acção política. Ou seja, os partidos acabaram por se transformar em oligarquias. É um processo, felizmente, conhecido. Essas oligarquias, hoje, dominam os grandes partidos do poder, o que significa que a sua relação com a sociedade é escassa mas, pelo contrário, os seus mecanismos internos de poder são, cada vez mais, dependentes de quem controla os aparelhos partidários. Eu já chamei à atenção para um factor que é crescente na vida política portuguesa, que é a sucessão hereditária. Os familiares de políticos, cada vez mais, mesmo quando muito jovens, acedem ao poder político. E a pergunta que se pode pôr aqui é, *para qualquer jovem com talento e possibilidade, a carreira política é apelativa?* Não, mas a facilidade de obter emprego, quer nas listas de deputados, quer nas estruturas partidárias, é em grande parte, resultado do poder interno do aparelho dos partidos e, portanto, há cada vez mais famílias inteiras instaladas na vida política, o que é um sintoma. Sendo, provavelmente, injusto em relação a duas ou três pessoas – que teriam qualidade por si próprias para fazerem parte – é um sintoma, dizia, de que os partidos se voltaram para dentro e hoje quem controla os partidos controla uma grande parte da vida política portuguesa. Os partidos transformaram-se numa espécie de barreira entre a vontade popular e o exercício da acção política e esta situação só tem tendência para se agravar. Por estranho que pareça, há mais preocupação dentro dos aparelhos partidários em saber quais são as composições das listas para as próximas eleições, do que propriamente responder aos problemas nacionais que se poderiam colocar, pela instabilidade política. Isto é típico, em dada altura, é muito mais a distribuição de lugares que é mais relevante para as estruturas partidárias, e aquele trade-off sistemático, que é feito entre quem vai, quem sai, quem vai para ali – *eu vou para ali e tu apoias-me para acolá, e eu fico aqui com o teu apoio e depois, da próxima vez, sou eu que vou para ali* –, portanto, cada vez mais se transforma numa estrutura profissional fechada, com enorme poder, exactamente, porque controla, tem um hegemonia sobre parte importante da vida política portuguesa. O que é que fica de fora? Fica de fora o crescimento exponencial do populismo. Nós estamos, neste momento, numa condição absolutamente excepcional para o aparecimento de movimentos populistas. Eles já existem, estão disfarçados, por exemplo, na internet, no chamado *remailing* da internet, quem tem uma caixa de correio na internet há-de ver que há, cada vez mais, dezenas se não centenas de *mails* enviados, em alguns casos enviados por pessoas comuns, não são profissionalizados, que colecionam tudo aquilo que pode ser considerado hostil à vida política, aos políticos, aos deputados, aos governantes, mesmo que seja, misturando coisas em que há razão, com coisas em que não há razão nenhuma. Há um crescente e latente populismo, exactamente porque os partidos políticos deixaram de ter essa função de representação. É evidente que estão, de facto, de costas voltadas para o sentimento, para as dificuldades e para os anseios da maioria dos portugueses e, portanto, há um crescimento exponencial do populismo. Ele ainda é larvar, não encontra expressão, ele tem que encontrar alguém, e esse alguém virá da televisão, é o mais provável que isso aconteça, porque a televisão é o grande mecanismo, hoje, de produção de movimentos populistas em todo o mundo, o mesmo já aconteceu em outros países da Europa. Mas, exactamente, a degradação do sistema político-partidário tem como alternativa um crescimento de movimentações tipo populista, estes condicionamentos políticos vão durar dez anos, vão durar, provavelmente, mais. Esta situação preocupa-me, até porque, como sabem, faço parte de um partido e tenho actividade político-partidária, preocupa-me muito a degradação do sistema político-partidário, porque só através do sistema

político-partidário é possível encontrar expressão eleitoral para as medidas que nós consideramos fundamentais para mudar o país. Se elas não têm apoio eleitoral, se elas não têm a racionalidade que devem encontrar, na Democracia, em votos, nós não saímos dessa situação e, pelo contrário, o sistema político agrava a crise económica e social.

Por último, os condicionamentos internacionais. Nós reflectimos pouco sobre os condicionamentos internacionais, mas devíamos reflectir muito mais, porque como, neste momento, somos governados de fora, talvez fosse bom saber quais são os condicionamentos internacionais que nos afectam. Eu referirei, primeiro, aqueles que nos parecem mais distantes, mas não são, para depois ir à parte propriamente europeia. Em primeiro lugar, nós entramos num século com guerras muito diferentes das guerras do século anterior. E isso não é irrelevante, não é irrelevante para a nossa segurança. Ninguém tenha dúvidas se, por qualquer motivo, um grupo terrorista entender que é mais fácil fazer um atentado terrorista no Aeroporto Sá Carneiro, ou numa estação de comboios em Lisboa, fará aí; é pela linha do menor esforço, de onde for possível, na Europa ou nos Estados Unidos. Poderá haver atentados muito significativos, trata-se de um problema global é evidente que um grupo terrorista preferirá fazer um atentado na Central Station em Nova Iorque, mas provavelmente é mais difícil. Mas, como sabem, não tiveram problemas em fazê-los em Madrid que, apesar de tudo, também não estava no centro da decisão internacional. Não têm problemas em tentar fazê-los em França, cuja política externa até é bastante diferente, em muitos aspectos, da política americana. Nós somos olhados de fora, aquela coisa dos comunicados da Al Qaeda, dos *cruzados*, a nós parece-nos uma coisa bizantina. Porque é que nos olham como *cruzados*? Tem todo o sentido do ponto de vista histórico e religioso. Se formos olhados a partir do Médio Oriente, nós somos os que vieram de fora para tentar conquistar terras que eram do Islão e essa realidade continua a ser evidente na maneira como se relacionam com Israel e, portanto, como nós somos, putativamente, a retaguarda de Israel, nós somos os *novos cruzados* e o problema do terrorismo internacional é também nosso. Simplesmente, o problema do terrorismo internacional, que é apocalíptico na sua dimensão, não é o terrorismo clássico. Houve sempre terrorismo, mas o terrorismo clássico procurava alvos. Veja-se um caso desse terrorismo clássico: o terrorismo da ETA. Procuram polícias, procuram colaboradores que eles relacionam com o Estado espanhol, de preferência as polícias autonómicas, os políticos que são contra a independência do País Basco, quer dizer, há uma racionalidade – se é que se pode falar de racionalidade nestes casos – na procura dos alvos. O terrorismo que nós enfrentamos hoje remete para problemas muito difíceis de gerir que são problemas de ordem cultural e religiosa que nós abandonámos, desistimos de pensar sobre eles há 20 ou há 30 anos, com a ideia absolutamente mirífica que todos nós podemos conversar uns com os outros e dialogar uns com os outros. Não é verdade! Isto não é um problema de diálogo, nem de conversa, nem de multiculturalismo. É outro problema. É que, de facto, há hoje uma guerra internacional fluida, assimétrica, que em alguns casos encontra apoio em determinados países. Noutros casos existem apenas em grupos que actuam por iniciativa própria. Mas essa guerra é, cada vez mais, perigosa porque pode aceder a armas de destruição maciça, particularmente a armas de carácter químico, biológico e nuclear. A minha maior preocupação são as armas biológicas e essas armas estão, cada vez mais, acessíveis a grupos terroristas e têm um efeito de disfunção social enorme nas sociedades. Portanto, este é um risco que nós vamos correr nos próximos dez anos. Quando estudamos, vemos os relatórios policiais, sabemos que há um número muito significativo de atentados que foram gorados nos últimos dez anos na Europa, alguns dos quais com uma componente biológica.

PRIMEIRA SESSÃO

Portanto, é só uma questão de tempo até termos um ataque biológico nos próximos dez anos. Isto levanta um problema de dimensão de segurança planetária, que não corresponde ao Direito Internacional. Nós vamos dizer que é preciso actuar em função do Direito Internacional, mas este ramo do Direito está completamente desadaptado, principalmente o *direito da guerra* desta nova realidade política. Foi feito para as guerras clássicas, foi feito entre o final do século XIX e princípio do século XX para os conflitos clássicos e está completamente desadaptado da realidade actual. A mesma coisa para o papel das Nações Unidas. A última coisa que nós poderíamos considerar positiva para a paz e a segurança, é que as decisões fundamentais fossem tomadas pela maioria das Nações Unidas. Não é possível garantir a paz e a segurança mundial se as decisões sobre a paz e a segurança do mundo forem tomadas por maioria simples das Nações Unidas, portanto, temos que encontrar um mecanismo de legitimação que, inevitavelmente, corresponderá a uma evolução do Conselho de Segurança.

Por último, a União Europeia. E é mesmo o último ponto! Convém termos consciência de que a União Europeia está a mudar muito – mas muito – e que a retórica europeísta dos últimos dez anos esgotou-se, vejam o papel que o Tratado de Lisboa tem tido nesta crise. Nenhum! O Tratado de Lisboa foi apresentado como a solução para os problemas da governação da União Europeia, o Tratado de Lisboa acabou com um direito virtual de veto que para todos os efeitos existia e que colocava todos os países da União Europeia como iguais: o Luxemburgo era igual à Alemanha. Claro que o Luxemburgo sabia que não era igual à Alemanha e a Alemanha sabia que não era igual ao Luxemburgo, mas a verdade é que esta igualdade virtual foi um dos fundamentos da construção europeia. Quando nós vamos ler os textos de Jean Monnet e de outros fundadores da União Europeia, eles têm sempre uma enorme preocupação. Isto só funciona, se todos os países se sentirem bem como iguais e se andarmos muito devagar. Nos últimos dez anos esqueceu-se isto tudo. Andámos depressa demais, fazendo um alargamento, fazendo entrar na União Europeia muitos países que não tinham as condições objectivas para poderem entrar na UE, criando depois problemas, como o dos ciganos em França, que é apenas uma das consequências de um processo que foi feito sem pensar nas consequências sociais e políticas que ele iria ter. Mas, pior do que isso, nós hoje temos uma Europa claramente, eu nem direi a várias velocidades, porque eu até acho que essa fase, claramente conduzida, particularmente, pela Alemanha (eu não tiro nenhum mérito aos alemães, tenho imensa admiração pelos alemães, estão a fazer aquilo que é um exemplo para todos os países) mas, de facto, hoje isso significa uma espécie de direito de veto real sobre o funcionamento da União Europeia. E, portanto, a União Europeia deixou de manter, sequer, o simulacro de igualdade entre os países. Isso significa que Portugal tem hoje muito menos poder, a nível das instâncias europeias, do que tinha no passado, e a correlação entre a crise que atravessamos – que é uma crise que tem factores endógenos, não é uma crise exógena, é uma crise com factores endógenos antigos –, com uma União Europeia que mudou completamente de carácter e que hoje não tem margem de manobra, sequer, para garantir a mínima coesão e solidariedade entre os seus membros. O problema de Portugal, hoje, na União Europeia, não é que seja visto com complacência, é visto com irritação, que é completamente diferente, e não podemos dizer, *bom, complacência não é irritação*, e como nós não temos instrumentos verdadeiros para poder contrariar essa irritação, muito dificilmente podemos, com esse sentimento de pertença às instituições europeias, ver aí um factor para, nos próximos dez anos, mudar as circunstâncias internas. A União Europeia foi muito importante ao implicar um quadro de desenvolvimento que nos afastou de vez das tentações, mais ou menos socializantes,

mesmo na sua versão tardia, uma espécie de socialismo árabe, ou latino-americano que existia em Portugal. Entramos, plenamente, num clube democrático, o problema é que esse clube, hoje, é completamente diferente do que era há meia dúzia de anos. Actualmente, há um crescendo dos interesses nacionais na União Europeia, as relações entre os países mais poderosos da União mudaram. Os alemães hoje têm uma autonomia política e estratégica que não tinham até há pouco tempo, em grande parte, até, por causa das consequências da Segunda Guerra Mundial. Quando, se nos perguntamos, na Primeira *Guerra Mundial os alemães tiveram que pagar reparações de guerra?* Aqui, os portuenses que olhem para aqueles guindastes gigantescos que estão no Porto de Leixões, ao fundo, saberão que estão a olhar para uma parte das reparações de guerra, que os alemães pagaram. São as peças de arqueologia industrial, mas conjuntamente com muitas locomotivas, muitas coisas que vieram para cá. Agora perguntamos: *como é que os alemães pagaram as reparações da Segunda Guerra Mundial?* Essencialmente, na União Europeia, através do seu papel como contribuintes líquidos. Isso acabou, os alemães hoje não se sentem obrigados a qualquer espécie de diminuição da sua actuação como país, pelas circunstâncias resultantes da Segunda Guerra Mundial. E é normal que seja assim, é positivo que seja assim. O problema é que isso muda muito o quadro de equilíbrios existentes dentro da União Europeia e esse quadro de equilíbrios, hoje, é que, efectivamente, a União Europeia tem uma condução nacional e isso não a torna, necessariamente, o factor principal para nós abandonarmos a nossa posição em relação à União Europeia. Nós temos uma posição clássica, concentrávamos o nosso apoio à Comissão Europeia e desconfiávamos do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu. Nos últimos dez anos deitámos isso tudo por água abaixo, aceitámos um reforço muito significativo dos poderes do Parlamento Europeu e um reforço muito significativo dos poderes do Conselho Europeu e, portanto, nós próprios apoiámos a política que, de alguma maneira, hoje nos é hostil. O Parlamento Europeu é, em grande parte, o resultado da demografia europeia, portanto, muito alemão, e o Conselho Europeu vem dos países que, de alguma maneira, hoje têm maior poder económico e social na Europa e também, particularmente, a Alemanha. Logo, não vamos, ao mesmo tempo que estamos mais dependentes dos factores internacionais, termos aí menos margem de manobra, ou melhor, quase nenhuma. Vamos ser francos! Quase nenhuma, não é, sequer pouca. É quase nenhuma, quase nenhuma, e passam-nos despercebidos os sinais. A Alemanha, por exemplo, apresentou uma candidatura a um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, hostil directamente a Portugal. Tradicionalmente apenas havia uma candidatura na União Europeia, Portugal já a tinha apresentado há muito tempo, mas sem nos dizerem nada, os alemães apresentaram uma candidatura própria ao Conselho de Segurança. Como nós não discutimos nunca as questões internacionais, isto passa-nos relativamente despercebido, mas a verdade é que nós só conseguimos lugar no Conselho de Segurança, não com o apoio das nações europeias, mas com o apoio deste novo tipo de relações internacionais que nós hoje temos com África, com a América Latina, com os países árabes, e com gente, relativamente, pouco recomendável. São esses os nossos apoios internacionais. Sim, exactamente, foram eles que votaram na candidatura portuguesa e não, propriamente, os nossos parceiros da União Europeia que votaram na candidatura alemã.

Com isto termino, porque eu sei que já falei muito tempo. Temos que hoje discutir mais as questões internacionais, já que elas vão ser o factor decisivo na próxima década. Esta próxima década é, para resumir e concluir, de empobrecimento, de crescentes dificuldades sociais e de conflitualidade social, de um sistema político claramente

PRIMEIRA SESSÃO

incapaz de corresponder às necessidades de expressão dos interesses dos portugueses e também de racionalidade do sistema económico e social num contexto internacional cada vez mais agressivo e cada vez mais difícil. Portanto, lamento ter este papel pessimista, mas o melhor que nos pode acontecer é nós termos consciência disso, termos um programa de austeridade duro, mas politicamente controlado, que possa obter o voto dos portugueses e que não desista ao primeiro sinal positivo. Não é porque um dos grandes riscos é a sustentabilidade de um processo, mas porque é a única coisa que nos permite ter uma luz ao fundo do túnel. Porque senão está alguém a acender uma lâmpada a meio do túnel para nos enganar e quando nós vamos ver as condições para ter isto, muito dificilmente elas existem. Precisamos, daquilo que podia dar mais esperança aos portugueses, era nós termos, de facto, uma década difícil, de austeridade, que fosse politicamente conduzida com racionalidade, que não recuasse ao primeiro sinal positivo, de que alguma coisa está a correr bem, sabendo nós que a maioria das outras está a correr mal, e que permitisse chegarmos ao final da década, pelo menos, com uma mitigação dos problemas do défice, da dívida de competitividade da nossa economia. Se isso acontecer, saímos bem da década má, mas é muito pouco provável que isso aconteça e, portanto, provavelmente, também vamos sair mal duma década má. Eu não tenho nenhuma outra convicção doutro tipo. Portanto, se me pedem a minha opinião, esta é a minha opinião, o que é que é possível fazer? É combater estes factores que explicam a nossa realidade.

Muito obrigado

Moderador - Dr. Paulo Nunes de Almeida

Depois de ouvirmos o Prof. Pacheco Pereira - e agradeço a sua intervenção, a sua visão para Portugal 2020 - com as condicionantes analisadas, segundo os seus quatro diferentes prismas, o prisma económico-financeiro, social, político e internacional, agradeço a sua forte contribuição para estas jornadas na primeira apresentação do dia. Passava, de imediato, a palavra ao Sr. Prof. Manuel Vilarés que vai falar das tendências de evolução apreciadas através das séries de estatísticas longas.

PRIMEIRA SESSÃO

2ª Palestra - “ A Economia Portuguesa nos últimos 50 Anos Evolução e Tendências”

Prof. Doutor Manuel Vilares

Professor do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa e Consultor do Banco de Portugal. As opiniões expressas apenas veiculam o autor. A Economia Portuguesa nos últimos 50 Anos - Evolução e Tendências

1. Introdução
2. Produtividade e custos salariais
3. Produção e desemprego
4. Investimento e Poupança
5. Posição de Portugal face ao exterior
6. Síntese
7. Conclusão

1. Introdução

O nível de vida em Portugal medido pelo Produto Nacional Bruto Disponível (PNBD) per capita² é em Portugal, em 2009, menos de 70% do valor médio da União Europeia (UE15). Por seu lado, o PNBD per capita de Espanha é mais de 90% do valor médio da União Europeia (UE15). Em 1960, estas percentagens eram de 42% para Portugal e de 62% para Espanha. A evolução mostra que:

- Nos dois primeiros períodos, ou seja até ao ano 2000, verificou-se em Portugal uma aproximação do rendimento per capita ao nível médio da União Europeia (passou de 42,1% para 68,5%). Esta aproximação foi, em Portugal, superior ao estimado para a Espanha (26,4 p.p. contra a 22,7 p.p.).
- Desde 2000 estas tendências alteraram-se profundamente. A aproximação aos níveis de rendimento per capita médio da União Europeia deixou de se verificar. O valor estimado para 2009 (68,8% da média) é praticamente idêntico ao de 2000 (68,5%). Já no caso da Espanha se verificou uma aproximação em 6,3 pontos percentuais (passou de 84,6% em 2000 para 90,9% em 2009). O Quadro 1 mostra estas variações.

Quadro 1 | Variação do PNBD per capita (em % da média comunitária)

Ano	Espanha	Portugal
1960	61,9	42,1
1960-1886 (variação)	10,6	13,1
1986	72,5	55,2
1986-2000	12,1	13,3
2000	84,6	68,5
2000-2009	6,3	0,3
2009	90,9	68,8

Fonte: AMECO

O objectivo deste artigo é procurar compreender os factores que contribuíram para esta situação. Mais especificamente, procuraremos responder às questões seguintes:

1. Que razões justificam que o nível de vida português, medido pelo rendimento per capita, continue a ser tão inferior à média comunitária?
2. Porque razão o processo de aproximação à média comunitária foi interrompido em 2000?
3. Que tendências para Portugal 2020 se podem tirar da evolução dos últimos 50 anos?

² O relatório - Measurement of Economic Performance and Social Progress, elaborado por uma Comissão, co-presidida pelos Prémio Nobel, A. Sen e J. Stiglitz advoga a utilização do PNB em vez do PIB per capita como indicador de qualidade de vida, particularmente em países (como é o caso de Portugal) em que o PNB é significativamente diferente do PIB. Para mais detalhes ver o referido relatório em www.stiglitz-sen-fitoussi.fr

PRIMEIRA SESSÃO

Sempre que a disponibilidade da informação o permitir, vamos considerar o período 1960-2009. Nas análises, este período vai ser subdividido em três:

- O período antes da Adesão à União Europeia (1960-1986)
- O período da convergência nominal e da Adesão ao EURO (1986-2000)
- O período desde a adesão à Zona Euro (2000-2009)

Como durante o período de análise, a União Europeia teve várias composições, as comparações são em geral feitas entre Portugal e a União Europeia a 15, que designaremos por UE 15. As fontes de informação são essencialmente três: INE, Banco de Portugal e Comissão Europeia (Base de dados AMECO).

A estrutura do artigo é a seguinte: Nas secções 2 a 5 analisam-se um conjunto de séries particularmente relacionadas com a resposta às questões atrás formuladas. Na secção 6 é feita uma breve síntese do conteúdo do artigo e as conclusões aparecem na secção 7.

2. Produtividade e custos salariais

O principal factor do baixo rendimento per capita é a fraca capacidade de Portugal em produzir bens e serviços que possam ser consumidos pelos agentes económicos residentes ou transaccionados nos mercados externos. Com efeito, não é possível durante muito tempo e de forma sustentada, consumir mais do que o que se produz. Ora a capacidade de um país para produzir bens e serviços está em geral associada à produtividade de trabalho, ou seja à quantidade de produção obtida por unidade de trabalho. Mas a produtividade do trabalho em Portugal é, em 2009, menos de metade da estimada para o conjunto da União Europeia. Os Quadros 2 e 3 mostram a evolução da produtividade no período 1960-2009.

Até ao ano 2000, a produtividade do trabalho cresceu mais em Portugal do que no conjunto da União Europeia, o que permitiu recuperar parte do grande atraso existente nos anos 60. Assim, enquanto em 1960, a produtividade em Portugal era de 30,5% da média europeia, em 1986 essa percentagem era de 38,2% e em 2000 passava para 45,3%. No entanto, desde 2000 a produtividade do trabalho deixou de se aproximar da média Europeia.

Quadro 2 | Evolução da produtividade em Portugal e na UE15 (Taxas de variação anuais em %)

Período	UE15	Portugal	Diferença (p.p.)
1960-1986	3,20%	4,10%	0,9
1986-2000	1,30%	2,60%	1,2
2000-2009	0,30%	0,50%	0,1

Fonte: AMECO

Quadro 3 | Rácio da produtividade do trabalho em Portugal em relação à média da UE (em %)

Ano	Rácio
1960	30,5%
1986	38,2%
2000	45,3%
2009	45,8%

Fonte: AMECO

Existe um consenso de que entre os principais factores que justificam a baixa produtividade em Portugal encontram-se³:

- O baixo nível de educação e qualificação dos trabalhadores e gestores;
- O insuficiente investimento em ciência e tecnologia;
- A rigidez da legislação laboral que dificulta os ajustamentos deste factor de produção;
- A desadequada estrutura sectorial do produto e sobretudo do emprego;
- O baixo nível de intensidade capitalista, ou seja, o baixo nível de stock de capital utilizado em média por cada trabalhador

Vamos concentrar-nos aqui nos dois últimos factores. Os Quadros 4 e 5 mostram que em termos de produto, verificou-se uma aproximação da estrutura sectorial em Portugal com a da Zona Euro, sendo em 2009 as diferenças pouco significativas. Já em termos de emprego, continuam a verificar-se diferenças significativas na estrutura entre Portugal e a zona Euro. Estas diferenças estão sobretudo na agricultura (+5,2 p.p. em Portugal) e nos serviços (-10,1 p.p. em Portugal). Portugal apresenta portanto uma maior percentagem de emprego agrícola, onde a produtividade é menor. Por outro lado, uma parte significativa do crescimento do emprego nos serviços verificou-se na Administração Pública onde também a produtividade é menor.

Quadro 4 | Evolução da produtividade em Portugal e na UE15 (Taxas de variação anuais em %)

	Portugal			Área do Euro			Diferenças		
	1986	1999	2007	1986	1999	2007	1986	1999	2007
Agricultura	9,2	4	2,5	4	2,6	1,9	5,2	1,4	0,6
Indústria	27,1	21,1	17,9	27,7	22,2	20,2	-0,6	-1,1	-2,3
Construção	6,3	7,3	6,5	6,1	5,7	6,5	0,2	1,6	0
Serviços	57,4	67,6	73,1	62,1	69,5	71,4	-4,7	-1,9	1,7

Fonte Almeida et al (2009, p. 71) (ver nota 3 p.p.)

³Este tema é analisado em várias publicações. Uma referência recente encontra-se em Almeida, V, Castro, G, e Félix, R.M.-A Economia Portuguesa no Contexto Europeu. Estrutura Choques e Políticas in A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária, Cap 2. Banco de Portugal, 2009

PRIMEIRA SESSÃO

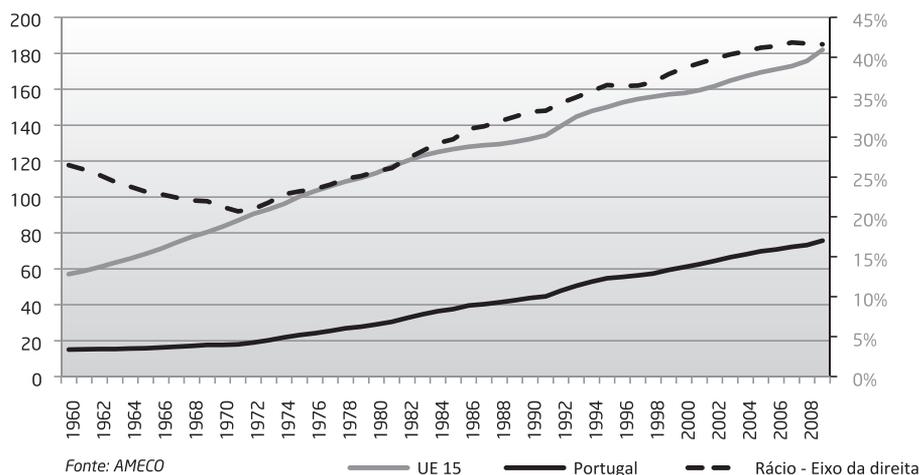
Quadro 5 | Estrutura do emprego em Portugal e na área do Euro em % do total de emprego, em nº de indivíduos

	Portugal			Área do Euro			Diferenças		
	1986	1999	2007	1986	1999	2007	1986	1999	2007
Agricultura	16,1	10,8	9,3	9	5,1	4,1	7,1	5,7	5,2
Indústria	27,6	22,5	19	25,4	19,7	17	2,2	2,8	2
Construção	9,5	10,9	10,6	7	7,4	7,7	2,5	3,5	2,9
Serviços	46,8	55,8	61,1	58,5	67,8	71,2	-11,7	-12	-10,1

Fonte Almeida et al (2009, p. 71) (ver nota 3 p.p.)

No que respeita à intensidade capitalista, a Figura 1 evidencia que cada trabalhador português utilizava, em 2009, menos de metade do capital (cerca de 41%) que a média dos trabalhadores europeus. Por outro lado, em termos de evolução desta proporção:

- Durante a década de 60, a proporção atingiu valores muito baixos (cerca de 26% em 1960 e 21 % em 1970) em razão sobretudo dos salários muito baixos então praticados que não incitavam à utilização do factor capital. A partir do início da década de 70, a tendência alterou-se, com o stock de capital, por pessoa empregada, a crescer mais em Portugal do que na UE, mantendo-se no entanto uma diferença ainda muito significativa. Em 2000 a proporção era cerca de 39%;
- Na última década, a recuperação foi lenta (em nove anos apenas aumentou 3 p.p.), pelo que a evolução do stock de capital utilizado por cada trabalhador português não permitiu recuperar o atraso em relação à média da União Europeia

Figura 1 | Stock de Capital Líquido por Pessoa Empregada em Portugal e na UE15

O comportamento da produtividade tem fortes implicações ao nível da evolução dos custos salariais já que o comportamento dos custos unitários do trabalho é, por definição, determinado pela evolução conjunta da produtividade e dos salários. Deste modo:

- Até 1986, os custos unitários de trabalho crescem em Portugal menos do que no conjunto da União Europeia. A excepção respeita aos anos de 1974 e 1975 em consequência da Revolução de Abril de 1974. Os aumentos de salários então verificados foram compensados pelos fortes ajustamentos de 1977 e de 1983 impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
- A partir de 1986, estima-se um crescimento dos custos unitários do trabalho em Portugal superior ao estimado para a União Europeia.
- A situação torna-se preocupante a partir de 2000. Com efeito, países com um perfil de especialização semelhante ao nosso (como é o caso dos países da Europa do Leste) conhecem uma quebra significativa dos custos unitários do trabalho enquanto em Portugal se verifica um crescimento. Resulta desta situação uma perda de competitividade de Portugal face aos seus concorrentes directos.

Quadro 6 | Evolução dos Custos Unitários de Trabalho em Portugal, UE e alguns países da Europa de Leste

Período	UE15	Portugal	Polónia	Roménia
1960-1986	-0,17%	-0,50%		
1986-2000	-0,52%	0,53%		
2000-2009	0,07%	0,14%	-1,67%	-1,94%

Fonte: AMECO

3. Produção e desemprego

O **Produto Interno Bruto (PIB)** cresceu em Portugal, nos últimos 50 anos, a uma taxa média de 3,6 %, o que significa que o PIB é em 2009 quase cinco vezes maior do que o valor atingido em 1960. Esta evolução não foi uniforme nos três períodos. Com efeito:

- Até 1986, o PIB cresceu acima dos 4% sobretudo em razão do comportamento da década de 60. Estima-se, para este período, um diferencial médio (a favor de Portugal) de cerca de 1 p.p. entre as taxas de crescimento de Portugal e da União Europeia;
- Este crescimento mantém-se forte (acima dos 4%) no período 1986-2000, tendo o diferencial em relação à União Europeia aumentado para uma média anual de 1,4 p.p.. O forte crescimento do PIB neste período deve-se a um conjunto de factores positivos de que se destacam:

PRIMEIRA SESSÃO

- > Elevadas entradas de fundos comunitários, decorrentes da adesão à União Europeia;
- > Liberalização dos mercados de bens e financeiros;
- > Reformas fiscais (como as do IVA, do IRS e do IRC);
- > Processo de privatização;
- > Estabilidade governativa;
- > Elevados montantes de investimento estrangeiro.

• A situação altera-se profundamente a partir de 2000 com a taxa de crescimento média a cair para níveis muito baixos (cerca de 0,5%) menos de metade da média da União Europeia. Esta quebra no crescimento deriva da perda de competitividade da economia portuguesa que está designadamente associada à baixa produtividade e ao aumento dos custos unitários salariais, quando estes mesmos custos diminuíram neste período nos países com perfil de especialização idêntico.

Quadro 7 | Taxas de Variação do PIB em Portugal e na União Europeia

Período	UE15	Portugal	Diferença (p.p.)
1960-1985	3,50%	4,40%	1
1986-1999	2,70%	4,10%	1,4
2000-2009	1,10%	0,50%	-0,6
1960-2000	3,20%	4,30%	1,1
1960-2009	2,80%	3,60%	0,8
1960-2009 (rácio)	2,89	4,7	

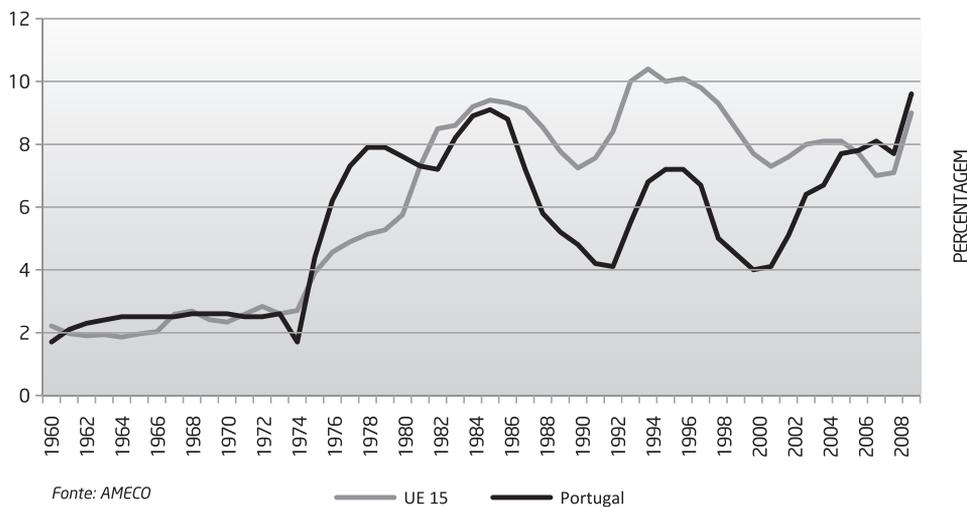
Fonte: AMECO

O **desemprego**, como não podia deixar de ser, tem um comportamento muito influenciado pelo crescimento económico. Se considerarmos os três períodos:

- O período 1960-1986 ganha em ser subdividido em dois subperíodos (ver Figura 2). O primeiro é constituído pela década de 60 e princípio da década de 70. Este subperíodo apresenta taxas de desemprego muito baixas em razão do forte crescimento do produto mas também da emigração e da guerra colonial que reduzem drasticamente a oferta de trabalho. O segundo subperíodo (1973-1986) conheceu um forte crescimento do desemprego em resultado de choques adversos sobre a oferta, designadamente as crises do petróleo de 1973 e 1979 e a Revolução Portuguesa de 1974 que no conjunto induziram aumentos elevados dos salários e dos custos não salariais;
- O período 1986-2000 conhece uma quebra significativa do desemprego que cai para valores claramente inferiores aos da União Europeia. Esta quebra deve-se sobretudo ao forte crescimento económico verificado neste período e já atrás mencionado;

- O período 2000-2009 vive um crescimento muito significativo do desemprego em Portugal. Este desemprego atinge e mesmo ultrapassa a média da União Europeia. A razão do aumento do desemprego deve-se sobretudo ao fraco crescimento económico registado neste período.

Figura 2 | Taxas de Desemprego (em %) em Portugal e na União Europeia

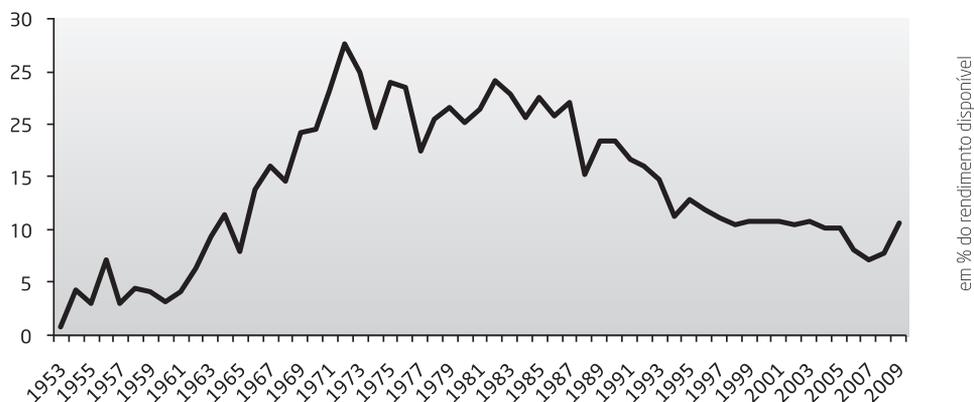


4. Investimento e Poupança

A **taxa de poupança** dos particulares conheceu um comportamento muito diferente nos períodos considerados. Com efeito

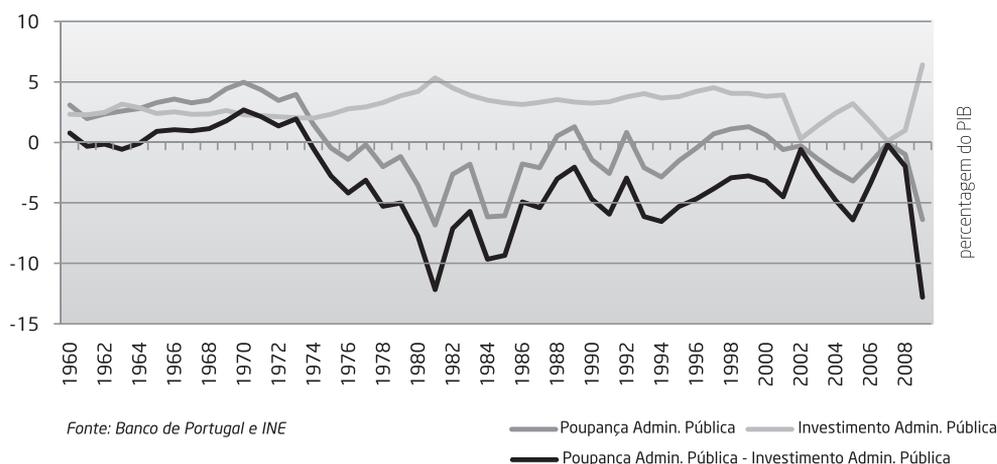
- A taxa de poupança foi crescente durante a década de 60, tendo estabilizado na década de 70 próximo dos 25 % do rendimento disponível dos particulares. Trata-se de taxas muito elevadas dificilmente igualadas pelos países industrializados;
- Com a adesão à União europeia em 1986, assiste-se a uma forte quebra da taxa de poupança dos particulares e portanto da capacidade deste agente institucional financiar o investimento;
- Esta quebra acentua-se ainda na última década, atingindo a taxa de poupança dos particulares valores muito baixos (próximos dos 6%). Apenas nos dois últimos anos se assiste a uma inversão da tendência da evolução desta taxa de poupança.

PRIMEIRA SESSÃO

Figura 3 | Taxa de poupança (bruta) dos particulares

Fonte: Banco de Portugal e INE

Se excluirmos a década de 60, a **poupança das Administrações Públicas** foi sempre inferior ao investimento público, pelo que este agente institucional apresentou sempre necessidades de financiamento e não capacidade de financiamento. A partir de 2000 a poupança foi negativa, ou seja o Estado passou a recorrer a empréstimos para fazer face mesmo à despesa corrente (Figura 4).

Figura 4 | Poupança e Investimento das Administrações Públicas (em % do PIB)

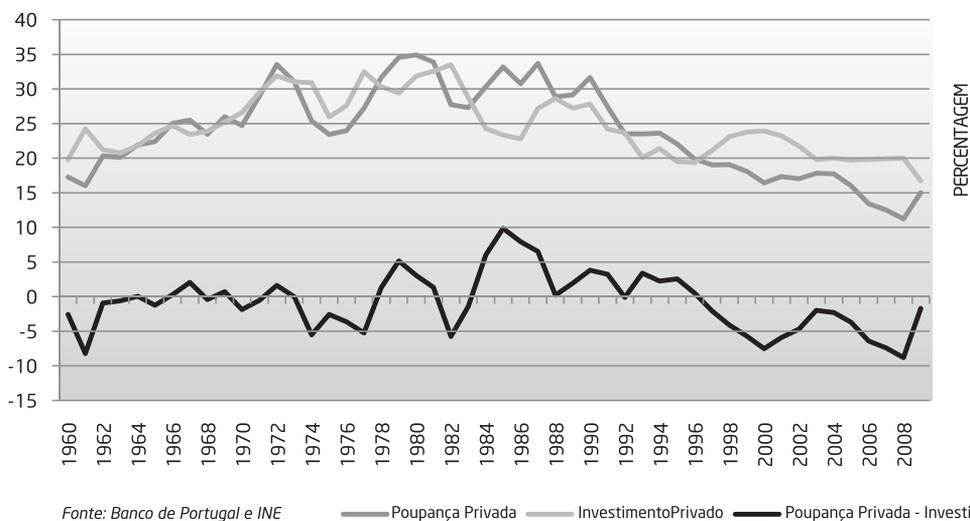
Fonte: Banco de Portugal e INE

— Poupança Admin. Pública — Investimento Admin. Pública
 — Poupança Admin. Pública - Investimento Admin. Pública

No que respeita à **poupança e investimento privados**, englobando portanto os particulares e as empresas, a Figura 5 mostra que:

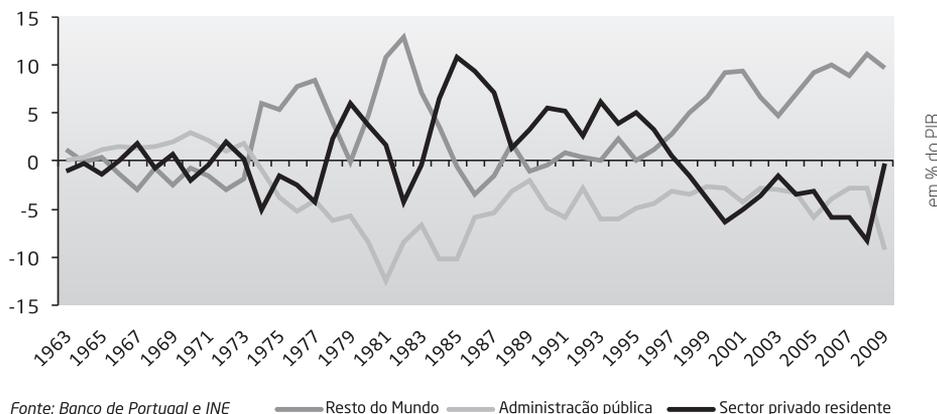
- Até 1986 a poupança privada (designadamente a dos particulares mas também o auto -investimento das empresas) foi grosso modo suficiente para financiar o investimento privado;
- A partir de 1986, em razão sobretudo da quebra da poupança dos particulares, a poupança privada passou a ter dificuldades em financiar o investimento privado. Esta poupança passou mesmo a ser insuficiente a partir de meados da década de noventa;
- Na última década, esta tendência acentuou-se com a poupança privada a ser crescentemente insuficiente para financiar o investimento. Apenas em 2009 se assiste a uma alteração desta tendência já que aumenta a poupança e diminui o investimento

Figura 5 | Poupança e Investimento Privados



Em razão do comportamento da poupança interna (quer do sector privado residente, quer das Administrações públicas), o recurso ao **financiamento externo** para financiar o investimento (e no caso das Administrações Públicas mesmo o consumo) tornou-se uma inevitabilidade. A partir de 1995, assiste-se a um forte crescimento do financiamento externo, atingindo nos últimos anos valores superiores a 10% do PIB. (Figura 6)

PRIMEIRA SESSÃO

Figura 6 | Capacidade (+) /necessidade (-) de financiamento por sector institucional

5. Posição de Portugal face ao exterior

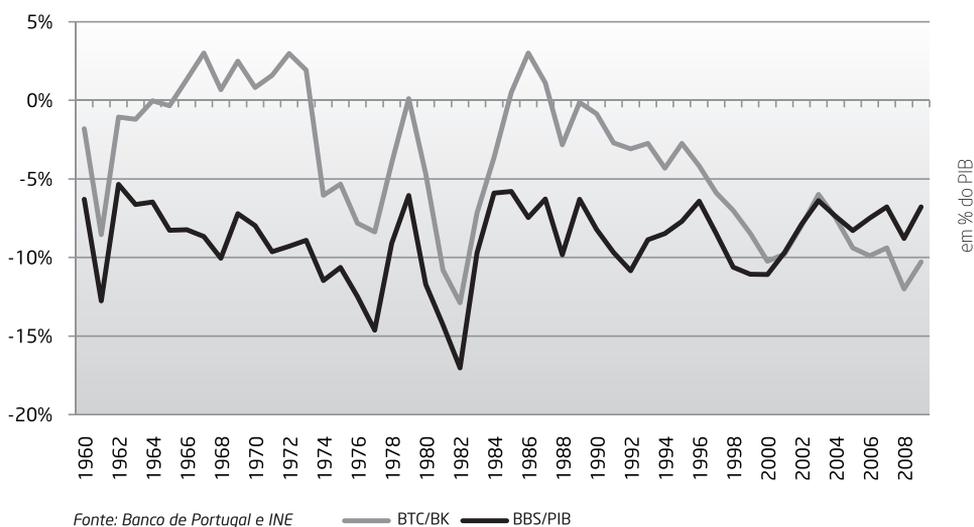
A **Balança de Bens e Serviços** foi sempre deficitária (entre 5 e 10% do PIB), desde 1960. No final da década de 70 e primeira metade da década de 80, verificaram-se grandes oscilações. Os grandes desequilíbrios neste período foram verificados em 1977 e ainda mais em 1982 quando o défice da Balança de Bens e Serviços chegou a ultrapassar os 15% do PIB. A elevada amplitude destes desequilíbrios levou à intervenção (em 1977 e em 1983) do Fundo Monetário Internacional, tendo-se procedido então a fortes ajustamentos (incluindo uma acentuada desvalorização do escudo) com efeitos relativamente rápidos na melhoria da Balança de Bens e Serviços.

Já a **Balança de Transações Correntes (BTC)** assume um comportamento diferente

- Em grande parte da década de 60 e início da década de 70, a BTC é excedentária em resultado sobretudo das elevadas remessas dos emigrantes as quais permitiram cobrir o défice da Balança de Bens e Serviços. Os desequilíbrios verificados entre 1974 e 1986 na Balança de Bens e Serviços não puderam ser compensados pelas outras rubricas da BTC e esta Balança apresenta elevados défices (sobretudo em 1977 e 1982) o que, como já se referiu, deu origem a fortes programas de ajustamento apoiados pelo FMI. Estes programas permitiram reduzir drasticamente o défice da BTC para o que também contribuiu as fortes transferências da União Europeia;
- Em 1986, a BTC apresenta mesmo um saldo positivo. Durante a segunda parte da década de 80 e primeira metade da década de 90, a BTC apresenta-se equilibrada ou próximo do equilíbrio. A partir de 1995, a situação da BTC conhece uma degradação progressiva e acelerada;

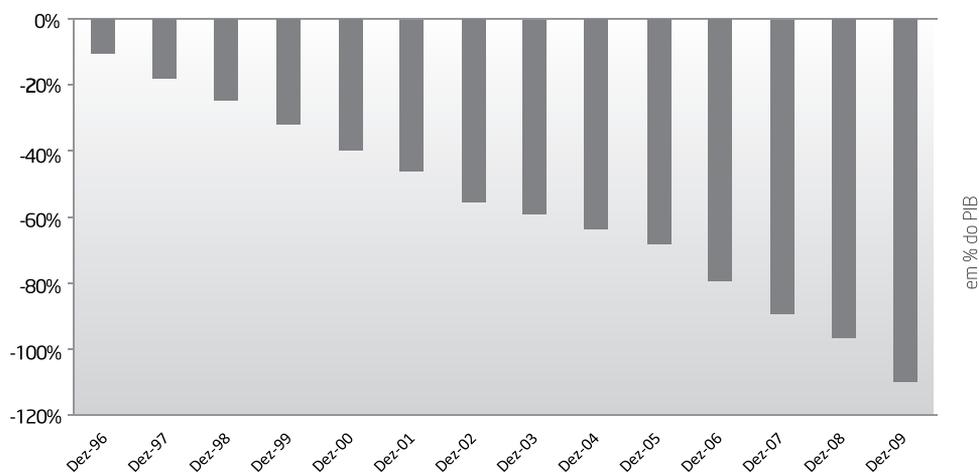
- A partir de 2000, o défice da BTC é praticamente igual ao da Balança de Bens e Serviços (cerca de 10%) em resultado do efeito combinado da quebra das transferências e do aumento do défice dos rendimentos líquidos do exterior. A partir de 2004 verifica-se mesmo que o défice da BTC é superior ao da Balança de Bens e Serviços. Assim o conjunto das transferências correntes e dos rendimentos que tradicionalmente apresentava saldos positivos passou a partir de 2004 a apresentar saldos negativos em razão sobretudo do aumento do peso dos juros da dívida externa. Esta situação tem tido fortes implicações em termos de endividamento externo e mais especificamente em termos da posição do investimento internacional.

Figura 7 | Balança de Bens e Serviços e Balança de Transações Correntes (em % do PIB)

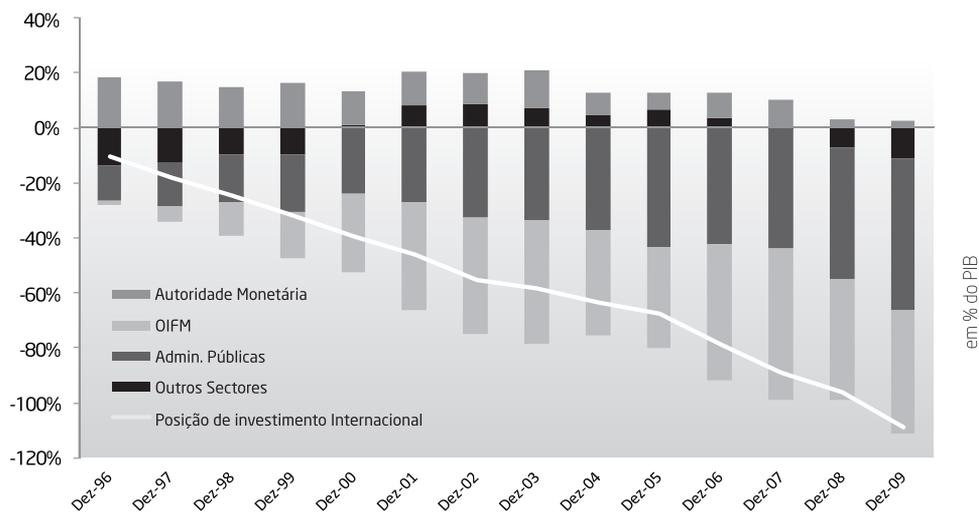


A **Posição do Investimento Internacional** faz um balanço do conjunto das responsabilidades do país face ao exterior sendo basicamente igual à diferença entre os activos sobre o exterior, detidos pelos sectores institucionais residentes e os activos nacionais detidos por não residentes. Como resultado do elevado défice da Balança de Transações Correntes, a Posição do Investimento Internacional degradou-se profundamente a partir de 1995, atingindo valores perfeitamente insustentáveis no final de 2009. Deste modo, em termos líquidos, ou seja já descontando os activos que os sectores institucionais residentes detêm sobre o exterior, existem activos (incluindo investimento directo, investimento de carteira e outro investimento) detidos por não residentes que são, em finais de 2009, mais de 110% do PIB. Esta percentagem era em finais de 1996 menos de 10% do PIB (Figura 8).

PRIMEIRA SESSÃO

Figura 8 | Posição do Investimento Internacional (em % do PIB)

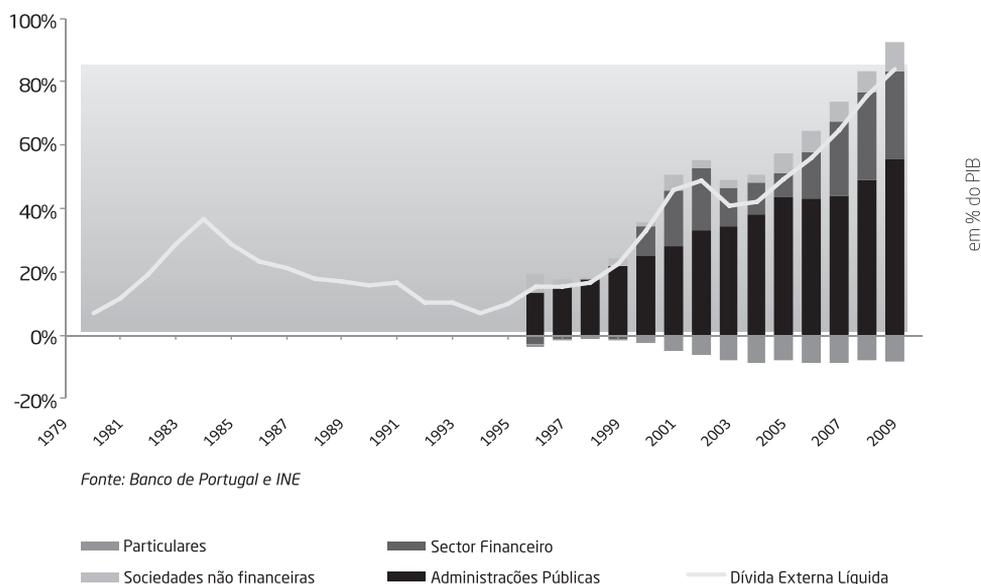
Fonte: Banco de Portugal

Figura 9 | Posição de Investimento Internacional, por sector institucional residente

Quando analisamos a situação por sector institucional residente, a Figura 9 mostra que as Administrações Públicas são os principais responsáveis desta situação. A necessidade de financiar os défices crescentes atrás explicitados conduziu a esta situação. As outras Instituições financeiras e monetárias contribuíram também para a degradação da posição de Portugal face ao exterior já que estas instituições serviram como intermediários no financiamento do sector privado, pelo exterior.

A **dívida externa líquida** atinge em 2009 cerca de 90% quando em 1995 era menos de 10%, sendo grande parte desta dívida das Administrações Públicas. Os particulares apresentam uma dívida externa líquida negativa (correspondentes a depósitos e outras aplicações detidas no exterior) mas é importante salientar que a Figura 10 mostra apenas a dívida directa. Deste modo, os particulares podem também estar endividados ao exterior. Simplesmente esta informação não é mostrada já que o endividamento foi feito por via indirecta, ou seja, os particulares endividaram-se junto do sistema financeiro que, por sua vez, se endividou no exterior. Este mesmo comportamento é aplicável às sociedades não financeiras com excepção daquelas que possuem uma dimensão e robustez suficientes para lhes permitir o recurso directo ao financiamento externo. Deste modo, a dívida externa líquida das sociedades não financeiras é seguramente superior à evidenciada pela Figura 10 que apenas se reporta à dívida directa.

Figura 10 | Dívida externa líquida



PRIMEIRA SESSÃO

6. Síntese

A título de síntese da informação apresentada, afigura-se importante realçar os seguintes pontos:

- I. Portugal, no início dos anos 60, apresentava um elevado atraso económico em relação aos actuais países da União Europeia. O rendimento *per capita* era pouco mais de 40% da média comunitária;
- II. As razões deste atraso estão sobretudo associadas à fraca produtividade do trabalho, a qual era cerca de 30% da produtividade média europeia. A fraca produtividade do trabalho resultava de um conjunto de debilidades estruturais como são os casos:
 - Baixo nível de educação e formação dos trabalhadores e gestores;
 - Estrutura sectorial do emprego desajustado, com um peso excessivo do emprego agrícola;
 - Baixo nível de intensidade capitalista, ou seja do stock de capital utilizado por trabalhador.
- III. A evolução ao longo dos últimos 50 anos mostra que até ao ano 2000 se verificou em regra uma aproximação do nível de vida de Portugal aos níveis de vida da União Europeia. O rendimento per capita saltou de 42,1% em 1960, para 68,5% em 2000 da média da União Europeia a 15;
- IV. A referida aproximação aos níveis de vida da União Europeia é particularmente evidente no período que se segue à adesão de Portugal a esta União, em 1986. Um conjunto de circunstâncias favoráveis contribuiu para este forte crescimento, sendo de destacar as seguintes:
 - i. Entrada de montantes elevados de fundos comunitários,
 - ii. Processos de liberalização dos mercados e de privatizações
 - iii. Períodos relativamente longos de estabilidade governativa
 - iv. Elevados montantes de investimento estrangeiro.
- V. No entanto e apesar dos inegáveis progressos alcançados, Portugal continuava nas décadas de 80 e 90 com os mesmos factores de atraso estrutural que mantinham a produtividade do trabalho a um nível inferior a metade da média europeia e não lhe permitiam competir na mesma gama de produtos e serviços que os seus concorrentes comunitários. O perfil de especialização de Portugal manteve-se em produtos e serviços com elevada elasticidade preço, ou seja, em que o factor preço baseado em salários relativamente baixos, continuava a ser determinante para a competitividade;
- VI. O alargamento da União Europeia aos países da Europa de Leste e a entrada, com o processo de globalização, de novos países (os designados países emergentes) no mercado mundial tiveram efeitos muito adversos sobre a competitividade dos produtos portugueses. Com efeito, muitos destes países apresentam perfis de especialização semelhantes ao da economia portuguesa mas com custos salariais incomparavelmente mais baixos;

- VII. A perda de competitividade da economia portuguesa na última década é ainda reforçada por dois factores: Por um lado, a adesão à Zona Euro em 2000 retira a possibilidade da utilização da política cambial como factor de competitividade. Por outro lado, a política de salários e rendimentos adoptada nos últimos anos levou a um aumento dos custos salariais muito superior ao dos nossos principais concorrentes que, regra geral, conhecem uma quebra dos custos salariais;
- VIII. Verifica-se, assim, a partir de 2000, uma forte quebra do crescimento económico com a taxa de variação do PIB a passar de um valor superior a 4% (no período 1960-2000) para uma taxa de crescimento médio de cerca de 0,5% (no período 2000-2009). O rendimento per capita deixou de se aproximar da média europeia, tendo-se verificado mesmo uma regressão em vários anos;
- IX. Esta quebra de rendimentos deveria ter conduzido a uma redução análoga nas despesas correntes, de modo a manter níveis de poupança capazes de financiar o investimento mas não foram estes os comportamentos verificados. De facto, assistiu-se na última década a uma redução da poupança de todos os agentes institucionais com particular incidência no caso das Administrações Públicas mas sem esquecer os particulares e mesmo as empresas;
- X. Estes comportamentos tornaram inevitável o recurso, de modo crescente, ao crédito externo para financiar o investimento. No caso das Administrações Públicas o recurso ao crédito verifica-se mesmo para financiar o crescimento do consumo corrente. A Balança de Transacções Correntes que desde 1960, tinha um défice menor que o da Balança de Bens e serviços passou a ter um défice maior, atingindo em 2008 o valor de 12 % do PIB;
- XI. Em consequência, a posição externa de Portugal (medida pela Posição do Investimento Internacional), conheceu uma forte degradação tornando a situação do país insustentável. Enquanto em finais de 1996, a Posição do Investimento Internacional era deficitária em menos de 10 % do PIB, já em finais de 2009 esta percentagem atingia 111,5 % do PIB.

7. Conclusão

Como conclusão e dado o tema das Jornadas AEP - Serralves, surge a questão de saber que tendências para Portugal 2020 se podem tirar da evolução dos últimos 50 anos.

- Se tomássemos como referência, apenas o período 1960-2000, as perspectivas não seriam negativas. Com efeito, verificou-se neste período uma taxa de crescimento média anual do PIB de cerca de 4,3% o que permitiu recuperar em mais de 26 pontos o rendimento per capita em relação à média comunitária (passou de 42,1% para 68,5%). A manter-se este ritmo de recuperação, União europeia;
- No entanto, a evolução da última década (de alguma forma uma "década perdida") está longe de apontar nesta direcção. O crescimento nesta década foi praticamente nulo. Por outro lado, o forte endividamento externo do país (extensivo a todos os agentes institucionais) impõe fortes restrições ao crescimento futuro.

A questão fundamental é evidentemente de saber como sair da presente situação. O objectivo deste artigo não é de responder a esta questão cuja resposta está, aliás, muito longe de ser fácil e consensual. No entanto, parece-nos não existirem muitas dúvidas de que a referida resposta será longa e terá obrigatoriamente de passar por:

- Aumentar a poupança interna, em particular das Administrações Públicas e das famílias, de modo a reduzir o recurso ao crédito externo;
- Incentivar a produção de bens e serviços passíveis de ser transaccionados no exterior, de modo a aumentar as exportações e reduzir o défice da BTC.

Moderador - Dr. Paulo Nunes de Almeida

Agradeço ao Prof. Manuel Vilarés a sua intervenção, os valores que nos trouxe aqui e que nos permitiram fazer uma análise ao longo das últimas décadas da situação em que nos encontramos e também algumas indicações relativamente ao futuro.

Agradeço aos dois oradores terem estado connosco, conseguiram cumprir o tempo que tinham à disposição.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos e continuamos depois a sessão que será moderada pelo Prof. Valente de Oliveira.

COMUNICAÇÕES

SEGUNDA SESSÃO

Moderador

Prof. Dr. Luís Valente de Oliveira - Administrador da Fundação AEP

3ª Palestra - "Visão Prospectiva da Evolução"

Dr. José Felix Ribeiro

4ª Palestra - "O Sistema Energético Português e a contribuição das fontes renováveis"

Engº. Luís Mira Amaral

SEGUNDA SESSÃO

Moderador - Prof. Luís Valente de Oliveira

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. Sei que está muita gente lá fora ainda e que o Eng. Mira Amaral neste momento está em Estarreja, mas, como sabem, ele é um ás ao volante, de maneira que chegará, certamente, a tempo de começar a sua intervenção.

Em primeiro lugar e porque fui agora abordado no intervalo com pedidos, nesse sentido, eu queria comunicar a todos que os exponentes são suficientemente generosos para nos deixarem publicar as suas comunicações, de maneira que nós vamos recolhê-las e difundi-las. Isso vai acontecer quanto mais rápido o pudermos fazer e, portanto, vai ser seguramente muito em breve.

Em segundo lugar eu gostaria de dizer que esta linha das comunicações foi naturalmente pensada e por isso as últimas palavras do Professor Pacheco Pereira são o intróito desta nossa sessão.

Cada vez ouço mais recomendações, em muitos lados, de que antes do investimento, antes do negócio, antes do estabelecimento de uma relação qualquer se tem de pensar na situação internacional. A situação internacional deve balizar e formatar toda a parte das decisões que temos que tomar, seja ela o lançamento de uma nova linha de transportes marítimos, sejam as obras de ampliação de um porto, seja a deslocalização de uma empresa para a Índia ou para o Brasil, seja o que quer que seja, de maneira que, cada vez mais, é imprescindível reflectir sobre a situação global, tal como disse o Professor Pacheco Pereira. A situação internacional afecta a generalidade e afecta cada um. E, por isso, vamos ouvir o Doutor José Félix Ribeiro a falar sobre esta parte da estratégia, sobre a necessidade de estudos estratégicos e sobre aquilo que ele próprio faz em matéria de estudos estratégicos.

Muito recentemente ele esteve cá no Porto na Universidade Católica num pequeno seminário e disse coisas que não demoraram três meses, quatro meses para se virem logo a justificar, mas eu não levanto o véu de nenhuma das suas intervenções anteriores porque ele vai retomá-las com certeza, Sr. Doutor fará o favor!

SEGUNDA SESSÃO

3ª Palestra - “Visão Prospectiva da Evolução”

Dr. José Félix Ribeiro

Chefe de Equipa Multidisciplinar do DPP - Departamento de Prospectiva e Planeamento

Muito bom dia e, antes de mais, um agradecimento muito sincero por este convite que é uma honra, lembrando que a primeira vez que, com mais dois colegas de então, intervimos em público com reflexões sobre a economia portuguesa foi em 1983 na AEP, a convite do Doutor Miguel Cadilhe. E é, com emoção, que também nesta casa faço provavelmente uma das últimas intervenções enquanto técnico da Administração Pública.

Esta intervenção é, em certa medida, um olhar sobre aquilo que pude ver ao longo de 25 anos de trabalho sobre a economia portuguesa e o seu “lugar” na economia mundial e europeia, dividida em duas partes complementares: uma primeira parte centrada no “Onde Estamos” e “Como Chegámos Aqui” e uma segunda parte centrada no “Para Onde Podemos Ir?”

1. ONDE ESTAMOS E POR ONDE VIEMOS

Gostaria que começássemos por olhar para o Quadro I em que se comparam o grau de abertura e a intensidade exportadora de economias de Estados Membros da União Europeia. Ao contrário das pequenas economias abertas que connosco estiveram na EFTA – como a Áustria e a Dinamarca – ou a Irlanda – ou de novos Estados Membros da UE – Hungria, República Checa e Eslováquia – Portugal comporta-se como se fosse uma economia próspera de média dimensão como a França, a Itália ou o Reino Unido, qualquer delas com quatro vezes mais população e muito maior PIB per capita. Esta anormalidade implica crescimentos lentos que têm que ser apoiados num endividamento externo para assegurar o crescimento do consumo e do investimento residencial das famílias e do investimento em infraestruturas e nos sectores infraestruturais por parte do estado e das grandes empresas desses sectores

QUADRO 1 | Grau de abertura e intensidade exportadora – comparação de Portugal com outras economias da União Europeia

Países	Importações e Exportações de Bens e Serviços (% do PIB) - 2007	Exportações de Bens e Serviços (% do PIB) - 2007
Áustria	112,6	58,8
Dinamarca	102,3	52,2
Irlanda	146,9	78,4
Hungria	157,9	80,2
Rep. Checa	155,0	80,0
Eslováquia	173,6	86,5
ALEMANHA	87,2	47,2
PORTUGAL	73,9	33,6
Reino Unido	55,7	26,0
França	55,0	26,7
Itália	58,7	29,2
Espanha	60,2	26,9

Fonte: Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento

Uma observação mais cuidada do Quadro I permite compreender que Portugal e a Alemanha são duas "anormalidades" no contexto europeu. A Alemanha é a maior das médias economias europeias e aproxima-se nos seus resultados das Pequenas Economias Abertas. Portugal é uma pequena economia que se aproxima, nos seus resultados, das médias economias europeias menos intensivas em exportação. A conversa entre estas duas "anormalidades" vai ocupar boa parte dos próximos anos.

Esta posição "anormal" em termos europeus é o resultado de um conjunto de quatro processos principais que caracterizaram dinâmica da economia portuguesa nos últimos 25 anos:

1. Um forte crescimento do sector não mercantil da economia, devido à ampliação das funções do Estado na oferta de "bens de mérito" – educação, saúde – e na realização de transferências para as famílias, como contrapartida da "poupança forçada" recolhida pelo Estado para financiamento da segurança social;

2. Uma profunda modernização do sector mercantil de serviços não transaccionáveis entendidos num sentido amplo de sectores no essencial orientados para o serviço do mercado interno, embora funcionando num quadro mercantil (telecomunicações, distribuição, serviços às empresas, serviços financeiros, etc.), num quadro de maior competição, resultante da entrada de novos operadores. As privatizações e a liberalização destes sectores foram determinantes para este processo;

3. Uma reabsorção dos défices elevadíssimos que existiam em meados da década de 80 do século XX em áreas infra-estruturais como acessibilidades, indústrias de rede (telecomunicações, electricidade, gás natural), abastecimento de água e tratamento de efluentes e resíduos, equipamentos sociais e desportivos das cidades e, mais recentemente, habitação;

4. Uma limitada mudança na "carteira de bens e serviços transaccionáveis" trazida, quase exclusivamente, pelo investimento directo alemão nos sectores automóvel, electrónica e serviços, pela viragem para o golfe no turismo e pela emergência do calçado como o mais dinâmico dos sectores de exportação tradicional.

SEGUNDA SESSÃO

FIGURA I | AS TRÊS “CAMADAS” DA ECONOMIA PORTUGUESA



Olhando para Figura I encontramos a expressão gráfica destes Processos:

A **camada cor de laranja** corresponde ao sector não mercantil da economia cujo crescimento começou com o regresso de centenas de milhares de portugueses das ex-colónias, muitos dos quais vinham da administração pública e que nós integramos. Hoje, quase ninguém refere este choque brutal que a economia portuguesa experimentou, em meados da década de 70. A adopção do “Modelo Social Europeu”, com a construção do “Estado Social”, e a disponibilidade de Fundos Estruturais da UE para distribuir pelo território fizeram o resto.

Nesta camada – em que há uniformização e não há competição – localiza-se a maior concentração de recursos humanos qualificados que o País tem, entre médicos, professores universitários, professores do ensino básico e secundário, engenheiros, economistas, etc.. Localizar a maior concentração de recursos humanos qualificados numa zona que não é mercantil gera nas pessoas que lá trabalham um medo terrível do mercado, uma ideia que o mercado é uma selva – não as preparando para prosperar e inovar fora do Estado.

A **camada Azul** representa o conjunto das actividades que já são mercantis – são da responsabilidade privada que as concretiza em competição e em que o mercado decide quem ganha. Mas, esta camada azul é constituída por actividades que, no essencial, têm em nós, portugueses, o principal mercado. Nesta camada realizou-se uma mudança profunda no sentido da diversificação, modernização e inovação. As nossas cidades e a nossa qualidade de vida diária está hoje incomparavelmente melhor do que há trinta anos graças a essa transformação radical.

A **camada Verde** corresponde ao que nós exportamos, em que estamos sujeitos mais directamente à concorrência internacional. Ora, Portugal não experimentou, nem de perto nem de longe, uma transformação tão profunda

nesta camada como fizemos nas duas outras. E essa é a razão pela qual nós só temos, hoje, 33% do PIB em exportações. As principais alterações deram-se pela combinação do investimento directo estrangeiro – sobretudo alemão – e pela dinâmica de PME e de um pequeno número de grandes empresas nacionais, nomeadamente nas "indústrias florestais".

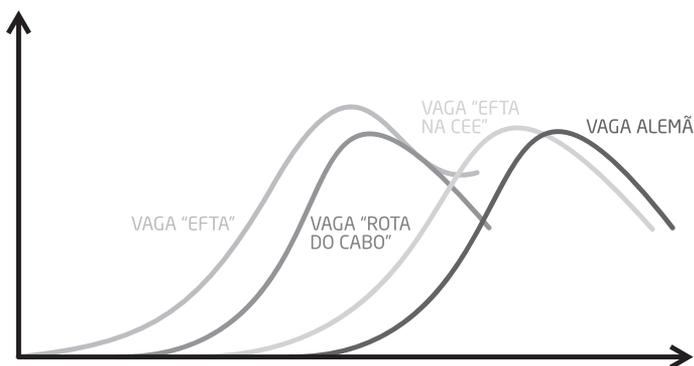
Era suposto que Portugal fosse uma economia aberta, mas tal não acontece. É uma pequena economia, que tem uma intensidade exportadora de 33%, em 2007, e um grande de abertura de 73%. Nós somos uma anormalidade, porque somos uma pequena economia aberta que se comporta como se fosse grande, ou seja, que se comporta como o seu mercado interno pudesse alimentar o seu crescimento. Ora, como não pode, Portugal não cresce. E o facto de Portugal não crescer, não ocorre apenas desde 2000. Como as preciosas séries estatísticas apresentadas pelo Senhor Prof. Manuel Vilarés revelam, o nosso problema começou em 1992. À saída da recessão de 1991, quando decidimos integrar o Sistema Monetário Europeu.

Portugal – esta economia pequena que não é aberta – não pode crescer a não ser adiando o futuro, endividando-se para manter artificialmente uma dinâmica do mercado interno. Hoje, em termos de Globalização, somos uma economia completamente inviável.

3. A GEOECONOMIA DAS VAGAS EXPORTADORAS DE PORTUGAL

O nosso sector exportador actual é uma sobreposição de vagas. Vagas de investimento que foram propiciadas pela conjugação de processos geoeconómicos, que abriram oportunidades de mercado pela existência de factores abundantes em Portugal e que tornaram possível explorar essas oportunidades. E, também, pela conjugação de políticas macroeconómicas e/ou de regulação que tornaram mais atractiva a exploração desses factores, quer por investidores estrangeiros, quer por distintos segmentos do tecido empresarial português. De análises realizadas noutros momentos resulta a identificação de quatro grandes vagas, que se distribuem no tempo a partir do início dos anos 60 (vd. Figura II).

FIGURA II | VAGAS DE INVESTIMENTO NO SECTOR EXPORTADOR DE PORTUGAL



Fonte: DPPE (Departamento de Planeamento e Prospectiva)

SEGUNDA SESSÃO

A primeira vaga – a Vaga EFTA – resulta da integração de Portugal na Associação Europeia de Livre Comércio, onde tinha como parceiros países que se localizavam, no essencial, em ilhas e penínsulas situadas mais a norte da Europa – Reino Unido, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia – além da Suíça. Recorde-se que, em paralelo com a vaga de exportação de bens industriais para a EFTA, ocorreu uma vaga maciça de emigração para a CEE.

Esta vaga EFTA centrou-se em actividades intensivas em recursos naturais, em abundância de trabalho desqualificado e de baixos salários (sobretudo trabalho feminino) e na existência de amenidades valorizadas pelo turismo. Esta vaga foi facilitada pela adopção de um novo código de investimento estrangeiro, em 1965:

A vaga terminou, no que respeita à dinâmica de investimento exportador, com:

- O pedido de adesão do Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega à então CEE, em que os três primeiros se integram em 1973, foi acompanhada por uma vaga de emigração de grandes proporções, originando crescentes montantes de remessas de emigrantes.

- As transformações sociais ocorridas no pós-1974, que levaram à retirada dos investimentos estrangeiros, na indústria electrónica (com excepção dos investimentos alemães), e, posteriormente, da maioria das empresas de vestuário.

A **Vaga da Rota do Cabo** resultou da valorização da localização geográfica de Portugal, em consequência do encerramento do canal do Suez ao tráfego dos petroleiros, que transportavam petróleo do Golfo Pérsico para a Europa, na sequência da guerra israelo-árabe de 1967. O acontecimento que desencadeou esta vaga foi a coincidência deste evento, com a inauguração de um grande estaleiro naval de reparação de navios no estuário do Tejo, em que estiveram envolvidos o maior grupo empresarial português de então, um estaleiro da Suécia e outro da Holanda.

A procura dirigida a este novo estaleiro de reparação cresceu de forma exponencial e fez descobrir a valia da fachada atlântica de Portugal, já não para a relação com os territórios de África mas com os negócios globais. Sucederam-lhe o investimento no exterior em novos estaleiros concebidos e equipados pela engenharia portuguesa (o mais célebre no Barhein) e a decisão de erguer um estaleiro de construção em Setúbal para os petroleiros de maior dimensão em altura.

Esta vaga atingiu o seu ponto mais elevado com a decisão de construir um porto de águas profundas em Sines, com um terminal petrolífero, uma nova refinaria em parceria com capitais franceses, e de um complexo petroquímico adjacente. A competição entre grupos portugueses do sector da Química determinou que fosse realizado um investimento noutra complexa petroquímica, agora no Norte de Portugal, adjacente à refinaria de Matosinhos. Todos estes investimentos estavam orientados para a exportação.

Esta vaga terminou com o primeiro choque petrolífero e com a alteração radical das condições económicas e sociais pós-1974.

A **Vaga EFTA na CEE** ocorreu após uma década de perturbação, a dinâmica exportadora foi retomada, primeiro, ainda no quadro do acordo de livre troca com a então CEE e, depois, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

3ª Palestra - “Visão Prospectiva da Evolução” | Dr. José Felix Ribeiro

A integração na CEE, em paralelo com a Espanha, representou uma profunda transformação geoeconómica para Portugal. Ao integrar os mercados ibéricos, tornou o território português mais atractivo para o investimento internacional e, ao mesmo tempo, abriu o mercado de Espanha aos produtos portugueses, nomeadamente aqueles que beneficiam de efeitos de proximidade para competir pelos custos (redução dos custos logísticos). Mas, a abertura a Espanha não se traduziu em nenhuma transformação na composição da oferta externa de Portugal por via de investimento espanhol. Pelo contrário, este – de uma forma geral – concentrou-se em sectores mais “abrigados” da economia, reproduzindo o padrão de crescimento e internacionalização da economia espanhola.

Esta vaga consistiu na redinamização ou atracção de actividades cuja competitividade – tal como acontecera com a Vaga da EFTA – residiam na disponibilidade de mão-de-obra desqualificada e com baixos salários relativos, e em recursos naturais. Traduziu-se:

- Num reactivar das indústrias têxteis, das malhas e do vestuário – com maior peso destes dois últimos sectores – agora para os mercados da Alemanha, França e Holanda;
- Numa viragem para um forte crescimento exportador de um sector com tradições no País – o calçado – viragem para a qual contribuíram várias empresas estrangeiras – alemãs e britânicas;
- Na expansão do sector dos aglomerados de madeira e do sector de pasta e papel, com a instalação de uma nova empresa, inicialmente com capitais franco-britânicos, e um aumento do peso do papel no conjunto das exportações;
- Na implantação de várias grandes unidades de fabrico de cablagens para a indústria automóvel (que foram, nesta vaga, o equivalente das montagens electrónicas da Vaga da EFTA).

Esta vaga terminou com o avançar da Globalização e com a chegada em massa dos produtores da Ásia (China, sobretudo), bem como com o alargamento da União Europeia aos países de baixos salários da Europa Oriental (Roménia e Bulgária).

A **Vaga Alemã** foi desencadeada, tal como a anterior, pelo relacionamento de Portugal com a Comunidade Económica Europeia, primeiro sob o regime de um Acordo de Livre Troca e, depois, como Estado-Membro. Mas, ao contrário da vaga da EFTA, vai organizar-se em torno de investimentos em sectores com capital em escala intensivos, exigentes em termos de mão-de-obra qualificada (essencialmente masculina) e mesmo em competências de engenharia. Estruturou-se – sobretudo devido ao investimento alemão – em torno da vaga que traz a Auto-Europa para Palmela, que teve a Quimonda na Maia, que teve a Continental Mabor em Vila Nova de Famalicão, que teve a Blaupunkt em Braga ou a Bosch em Aveiro e a Siemens em Alfragide. É a vaga que revoluciona as exportações industriais portuguesas e é vaga de mão-de-obra qualificada e de engenheiros.

Considerando o conjunto destas quatro vagas, pode afirmar-se que Portugal desempenhou, ao longo destas décadas, uma tripla função na geoeconomia da Europa:

SEGUNDA SESSÃO

- Fornecedor de produtos industriais baseados em intensidade do trabalho e/ou recursos naturais, sem exigências de qualificação da mão-de-obra – padrão típico da Vaga EFTA (1960- 970);
- Fornecedor de produtos industriais baseados em intensidade de capital e mão-de-obra qualificada, com níveis de salários abaixo da média europeia – padrão típico das Vaga Rota do Cabo (1967/1974) e Vaga Alemã (1990 – 2000);
- Fornecedor de amenidades para actividades turísticas sol, praia e golfe.

4. QUATRO CHOQUES EXTERNOS E UMA ECONOMIA ESVAZIADA DE FUNÇÕES GEOECONÓMICAS NA EUROPA E ACUMULANDO ELEVADOS DÉFICES CORRENTES

Chegando nós por volta de 2000 o que é que temos? Tivemos quatro choques externos que afectaram profundamente a competitividade de Portugal:

- O fim do acordo multifibras e a adesão, em 2000, da China à OMC marcaram uma ascensão, ainda mais rápida do que na década de 90, das exportações da China para aos EUA e para a Europa, competindo nesta em vários dos mercados tradicionais da exportação portuguesa;
- A integração na UE de estados da Europa de Leste e a sua capacidade de atracção de investimento industrial, com destaque para o investimento da Alemanha;
- A adesão de Portugal à moeda única e a valorização posterior do Euro face ao Dólar, moeda a cuja zona monetária pertencem os maiores exportadores emergentes da Ásia;
- A quase quadruplicação o preço do petróleo, de 2002 a 2007 (já sem falar do pico dos preços atingido em 2008).

Estes quatro choques deixaram a economia portuguesa praticamente “sem funções” relevantes para economia europeia, sem ser as actividades turísticas que iriam representar a maioria esmagadora dos Projectos de Interesse Nacional (PIN) com que, na segunda metade da década, se procurou facilitar o investimento em Portugal.

Se o Mundo era, até então, ainda um mundo onde cada região desenvolvida – Estados Unidos, Europa e Japão – tinha a sua zona de baixos salários para deslocalização industrial – México e Porto Rico, no caso dos Estados Unidos; Portugal, Irlanda, Espanha, no caso da Europa Continental, e os países do Sueste Asiático para o Japão – o surgimento da China, a partir de 2000, torna claro que a zona de baixos salários do mundo tinha passado a estar centrada neste país. E, portanto, todas as zonas de baixo salário que serviam cada uma das regiões desenvolvidas perderam importância nas funções que, tradicionalmente, desempenhavam.

A partir de meados da década anterior, Portugal passou, claramente, a estar numa situação em que as duas vagas em que assentava o nosso sector exportador colapsaram ambas – a vaga EFTA, na CEE, e a Vaga Alemã. Tal como em 1973/4, tinham colapsado as vagas EFTA e Rota do Cabo.

Estamos, portanto, numa situação difícil, em que temos que andar à procura de novas vagas cuja "energia" possamos aproveitar para retomar exportações e crescimento. Portugal é uma economia obrigada a fazer surf e, portanto, o problema principal que nós temos para o futuro é dizer assim (estou a dizer como eu faria): nós estamos desesperadamente à procura das vagas que, ao redinamizar o sector exportador, acatelem a existência de dois tipos de empresas – as que geram **Volume** e as que geram **Variedade** – porque uma pequena economia aberta não se pode preocupar com meia dúzia de actores que produzam volume – como são, quase sempre, as multinacionais. Portugal tem que ter sempre, ao mesmo tempo, capacidade de produção de variedade, o que significa outros sectores e outros mercados. Isto permitirá ao país não ficar sem alternativas no caso de se irem embora os que produzem volume.

Mas, diria eu, actualmente, em finais de 2010, ao que é crucial é procurar as vagas que nos tragam **Volume**, devido ao nível dos nossos défices externos e das necessidades de endividamento.

Para além dos investimentos projectados em imobiliário turístico (resorts integrados) e turismo que marcaram os PIN, se na nossa busca de vagas tomarmos como indicador de possíveis tendências para o futuro o investimento em actividades com potencial de exportação, pode referir-se a das multinacionais que vieram para o mercado interno e que, ao descobrirem que Portugal tem engenheiros de grande qualidade mais baratos do que no resto da Europa, começam a exportar serviços que estão na nossa balança tecnológica.

Se considerarmos a abertura de novos mercados de exportação para produtos e serviços em que temos tradição, pode referir-se o interesse da China por produtos naturais de Portugal (vinho, azeite e cortiça), ou exportações para as economias petrolíferas como Angola, Venezuela ou Líbia.

5. REPOSICIONANDO PORTUGAL NA GLOBALIZAÇÃO PARA RETOMAR O CRESCIMENTO

A convergência de um fraco potencial de crescimento na Europa e de uma forte competição no mercado europeu dos exportadores da Ásia, da Europa de Leste e do Mediterrâneo (Turquia e Marrocos) faz com que Portugal tenha que diversificar, em tempo recorde, a sua carteira de actividades exportadoras de serviços e de bens:

- Por um lado, explorando novos segmentos do mercado europeu com maior potencial de crescimento no futuro, aproveitando a melhoria de qualificações e a existência de pólos de competência científica e tecnológica que se foram acumulando nas últimas duas décadas (segmentos em que se podem incluir o turismo de alta qualidade/turismo residencial; as indústrias e serviços de saúde; os produtos das indústrias criativas e de multimédia, a produção industrial sob contrato – ou em fases específicas das cadeias de produção globais de produtos intensivos em conhecimento e tecnologia – os veículos eléctricos – dos vários tipos que se perfilam no horizonte – as energias renováveis e as tecnologias "mais verdes" de utilização de hidrocarbonetos, etc.);

- Por outro lado, identificando e atraindo funções que o coloquem no interface das relações da Europa com **três "mundos" em ascensão de importância** – os exportadores asiáticos, os produtores de petróleo e gás natural e os inovadores dos EUA em tudo o que tem que ver com energia e mobilidade.

SEGUNDA SESSÃO

Se quisermos consolidar o nosso olhar sobre o futuro da presença internacional da economia portuguesa é vantajoso identificar algumas das dinâmicas que vão marcar a Globalização nas próximas décadas e que podem, eventualmente, ser exploradas por Portugal para se sintonizar com elas e daí tirar potencial adicional de crescimento económico. Numa primeira observação destacaríamos as seguintes **Oito Dinâmicas**:

- As economias e as sociedades vão passar a funcionar com base no CIBERESPAÇO, e esta transferência gerará uma onda de inovações e de serviços que exigem, na sua criação, recursos humanos qualificados “e talentos”;

- A (s) Ásia(s) – em particular a China – vão intensificar as suas relações comerciais, de investimento e de obtenção de tecnologias, com a Europa, ligação que será tanto maior quanto maior for a ligação da China com a zona Euro em termos monetários;

- As cadeias produtivas mundiais vão ser redesenhadas pelo surgimento de uma vaga de empresas multinacionais oriundas da Ásia (mas também do Brasil e do Golfo) que estarão em fase de “descoberta” de localizações;

- As bases de conhecimento acessíveis pelas multinacionais vão continuar a mundializar-se em busca de talentos e competências, abrindo assim espaço à localização de pólos de conhecimento e de inovação – frequentemente especializados – em múltiplas regiões do mundo;

- Vão desenvolver-se novos fluxos turísticos entre a Europa e a Ásia e entre a Europa e a América do Sul, mesmo num contexto de uma elevação dos preços dos combustíveis, traduzindo uma elevação deste tipo de gastos nas preferências das classe médias europeias e asiáticas;

- Vai acentuar-se a importância dos “espaços de qualidade de vida” no contexto da economia globalizada, espaços que beneficiem de condições naturais, de serviços e de atractivos que os tornem *meeting points* para quem procure ter residências secundárias, ou mesmo novas residências permanentes;

- Certos territórios serão valorizados por razões energéticas, quer em termos de segurança de abastecimento quer de apoio e assistência técnica a regiões de produção energética em ascensão. No caso da Europa as oportunidades vão surgir da deslocação em curso do Mar do Norte para o Atlântico Sul como espaço de segurança energética para Europa;

- Vai intensificar-se uma “corrida” ao Atlântico Sul (América Latina e África) pelas economias emergentes da Ásia em busca de água, solos aráveis, alimentos, minérios e energia (nota: é no Atlântico Sul que está “sediada” a CPLP).

É claro que a capacidade de beneficiar daquelas vagas - pois é de Vagas que se trata - não está adquirida actualmente e vai depender de três factores principais:

- As condições gerais oferecidas ao investimento internacional e ao desenvolvimento da inovação empresarial “endógena” aos países e virada para a competição no exterior;

- O peso relativo das três componentes-chave dos recursos humanos – Competências, Conhecimentos e Criatividade – que o País consiga ter;

- A qualidade das infra-estruturas de conectividade internacional e a competitividade e inovação dos serviços que as utilizem.

Em trabalhos realizados no DPP procurámos construir distintos cenários, conforme as dinâmicas da Globalização que conseguíssemos explorar em profundidade. Ao construir cenários para a presença futura da economia portuguesa na Globalização tivemos em consideração as Oportunidades que se podem abrir a Portugal em consequência das seis dinâmicas na Globalização que referimos anteriormente.

Considerámos **três incertezas cruciais** que, ao se resolverem em conjunto, irão gerar formas muito diferentes para essa presença e exigir infra-estruturas de conectividade internacional. E admitimos, para cada uma destas incertezas, duas **formas de resolução** plausíveis e contrastadas:

- **Qual poderá ser o futuro-padrão de actividades exportadoras que caracterizariam Portugal nesse horizonte temporal?**
- **Que funções Portugal poderá desempenhar na movimentação internacional de passageiros e de carga?**
- **Qual o padrão de relacionamentos externos preferido pelos investidores portugueses e pelos poderes públicos?**

Seguidamente, consideraram-se duas **CONFIGURAÇÕES** contrastadas para a resolução de cada uma dessas incertezas, gerando-se três Eixos de Contrastação.

Assim, no que respeita à primeira incerteza - "**Qual poderá ser o futuro padrão de actividades exportadoras que caracterizariam Portugal nesse horizonte temporal?**" - consideraram-se as configurações:

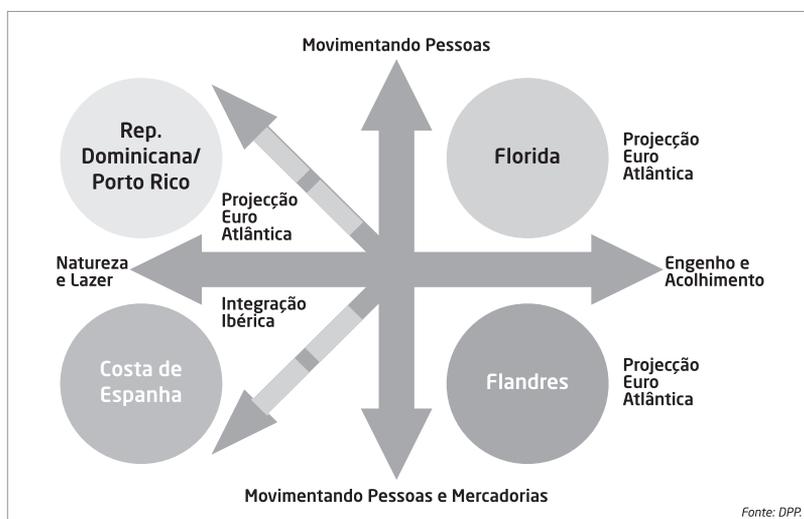
Portugal - Natureza & Lazer

Portugal - Engenho & Acolhimento

No que respeita à segunda incerteza - "**Que funções Portugal poderá desempenhar na movimentação internacional de passageiros e de carga?**" - consideraram-se as configurações:

Portugal - Movimentando Pessoas

Portugal - Movimentando Pessoas e Bens

FIGURA III | QUATRO CENÁRIOS PARA AS FUNÇÕES EUROPEIAS DE PORTUGAL NO HORIZONTE 2025

Obtivemos, assim, quatro cenários muito contrastados que resultam das observações República Dominicana/Porto Rico; Costa de Espanha; Florida e Flandres e depois um quinto cenário, que resultaria se se verificasse a Wild Card, a que chamámos Escócia do Sul. Procurámos, seguidamente, resumir que actividades seriam motoras em cada cenário.

CENÁRIO "REPÚBLICA DOMINICANA/PORTO RICO"

TRAÇOS DEFINIDORES

Especialização assente na Natureza & Lazer

Movimentando pessoas & produtos leves

Projeção Euroatlântica

- Portugal constituiria um destino turístico, com a sua competitividade assente na exploração de amenidades (golf, sol, praia, desportos náuticos e desportos radicais), com mercados na Europa e uma forte interrelação dos operadores turísticos nacionais com o turismo no Brasil;

- Portugal seria uma economia de acolhimento de actividades, entidades e eventos, sobretudo orientados para os sectores do entretenimento e lazer, incluindo uma forte componente de gambling. Lisboa tornar-se-ia

SEGUNDA SESSÃO

na capital do jogo da Península Ibérica, enquanto no Ribatejo se localizaria o principal pólo ibérico de corridas de cavalos;

- Prosseguiria a tendência de desindustrialização, com três exceções: os pólos de indústrias pesadas energéticas localizadas na sua fachada atlântica, as indústrias ligeiras e trabalho intensivas do Norte do País, produzindo em subcontratação, nomeadamente para firmas de Espanha (da Galiza e de Castela-Leão); as indústrias têxteis e plásticos, abastecendo a Europa em consumíveis hospitalares e dispositivos de saúde;

- As actividades de serviços à distância para multinacionais desenvolver-se-iam rapidamente, absorvendo uma mão-de-obra escolarizada mas pouco qualificada;

- Portugal estaria bem posicionado na exportação de produtos ligados à agricultura de especialidades e a equipamentos de energias renováveis;

- Portugal experimentaria um forte movimento de emigração de recursos humanos mais qualificados mas atrairia novos residentes europeus.

CENÁRIO “COSTA DE ESPANHA”

TRAÇOS DEFINIDORES

Especialização assente na Natureza & Lazer

Movimentando pessoas e mercadorias

Integração Ibérica

- Portugal reforçar-se-ia como destino turístico ibérico e como local de turismo desportivo do norte da Europa (golf) e, sobretudo, como zona balnear da comunidade de Madrid, alternativa à costa do Mediterrâneo, graças à ligação ferroviária em alta velocidade Lisboa-Madrid;

- O complexo portuário/aeroportuário/logístico do sul de Portugal (expansão do terminal de contentores de Sines; plataforma logística do Poceirão e linha ferroviária Sines/Lisboa – Badajoz- Madrid para mercadorias) passaria a ser uma “porta de entrada” para as importações destinadas a Espanha (sobretudo para a comunidade de Madrid) e uma “porta de saída” para as exportações de Espanha para América Latina (sobretudo as exportações da Catalunha);

- O complexo energético de Sines funcionaria como fornecedor energético e industrial de regiões espanholas;

- Portugal prosseguiria na tendência da desindustrialização, com excepção dos pólos de indústrias pesadas energéticas, localizadas na sua fachada atlântica com envolvimento de grandes empresas espanholas; o cluster automóvel ficaria reduzido ao fornecimento de componentes aos clusters da Galiza e Castela-Leão,

admitindo-se que os construtores franceses implantados a Norte da Península Ibérica – Grupo RENAULT e Grupo PSA – localizassem em Portugal integração de viaturas de nicho;

- Compensando o reforço da integração das economias ibéricas haveria uma aposta no Atlântico Sul (Brasil e Angola), em parte partilhada com a Espanha

CENÁRIO "FLANDRES"

TRAÇOS DEFINIDORES

Especialização assente no Engenho & Acolhimento

Movimentando pessoas e mercadorias

Projecção Euroatlântica/Vento Global

- Portugal atrairia um conjunto de multinacionais asiáticas para o seu território, valorizando a existência de um novo aeroporto internacional em Alcochete, de portos de águas profundas e de uma plataforma logística central a ambos; e de uma linha ferroviária para o centro da Europa, passando pela Catalunha em direcção a França, Alemanha do Sul e Suíça;

- Portugal teria um forte crescimento de serviços associados ao seu novo papel no transporte de mercadorias e na gestão das cadeias de produção e distribuição dessas multinacionais; e Lisboa atrairia funções de back office e de desenvolvimento de serviços informáticos em parceria com empresas indianas;

- Portugal atrairia parcerias entre multinacionais europeias e asiáticas em sectores inovadores (ex. mobilidade eléctrica) graças a políticas que favorecem uma mudança radical na mobilidade urbana. nas áreas metropolitanas portuguesas;

- Portugal transformar-se-ia num importante fornecedor energético do sul da Europa, a partir de Sines onde se instalariam novas unidades de desliquefação do gás natural e centrais de ciclo combinado;

- Neste cenário, assistir-se-ia ao renascimento industrial do Norte – produtos leves de elevado valor acrescentado – engenharia biomédica, electrónica, agricultura de especialidades, moda;

- Portugal manteria a sua vocação turística, reforçando a vocação de destino residencial para os europeus do Norte da Europa, atraídos pelas condições físicas e humanas do País, e conseguiria que se localizasse em Portugal um *hub* aeroportuário, intervindo na movimentação de passageiros entre América do Norte e do Sul e a Europa.

SEGUNDA SESSÃO

CENÁRIO “Florida”

TRAÇOS DEFINIDORES

Especialização assente no Engenho & Acolhimento

Movimentando pessoas

Projeção Euroatlântica/Vento Global

- Portugal transformar-se ia num espaço residencial privilegiado para as classes média-alta da Europa em busca de amenidades e atractivos;
- Portugal veria a concretização de uma variedade de pólos de atracção que serviriam um turismo com forte componente de animação cultural – ex: parque temático dos Dinossauros, pólos museológicos dos Templários/Ordem de Cister/Casa de Borgonha; ligações de Portugal à Ásia, etc.;
- Portugal desenvolveria um conjunto de pólos de indústrias criativas e do audiovisual, bem como de parques temáticos em parceria com operadores mundiais de lazer e da indústria audiovisual;
- Portugal atrairia um conjunto de multinacionais americanas especializadas nos serviços de saúde e na engenharia biomédica para servir a Europa, reorientando parte dos sectores têxtil e plásticos para segmentos ligados à saúde;
- Portugal não conseguiria atrair operadores globais na movimentação de mercadorias, que prefeririam localizar-se em Marrocos, utilizando Tânger como grande plataforma de movimentação no Atlântico/Mediterrâneo e os portos espanhóis do Mediterrâneo como acesso ao centro da Europa, aproveitando a rota Ásia/Europa pelo Canal do Suez;
- Portugal atrairia empresas inovadoras na área das energias verdes (com destaque para as células de combustível e a produção descentralizada de electricidade) bem como de soluções inovadoras de mobilidade eléctrica;
- Portugal conseguiria encontrar funções na área emergente do Turismo Espacial graças à localização de um *spaceport* no seu território por parte da empresa europeia líder deste novo sector.

CENÁRIO “ESCÓCIA DO SUL”

- Portugal transformar-se-ia num produtor europeu de gás natural e de petróleo, assistindo-se à expansão das indústrias de transformação energética;
- Portugal tornar-se-ia num ponto de acesso energético seguro à Europa, a partir do porto de Sines e da rede de gasodutos europeus, bem como do desenvolvimento de soluções de captação e sequestração de CO₂ gerado por grandes unidades de transformação energética;

3ª Palestra - "Visão Prospectiva da Evolução" | Dr. José Felix Ribeiro

- Portugal desenvolveria as actividades de prestação de serviços às empresas petrolíferas, operando nas bacias energéticas da África Ocidental na área da engenharia oceânica;
- Portugal desenvolveria funções únicas na exploração das energias renováveis no Mar e na sua utilização para produção de hidrogénio, dinamizando um conjunto de indústrias no Litoral Norte do País;
- Portugal transformar-se -ia num produtor de lítio metalúrgico;
- Assistir-se-ia à expansão de actividades de exploração de recursos energéticos e minerais submarinos.

Moderador - Prof. Valente de Oliveira

Como vêem, eu tinha razão. O Eng. Mira Amaral mantém as suas qualidades de ás do volante. Verão que ele mantém outras boas qualidades e como estamos um bocadinho atrasados eu vou já passar-lhe a palavra, mas aquilo que eu queria sublinhar era o seguinte. O Doutor Félix Ribeiro fala - como sublinhou - na terceira vaga, que tem a ver com a energia e com a segurança energética europeia e é, exactamente, sobre isso que nos vai falar o Engenheiro Mira Amaral.

SEGUNDA SESSÃO

4.ª Palestra - “O Sistema Energético Português e a Contribuição das Fontes Renováveis”

Eng.º Luís Mira Amaral

Engenheiro e Economista | Professor Catedrático Convidado de Economia e Gestão – IST | Vice-Presidente da CIP

Bom dia a todos. Agradeço ao meu caríssimo amigo professor doutor Valente de Oliveira o gentil convite que foi feito para, mais uma vez, estar aqui presente, convosco, nas jornadas da AEP e da Fundação de Serralves. Cumprimento também os meus caros amigos, presidente da AEP e presidente da Fundação AEP, aqui presentes. Os meus cumprimentos também a todos os presentes.

Foi-me pedido para falar sobre o sistema energético português e a minha comunicação é sobre o sistema energético português e a contribuição das fontes renováveis. Eu tenho aqui um *PowerPoint*, mas não se assustem, não vou ler tudo aquilo que aqui está. Ficará aqui para posterior publicação e, portanto, não vou ler isto tudo, vou apenas utilizá-lo como cábula para o que direi, já que é com todo o gosto que vou fazer a minha intervenção a seguir a uma pessoa, que muito aprecio e estimo, o Professor Félix Ribeiro, com quem, aliás, tive oportunidade de trabalhar, em conjunto, várias vezes, a última das quais no livro sobre economia do conhecimento, que aqui foi apresentado em Serralves, há pouco mais de ano.

Quando estava a ouvi-lo recebi, no meu blackberry, uma mensagem de que ele vai ter um jantar de homenagem, dia 26 de Novembro. Desde já vos anuncio, que o departamento onde ele trabalha convida-nos para um jantar de homenagem, dia 26 de Novembro, em Lisboa. Anuncio desde já esta matéria, agora vamos, então, falar da questão da energia.

Primeiro dizer-vos que temos, hoje em dia, uma questão energética diferente daquele choque calorífico que tivemos no tempo dos Árabes. Os Árabes fizeram uma restrição de oferta. Foi um choque energético para o lado da oferta, restringindo-a. Isto, obviamente, gerou o excesso de lucro sobre a oferta, mas como nós sabemos - dos manuais de economia - isso não é sustentável, dado que o aumento dos preços industriais, por parte de outros, que não fazem por parte do cambão, entram em cena e, por outro lado, os países que fazem parte do cambão petrolífero da OPEP não eram o exemplo de uma boa gestão macroeconómica. Iriam precisar de dinheiro, mais dia, menos dia. Então começaram a vender petróleo por baixo da mesa, à rebeldia do acordo, e portanto o choque do lado da oferta não era sustentável.

A questão comum até hoje é diferente. É um choque petrolífero do lado da procura, induzido pelas novas crises emergentes, cujas necessidades de energia são imperiosas no Século XXI e, portanto, este choque do lado da procura veio para ficar e não tenhamos dúvidas, que o carácter - agora estrutural - e o desafio para nós do ponto de vista energético é muito maior. O que acontece é que tivemos, depois desta crise financeira e económica, que agora deu numa crise financeira pública - que estamos a viver em pleno - temos depois uma redução da procura mundial, portanto uma redução também da procura do petróleo.

4.ª Palestra - “O Sistema Energético Português e a Contribuição das Fontes Renováveis” | Eng.º. Luís Mira Amaral

O preço do petróleo desceu devido à crise, mas isto é conjuntural e assim que as economias arrancarem em pleno, obviamente, que o preço do petróleo vai voltar a subir. Quanto mais descesse na crise mais perigoso era para o futuro porque menos induzia os investimentos nas novas formas alternativas e novas tecnologias, portanto isto era extremamente perigoso numa descida muito grande até dos preços do petróleo.

Neste momento, a questão também é que, com o primeiro e segundo choques petrolíferos, nós deixámos de utilizar petróleo na produção de energia eléctrica. Eu lembro-me de estar no Conselho da Energia em Bruxelas, em que os ministros europeus da Energia decidiram que iam autorizar o gás natural nas centrais eléctricas. Até aí o gás natural era proibido, portanto como reacção aos primeiros choques petrolíferos do lado da oferta, nós ocidentais e nós europeus lançamos o gás natural para substituir o petróleo na produção de energia eléctrica.

A grande questão hoje em dia (eu volto depois a este tema sobre as eólicas) a grande questão, dizia, é que já não utilizamos petróleo para produzir electricidade, o petróleo é muito utilizado nos transportes e a grande questão - com estes grandes choques petrolíferos - vai ser como é que nós conseguimos, no sector dos transportes, reduzir a procura de petróleo, dado que o petróleo tem que ficar para utilizações mais nobres; para as utilizações industriais e até para produzir equipamentos renováveis. Portanto, a grande questão é que vamos ter que reduzir a procura de petróleo no sector dos transportes. Assim, com este terceiro choque petrolífero induzido pelo lado da procura, esta é a questão de fundo e, portanto, o que é que nós temos?

Temos que o petróleo ainda não acabou, embora alguns mais pessimistas digam que o pico se aproxima. É evidente que isto é relativo, que há diferenças entre recursos e reservas, há uma diferença entre a parte económica e a parte física e há sempre petróleo. Quanto mais caro for, mais petróleo se consegue extrair do solo e, portanto, é por isso que isto é dinâmico, está-se sempre a dizer que acaba; depois acaba por voltar a não acabar, mas em todo o caso temos reparado que terminou a época do petróleo barato. Esta circunstância gera, obviamente, um grosso estímulo económico para avanços tecnológicos nas formas de produção de energia e também para a utilização mais eficiente do mesmo. Portanto, as nossas economias terão que gerir um difícil período de transição para um sistema energético mais diversificado e menos dependente do petróleo e dos combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que fazem a gestão do lado da procura, que são as políticas de conservação e utilização racional de energia. Há várias questões tecnológicas em aberto, a fusão nuclear, o sequestro do CO₂, que é a história do carvão limpo a descoberto e o lançamento no mercado de novos hidrocarbonetos. Do ponto de vista petrolífero não acredito que vão aparecer muitos mais novos hidrocarbonetos, mas no gás já apareceu o shale gás, o gás de xisto nos Estados Unidos e este tema também está a ser visto na Europa. Depois temos as velhas questões das nucleares, a fusão nuclear, que não vamos ter nos tempos mais próximos, mas sim a velha energia nuclear de ficção, que já é da quarta geração, que vão conseguir reciclar e reciclar no mesmo sistema dos resíduos radioactivos. É uma via inteiramente promissora no contexto de 10 a 15 anos para o Mundo Ocidental, da qual o Mundo Ocidental não vai poder esquecer e aí há um certo cinismo - para não lhe chamar demagogia - dos políticos ocidentais.

Países como a Alemanha e a Espanha decretaram que não precisavam do nuclear, mas o problema é que precisam mesmo dele e como não querem - depois dar o dito por não dito - o que é que estão a fazer? Estão

SEGUNDA SESSÃO

a prolongar o período de vida de reactores antigos, em vez de fazerem novos. É este o filme que se está a passar na Alemanha e na Espanha. O mundo Ocidental não pode dispensar o nuclear. Obviamente manter velhos reactores tem mais riscos do que fazer novos. Tecnologia mais eficiente, mais limpa e com menos lixo, mas é isto, são as questões do cinismo político, que nós temos nas nossas sociedades.

E também há os problemas tecnológicos da energia eólica, que vou dizer a seguir, aplicados ao caso português, e também o desafio da biomassa florestal, que tem sido e ainda é uma das grandes componentes renováveis do nosso país e tinha sido esquecida pelo Governo porque as renováveis da moda são a eólica e a fotovoltaica. Portanto, a biomassa, que tem vantagens em relação a estas, tinha sido esquecida no nosso país. Foi preciso os homens da biomassa constituírem uma associação para conseguirem fazer lobby e sacar tarifas mais altas, que é sempre a maneira de viabilizar estas coisas (já lá vamos a essa matéria).

Portanto, é isso que temos que discutir no lado da oferta: quais as alternativas, energias renováveis e energias nucleares. Do lado da procura, as políticas de conservação e utilização nacional de energia, chamando a atenção para que, no sector industrial, os bens transaccionados (o mercado funciona e as empresas, ou são mais eficientes na utilização dos recursos, ou vão à falência). Portanto aí não é preciso tanta intervenção do Estado no sector residencial e dos transportes em Portugal, como em todos os países da OCDE. O mercado não funciona para uma afectação eficiente de recursos e, portanto, é preciso o Estado - através de políticas públicas voluntaristas inteligentes - colmatar essa falha, devido a não haver o mercado, a não entrar para a afectação dos recursos e portanto, aqui o Estado português tem muito que fazer no sector residencial e dos transportes. No caso do sector industrial, o Estado tem é que apoiar a competitividade dos sectores transaccionáveis e, nesse contexto, obviamente eles também têm que ser suficientes em energia, mas não vejo uma questão específica em termos de energia para esses sectores e também, portanto, nas renováveis, ou na tecnologia de armazenamento de energia. A questão é esta: as fontes renováveis, como o vento e o sol, são intermitentes, voláteis, não produzem o dia inteiro e, às vezes, quando produzem a gente não precisa da energia. Portanto, a grande questão é a conservação de energia. Já vai havendo tecnologias químicas também para fazer a conservação de energia, portanto essa é a grande questão, que se vai pôr em Portugal. Infelizmente o programa hidroeléctrico esteve suspenso desde o demagógico e irresponsável episódio de Foz Côa porque, de facto, tinha-se feito a barragem, tudo coexistia perfeitamente, mas o fundamentalismo Paleolítico não permitiu que as coisas fossem feitas, respeitando as duas coisas e o país perdeu muito dinheiro desta maneira, sobretudo com o jogo da altura. O programa hidroeléctrico não foi só a questão estática, foi a questão dinâmica, deixamos de pensar na barragem a partir daí e só começamos a pensar em eólicas, agora por causa das eólicas é que voltamos a falar e a pensar, novamente, em barragens.

Também vos chamo a atenção (isto é uma surpresa para algumas pessoas), é que as fontes renováveis também emitem CO₂. Ensina-nos na economia a ver o ciclo de vida do produto e, se na fase que os equipamentos estão a ser produzidos eles emitem CO₂, esse CO₂ feito na fase de construção dos equipamentos tem que ser integrado na produção de energia através de fontes renováveis. Isso é uma coisa que muito boa gente esquece e, neste aspecto, vejam que o solar que aqui é o solar fotovoltaico não é famoso em emissões de CO₂, o solar fotovoltaico é daqueles que até emite muito CO₂.

4.ª Palestra - “O Sistema Energético Português e a Contribuição das Fontes Renováveis” | Eng.º. Luís Mira Amaral

Como ouvi numa recente conferência em que marquei presença, o ex-primeiro-ministro checo dizia uma coisa muito simples. É que se o objectivo é reduzir o CO2 deixem de falar em fontes renováveis, falem em fontes com menos conteúdo de CO2 e aí tem que entrar o nuclear, obviamente. Deixem-se de fantasias, como dizia o ex-primeiro-ministro checo, aliás com uma linguagem e uma objectividade incisivas. Tomáramos nós três tipos daqueles na República Portuguesa, mas enfim. Por isso, a República checa está com aquele *upside* que a gente sabe e o nosso país é neste momento uma economia submergente. Há as economias emergentes, há as economias desenvolvidas e há, agora, o nosso caso e da Grécia, que somos economias submergentes e, portanto, vejam que em termos de emissão de CO2 não há energias limpas; isso é um erro técnico. Há energias mais limpas do que outras porque, como a gente sabe das leis da Física, há sempre degradação da energia, portanto não há energias limpas. Agora quanto ao sistema electroprodutor português, a REN dizia que, na expansão do nosso sistema electroprodutor, por mais que houvesse esforços nas renováveis na conservação e utilização racional de energia, iríamos precisar de novas centrais. É claro que a REN, como é uma empresa ainda pública ou semi-pública, tinha que estar no registo do politicamente correcto. Então em centrais de carvão falava em carvão limpo para não assustar o pessoal, para ser politicamente correcto. O problema é que carvão limpo não vai haver nos próximos anos, pois as tecnologias de captura do carvão e armazenamento não vão estar viáveis nem comercializáveis nos anos mais próximos; logo, não vai haver carvão limpo nos anos mais próximos, vai haver, sim, como os alemães já estão a fazer centrais super críticas, que conseguem, de facto, temperaturas muito mais elevadas e com novos materiais emitir menos CO2, aproximando-se do CO2 emitido pelo gás natural. Portanto, estas centrais super críticas vão conseguir aproximar-se dos níveis do gás natural, o que já será uma vantagem muito grande, mas isso não é tecnicamente ainda o carvão limpo e também, já vos disse, qual é o problema português no sector, na gestão da procura.

É basicamente o residencial dos transportes e agora um índice que é económico-energético, que muito boa gente se esquece. Eu ouço sempre os homens da energia, os mais fundamentalistas, que dizem: “A nossa intensidade energética é muito elevada em termos europeus.” Queriam eles concluir que a gente devia ser posto à míngua da energia. Já estamos a ser postos à míngua de créditos, de rendimento disponível. Agora também nos queriam pôr em escassez de energia.

Qual é a questão do indicador de intensidade energética? É que a intensidade energética é um quociente entre a procura de energia per capita e o PIB per capita; estamos aqui, praticamente, na média europeia.

O problema é que o PIB *per capita* é inferior ao europeu; se o PIB per capita é inferior ao europeu, no fundo a intensidade energética é muito elevada. Qual é o nosso problema em ver negados esforços no domínio da procura da conservação e utilização nacional de energia? A nossa questão é que temos colocado muito pouco valor acrescentado dos nossos inputs, inclusive o input energético. Temos aqui uma questão económica, não é só energética e tanto que é assim, que se virem este quadro vê-se que a intensidade energética aumenta à medida que os países são menos desenvolvidos. Os países do Leste europeu, como a Bulgária e a Roménia, têm uma intensidade energética muito superior à portuguesa, também porque o PIB per capita ainda é inferior ao nosso; portanto, há que ter consciência que na intensidade energética se fala de um indicador energético-económico, não é só energético.

SEGUNDA SESSÃO

Até é um erro raciocinar só sobre isso, sem fazer o *upgrading* da nossa oferta produtiva e aumentar o PIB per capita. Sem isso também não resolvemos isto e agora contam os preços; foram lançados dez tarifários. Porque é que se geraram dez tarifários em Portugal? Eu costumo dizer, ironicamente, que o défice público e o défice externo é um *joining the version* entre dois partidos, o PS e o PSD. O PSD também teve contribuição para a matéria depois de o Governo Guterres, o PSD também contribuiu para essa matéria sobre o défice tarifário. Isto é uma contribuição quase do PS porque foi no Governo PS, que se criou o défice tarifário. Porque é que se cria um défice tarifário? Só quando os políticos apoiam, de forma clara, as energias renováveis, extremamente caras em relação aos preços de mercado, mas depois não querem que esses preços sejam passados para os consumidores e eu nunca iria fazê-lo. Obviamente, que vão planear o preço que é inferior aos custos dessa produção e, portanto, geram um défice tarifário como se gerou em Portugal e o receio que eu tenho, em Portugal, é que isto - mais dia menos dia - vá parar à dívida pública.

Aliás, no excelente relatório que o BPI fez sobre a dívida pública, acho que o banco se esqueceu desta pequena componente, porque se o décimo tarifário atingir uma dimensão tal, não vai haver Governo que consiga - nas tarifas seguintes - amortizar o défice do passado. Portanto, mais dia menos dia, aterra na dívida pública e, logicamente, em vez de ser o consumidor acho que vai ser o contribuinte, mais uma vez, a assumir encargos. É claro que aqui já não sei se vai ser o contribuinte português. Eu julgava que era o alemão, mas depois das medidas recentes da senhora Merkel não vai ser o alemão. Querem que as nossas dívidas, em parte, possam ser pagas pelos nossos financiadores, não pelo contribuinte alemão. Mas isto, a meu ver, acaba por aterrar e vai aterrar... Os défices vão aterrar na nossa dívida.

Qual é a questão da eólica e, também, embora em menor escala, a energia fotovoltaica? Que o mix energético é uma mistura equilibrada de várias fontes de energia é fácil de perceber. Se há uma que exagera distorce o mix e começa a gerar problemas económicos e técnicos na nossa rede e é isso, claramente, que está a acontecer com a eólica. Está a acontecer com a eólica e começou a ver-se quando. Quando nós, à noite, temos excesso de eólica e exportamos para Espanha a preço zero. Porque é que nós exportamos para Espanha a preço zero? Porque, por decisão governamental, a EDP Universal que é aquela empresa, a EDP que tem a parte universal de serviço de interesse público, o que é que ela faz? Compra, é obrigada a comprar energia aos produtores, ao preço político que estava fixado e depois vai vendê-la na rede. Se não precisarmos, então, exporta para Espanha. O problema é que os espanhóis também têm excesso de eólica à mesma hora que nós e, portanto, vão comprar aquela mercadoria a um preço muito baixo, tendencialmente, zero. E qual é o mecanismo que está em causa? É que nós, pela decisão governamental, quer queiramos, quer não, pagamos sempre por aquele preço da energia, mesmo que não precisemos, pagamos e depois vamos vendê-la a Espanha a preço zero, ou preço muito baixo.

E se o referencial entre o preço que o consumidor português paga e aquilo que é vendido em Espanha não vem na nossa factura energética, de forma clara, vem nos custos de interesse económico geral, que são custos fixos, que lá estão no sistema para a gente não perceber onde é que esta a pagar essa energia, que vem nos custos de interesse económico geral. O importante é, a partir daí, que nós - consumidores - mesmo que não precisemos dela estamos a pagá-la. Portanto, quando começa a haver, de forma significativa, excesso de

4.ª Palestra - “O Sistema Energético Português e a Contribuição das Fontes Renováveis” | Eng.º Luís Mira Amaral

energia, aqui em Portugal, que nós não precisamos e temos que exportar para Espanha a preço muito mais baixo do que estamos a pagar por ela isso significa que estamos a exceder já, em termos do mix dessa componente existente da eólica. Este é o primeiro sinal que mostra, de forma clara, o que é que acontece.

Em países civilizados, acho que ninguém tem dúvidas, ambientalmente responsáveis, como a Dinamarca e a Holanda há a noção clara que mais que 20% do eólico, mais que 20% do componente eólica não é bom na rede na Holanda, mais de 15% não é bom na rede e não é bom para a rede e portanto estão a tabelar para afinar esses valores.

Temo muito mais o excesso do consumo do que a potência média, o que é um quadro de excesso de eólica e de desequilíbrio do mix de produção. Não sei se têm consciência que, quando a gente menciona uma rede para o maior consumo do dia, que acontece, normalmente, em Portugal no mês de Agosto, temos de mencionar essa rede, sem o contributo da eólica porque não se sabe se vai haver vento nesse dia, logo temos que montar todo um esquema de centrais sem contar com a eólica. Portanto, estão a ver a duplicação que começa a haver aqui de investimentos devido à dualidade da eólica. Isto é um problema técnico não despiciente. Se houvesse vento todo o dia e a toda a hora, a gente tinha o problema português resolvido com a energia eólica. Esta energia é aquela das renováveis que teve maior evolução tecnológica nos últimos anos; foi notável a sua evolução. O problema é que temos o azar, é que só há vento 25% do tempo. Então, como só há vento 25% do tempo, temos aqui um constrangimento.

Qual é o problema que a gente vai ter nesta matéria? O tal problema é muito simples, é que de noite há vento e nós não precisamos da energia, logo as centrais hidroelétricas estão a ser feitas para ser, fundamentalmente, centrais de bombagem, não são centrais para produzir energia. São centrais para quê? São centrais para acumular a energia eólica em excesso da noite que é puxada lá para cima para ser descarregada durante o dia. E depois durante o dia o que é que a gente tem que fazer? Tem que continuar a fazer centrais térmicas a carvão, ou gás natural para quando não houver vento pôr as centrais a funcionar. Qual é o caricato da situação? É que estas centrais térmicas a carvão e a gás natural são aquilo que a gente chama, economicamente, centrais base do diagrama. Estão direccionadas para trabalhar muitas horas no diagrama de cargas, com custos fixos elevados. E quando nós estamos a pô-las a trabalhar pouco tempo, numa componente só de apoio às eólicas, quando não há vento durante o dia, também estamos a ter equipamentos pesados e custos fixos elevados para trabalharem poucas horas por dia. Se elas estão a trabalhar poucas horas por dia e vão entrar na rede só em apoio à eólica, elas vão entrar na rede chamada de preço marginal. Neste raciocínio, o preço marginal, obviamente, não cobre os custos fixos dessas centrais, ou - numa linguagem mais simples - se as centrais estão preparadas para trabalhar, dimensionadas em custos fixos para trabalhar várias horas por dia e só vão trabalhar uma ou duas, é óbvio que, quando vão vender energia 1 ou 2 horas, isso não paga os custos fixos dessas centrais. Então o que é que aconteceu? Entramos aqui num pequeno dilema que foi óbvio em Agosto. Em Agosto não houve vento, felizmente houve carvão e gás natural, e portanto o que é que o país concluiu?

Não podíamos dispensar as centrais térmicas, mas, por outro lado, ninguém queria fazer mais centrais térmicas porque só para trabalhar 2 ou 3 horas por dia, isso não iria remunerar os custos de investimento nessas centrais.

SEGUNDA SESSÃO

Moral da história, como acontece sempre: o Governo, em Agosto, como eu dizia ironicamente, pela calada da noite, porque em Agosto estão as pessoas de férias (o termo é correcto, pela calada da noite), veio com uma legislação em que nós – consumidores - vamos pagar todos os custos fixos dessas centrais. Acabou a liberalização do sistema eléctrico em Portugal. Em relação a essas centrais, o consumidor vai sempre pagar o custo fixo delas, o investimento delas, portanto a partir deste momento nós, consumidores, vamos pagar os custos fixos das eólicas, estamos a pagar os custos fixos das centrais de bombagem à noite para acumular eólica e estamos a pagar os custos fixos das centrais térmicas durante o dia, que estão a funcionar só quase como back-up das centrais eólicas.

Moral da história: a isto chama-se na literatura europeia (não fui eu que inventei), o triplo investimento. Quando a gente investe numa eólica está a investir ao mesmo tempo nas centrais de bombagem à noite e nas centrais que temos durante o dia e, portanto, tudo são custos que têm que ser imputados às eólicas. Eu orientei agora uma tese de mestrado no Instituto Superior Técnico e a abordagem é muito simples: temos o preço a que a eólica é vendida à rede, a esse preço tem que ser somada uma elasticidade negativa do sistema eólico, que é todos os custos da bombagem das térmicas, e depois é descontada a elasticidade positiva, que é evitar o CO₂. E assim se calcula o preço social das eólicas e se conclui que é muito elevado face ainda ao que devia ser. E temos mais outro pequeno problema nas centrais térmicas. É que estas centrais, como qualquer engenheiro sabe, não podem ter os circuitos frios e a qualquer momento entram na rede. Os circuitos têm que estar sempre pré-aquecidos para quando necessitamos de entrar na rede. Então o que é que isso significa? Significa que estamos a gastar combustível para ter os circuitos pré-aquecidos sem estarem a produzir energia. É um sinal claro de ineficiência na utilização de combustíveis porque, no fundo, as grandes centrais para entrar na rede rapidamente são as centrais hidroeléctricas, não são as centrais térmicas. Só que nós estamos a utilizar, neste momento, excesso de eólicas, um conjunto de centrais térmicas como back-up que não devia ser a função delas e, portanto, temos aqui uma clara ineficiência na utilização de energia.

Quanto à fotovoltaica qual foi o problema? É que se massificou uma tecnologia, o solar fotovoltaico, que não era madura nem economicamente eficiente, portanto quando se massifica uma coisa que não é eficiente dá-se um erro económico. Aquelas grandes centrais que o Governo subsidiava no Alentejo são um disparate completo. O solar térmico fotovoltaico, a beleza dele é ser descentralizado, espalhado pelo país em pequenos consumidores, não é fazer produções maciças, para isso temos as convencionais, que são mais baratas. Isto tudo foi um erro, a fantasia e o exagero, nesta matéria, que nos levou a esta situação. Nas bombagens o que é que acontece? O processo de bombagem, e eu aprendi isto na Hidráulica Aplicada (foi uma cadeira fascinante que eu tive) temos perdas de 25% de energia porque a gente quando leva água lá para cima há perdas de carga nas condutas hidráulicas para levar água lá para cima e quando é descarregada também tem perdas, portanto este processo tem 25% de perdas, logo as centrais que estão a ser feitas não vão produzir energia, é apenas para armazenar a eólica de noite e com perdas que há registadas. Isto é tudo o que vai ser feito e que, basicamente, é pôr lá energia eólica, não vão ser centrais de produção de energia, mas sim centrais de acumulação de bombagem para acumular a energia eólica. Depois também já vos falei na questão do apoio térmico e de como funciona. Neste momento temos estas térmicas, em relação às quais vamos também

começar a pagar os custos fixos delas e por isso o que é que vai acontecer? É que nós vamos ter esse triplo investimento. Quanto às renováveis do petróleo, eu ouço aí, já ouvi o primeiro-ministro, já ouvi a ministra do ambiente, ouço, sistematicamente, a área de economia do Governo a dizer uma coisa de que eu pasmo: dizem que este esforço das eólicas vai reduzir a cotação de petróleo.

Então os homens que são contra as centrais nucleares disseram que em Portugal, nem que fizéssemos uma central nuclear em Portugal isso não reduziria o consumo de petróleo. Têm razão, porquê? Porque a energia nuclear ia só produzir energia eléctrica e a gente já não precisa de petróleo para produzir energia eléctrica e a nuclear não alimentava os automóveis, que ainda se movem a petróleo. Portanto, também as renováveis, como as eólicas e fotovoltaicas, são exactamente o mesmo. Se as eólicas e fotovoltaicas, nesta fase do campeonato, não reduzem uma tonelada de importação de petróleo e eu ouço aí o Governo, com toda a vontade, a continuar a dizer que as eólicas e estas, que só produzem electricidade reduzem a importação do petróleo. É claro que eu percebo o que é que os homens das eólicas querem! Agora querem a lógica integrada, vamos fazer já o veículo eléctrico, fazendo o veículo eléctrico pomos a carregar o veículo à noite e com isto resolvemos o problema com o excesso de eólica, só que há um outro pequeno problema, é que as estatísticas da Comissão Europeia da Agência Internacional de Energia dizem que veículos puramente eléctricos em 2020 a taxa de utilização será 0, lá para 2030 talvez atinja 1%, a taxa de utilização do veículo puramente eléctrico. Porquê? Porque o veículo puramente eléctrico tem aqui um pequeno pormenor: as baterias não permitem a mobilidade eléctrica no espaço nacional. As actuais baterias vão permitir pequenos veículos eléctricos, só para a mobilidade urbana, não para mover-se por todo o país.

Portanto não vai haver conotação de veículos eléctricos puros na Europa, massivamente, nos próximos anos, enquanto o problema tecnológico das baterias, que não são estas que eles vão ter equivalentes às nossas, dos nossos telemóveis, dos nossos *blackberries*.

Enquanto não houver uma nova geração de baterias não vamos ter o veículo eléctrico em pleno. O que vamos ter e estamos a ter é o veículo híbrido, que vai ter energia eléctrica e o motor habitual para quando não tivermos bateria. O que é que os Checos fizeram? Têm lá a Skoda, combinaram com a Skoda o apoio do governo checo, no sentido de construir veículos híbridos.

O que é que nós, em Portugal, fizemos? Com o *show-off* habitual, de estarmos na linha da frente, vamos fazer com os japoneses o tal veículo puramente eléctrico, que vai dar para que os cinco primeiros que tenham o apoio do Estado para comprar o carro eléctrico, mas depois não vai haver já dinheiro do Estado para comprar mais carritos e acaba-se o carrito, porque não vai haver dinheiro, no Orçamento de Estado, para dar um carro eléctrico a cada um de nós. Tomara que houvesse, mas não vai haver, como eu faço perceber e portanto em cinco mil dos primeiros beneficiários que vão ter carros eléctricos e depois não vai haver viabilidade para o carro eléctrico em Portugal. Porquê? Tinha sido mais inteligente chegar à Auto-Europa e negociar com a VW o apoio dos veículos híbridos, que é aquilo que vai acontecer em Portugal nos próximos anos. Foi isso que não se fez e embarcou-se no *show-off* da linha da frente, com um veículo que não vai ter conotação significativa e cuja utilização em Portugal é limitada.

SEGUNDA SESSÃO

E mais é que quando ele vier, finalmente, o grande veículo eléctrico, as actuais eólicas já estão velhas, já têm que sair de serviço e por isso nem resolve este problema de excesso de eólicas que há agora. Isto é para vos realçar a facilidade, a ligeireza com que se tomam decisões que a médio e longo prazo teriam razão de ser, mas no curto prazo não vão ser tão rápidas quanto se podia pensar nesta matéria.

E, portanto, nós fizemos um manifesto, um grupo de pessoas do Técnico, que foi o núcleo inicial a que depois se juntaram mais um conjunto de engenheiros e economistas, e que mostramos calmamente que a eólica geotérmica e a fotovoltaica representavam, apenas, 2.11% do consumo total de energia primária em Portugal. Portanto, não é só por aqui que a gente resolve o problema.

Vamos resolver o problema quando conseguirmos reduzir o petróleo. Aí é pelos biocombustíveis que têm sido esquecidos, também, na política energética portuguesa. É que os biocombustíveis, é com a geração actual de viaturas que a gente vai conseguindo reduzir e depois vai ser a passagem das mercadorias para um modo ferroviário e para um modo marítimo. Eu fico chocado em Portugal quando a classe política discute o TGV. A questão não é o TGV. O que nós precisamos para a competitividade da economia portuguesa são linhas de bitola europeia, para facilmente transportar as nossas mercadorias para o centro da Europa. Isto é o que se chama, em termos de economia, reduzir os custos de transacção. Quando fizeram a primeira auto-estrada entre Lisboa e Porto, excelente, reduzimos os muitos custos de transacção. Quando fizemos a segunda, a A8, para mim é muito cómodo, venho por aquela que tem menos tráfego, mas já não é tão evidente para a economia portuguesa e com a terceira, ainda menos. Portanto, a grande questão são os custos de transacção para mercadorias, logo, a questão não é como alguns diziam, não há dinheiro, não se fazem ferrovias. Isso não é correcto, temos que investir na ferrovia em Portugal, mas são linhas mistas de bitola europeia que, simultaneamente, levam mercadorias nas horas de menor tráfego de passageiros e, obviamente, pode lá levar o comboio de alta velocidade a 200 ou 300 km/hora para transportar passageiros. É que é evidente se a gente perguntar: centro de Lisboa e Porto, precisamos de vir no comboio de passageiros a 300 km/h, eu dir-vos-ei que não.

Se tiver uma linha decente, não é a actual, basta vir a 200 km/h e eu já fico satisfeito.

Caso contrário tinha um grave problema, então se não me chega vir a 200 km/h de Lisboa para o Porto de comboio eu devo exigir ao Governo que tem que me dar um Porsche ou um Ferrari, porque quando eu venho de BMW de Lisboa ao Porto venho muito devagar, preciso de ser mais rápido. Portanto a lógica de ter um TGV a 300 km/h Lisboa/Porto é exactamente a mesma que vir de Porsche ou de Ferrari.

Não me chegam os BMW, os Audis, os Mercedes entre Lisboa e Porto. Esta é a questão de fundo do TGV. Isto tem a ver também com a energia, porque é obvio que este modo de transportar mercadorias por estrada não se vai aguentar do ponto de vista energético nem ambiental. Precisamos de mudar para o ferroviário e para o marítimo, portanto é esta a questão que se põe aqui nesta matéria.

E, assim, tudo isto se tem posto em Portugal, estes objectivos não tem sido realistas na produção das renováveis, são claramente desajustados e, portanto, põe-se aqui um problema sobre a competitividade do sistema energético nacional.

Para terminar, chamo à atenção para o facto de que existiu um plano energético, feito em 82/83, que eu aproveitei; aliás, beneficiei dele para introduzir o gás natural em Portugal. Este plano, obviamente, está desajustado e acho que vamos precisar de fazer uma nova reflexão energética nesta matéria, e essa reflexão energética, para mim, significa que não podemos esquecer a biomassa, não podemos esquecer a produção de electricidade por via hidráulica, mas não só na componente de apoio à eólica. A eólica, à medida que o consumo em Portugal vai aumentando, tem um papel continuado no mix, tem um papel indispensável.

Foi um bom vector de libertação energética a produção de eólica, não é isso que eu ponho em causa. Eu ponho em causa, a partir de um certo ponto, o que está a acontecer. E depois sobre o nuclear devo dizer, francamente, o seguinte: neste momento não vale a pena pensar no nuclear em Portugal por uma razão muito simples. Estamos numa séria crise económica, o país se calhar não vai crescer, porque não há dimensão para meter a nuclear em Portugal. Se o país crescesse, se a gente conseguisse sair desta crise e desta crise não é só tratar do problema das finanças públicas, é pôr a economia portuguesa a crescer, que é a questão fundamental.

Porque se ela não crescer também não vamos conseguir saldar as dívidas que temos. Se a economia crescer isto vai ser posto, a médio prazo, no contexto ibérico. Porquê no pequeno contexto ibérico? A meu ver não faz sentido estar a fazer uma nuclear em Portugal porque nós temos uma rede pequena, vamos fazer uma ou duas centrais para quê? Para ter depois a carga pesada relativa à segurança e controlo dessas centrais. Não temos escala para um aparelho que é sempre caro. Então se os espanhóis já têm um aparelho de segurança, o que faz sentido é negociar com eles, num quadro ibérico, o aparelho de segurança ibérico.

Já temos o Mibel, temos que ter o Mibel, porque é que não vamos ter o aparelho de segurança ibérico nas nucleares? Isso não significa que a gente diga: o aparelho é o vosso e a gente serve-se dele. Isso indica que temos que formar gente para entrar num aparelho desses. Os últimos formados nesta área, em Portugal, são os do meu tempo, do Técnico, da Faculdade de Ciências de Lisboa, foram convidados para ir para a Junta de Energia Nuclear. Eu como nunca fui nuclearista convicto, sou apenas realista, acho que ele é inevitável no mundo ocidental, até nem aceitei, nem fui para a Junta de Energia Nuclear. Todos esses engenheiros do meu tempo estão a reformar-se, portanto se o país quiser entrar nessa via, é neste contexto - num contexto ibérico - com o aparelho de segurança ibérica para ter centrais que até podem ser *joint-ventures* entre Portugal e Espanha. E aí o que está a acontecer, li um artigo no Financial Times muito interessante, e com isto termino chamando a atenção para o problema.

É que nós estamos muito dependentes dos franceses. A Areva ia fazer centrais de 1600 megawatts, que é o EPL está a fazer na Finlândia, eu acho que isso não serve para Portugal. Os sul-coreanos estão a fazer centrais mais pequenas, mais fiáveis e mais baratas que os americanos. A lógica majestática francesa, tipo de empresa pública, é que está a oferecer um produto muito caro, muito rígido, que está a dar problemas na Finlândia, quando a lógica americana «*business oriented*», muito mais pragmática, e a sul-coreana vai fazer centrais mais pequenas. E porque é que eu fiz esta referência? Fui eu que, na rede eléctrica portuguesa, como engenheiro da EDP, em 1966, simulei a entrada de uma central nuclear na rede portuguesa.

SEGUNDA SESSÃO

Era, na altura, um "bicho" de 1000 megawatts, feito ali ao pé de Peniche. O que é que eu percebi? É que quando eu simulava que a central saía pelo ocidente da rede estava uma onda de choque, porque a nossa pequena dimensão face a um "bicho" desta envergadura, precisaria da rede espanhola para nos ajudar. Na altura não havia o Mibel, mas percebi a necessidade de ter uma rede ibérica para coisas destas. E a análise que se faz neste momento, que foi feita por uma equipa do TEC e pelo Professor, que é muito simples, é que o problema não é português, é ibérico. Em relação a estes "bichos" que a Areva quer oferecer, de 1600 megawatts, quer na rede portuguesa, quer na rede espanhola, se um deles saísse de serviço ia dar uma propagação, tinha que ser ajudada pela rede francesa.

O problema é que a rede francesa não está suficientemente ligada à rede espanhola, isto é quase uma pequena ilha face ao continente europeu, porque os franceses - devido aos ambientalistas - não conseguiram, como eu tentei no meu tempo, fazer maior capacidade de transporte entre Espanha e a França e, portanto, o que é que pode acontecer?

Este bicho de 1600 megawatts não é só um problema português, seria um problema espanhol. Se isso sair de rede, a rede francesa, ou a rede continental europeia não nos ajudavam a digerir esta propagação. Portanto, acho que os espanhóis não vão deixar as nucleares; se deixassem, a gente esquecia isto em Portugal pelas razões que vos expliquei. Eu acho que eles não vão prescindir do nuclear. Esta energia não se justifica, actualmente, face às capacidades instaladas que temos em Portugal e às térmicas que estão a ser feitas. Num contexto médio, longo-prazo se o País voltar a crescer, Deus queira que sim, esperemos que se consiga esse milagre, e num contexto ibérico com centrais sul-coreanas, ou americanas eu acho que seria mais viável, do que com a lógica majestática francesa da Areva.

Basicamente é isto que gostava de transmitir, da forma mais simples e objectiva, e dizer-vos que esta questão da energia é uma questão muito séria. O que eu acho, neste momento, é que há aqui o Governo que está a utilizar isto como instrumento de propaganda, há um lobby que eu chamo lobby Ecotop (ecologia mais utopia). Tem aqui um fundamentalismo nestas matérias e depois há o lobby eólico, que obviamente está a tentar ganhar dinheiro à custa dos consumidores portugueses nesta matéria.

Tudo isto está em causa e, obviamente, reconheço que isto não é fácil de explicar. É mais fácil explicar os investimentos públicos das auto-estradas e TGV's, matéria de complexidade técnica, mas devo-vos dizer que, desde o Governo de Guterres, andava a dizer, como aliás outros economistas portugueses, que íamos chegar a esta situação e, infelizmente, tínhamos razão. Também acho que na energia, Deus queira que estivesse errado, estou convencido que isto que se está a passar, me dá razão.

Muito Obrigado.

Moderador - Prof. Luís Valente de Oliveira

Como comentava um aluno meu quando eu lhe dizia uma coisa um pouco mais profunda: isto dá que pensar! As quatro intervenções desta manhã dão mesmo que pensar. Temos 40 minutos para almoçar e eu peço o favor de irmos já para o almoço e conversar com os oradores desta manhã acerca dos muitos estímulos que eles nos deixaram. Quero agradecer aos dois em relação aos quais me coube a honra de moderar, dizendo, realmente, que melhorou muito aquilo que vai ser o acervo a publicar brevemente.

Muito obrigado.

COMUNICAÇÕES

TERCEIRA SESSÃO

Mesa Redonda - “ O futuro da Indústria em Portugal”

Moderador

Engº. José António Barros - Presidente da AEP

Intervenientes

Engº. João Serrenho

Engº. José Carlos Caldeira

Engº. Vergílio Folhadela

TERCEIRA SESSÃO

Moderador - Engº. José António Barros

Muito boa tarde a todos. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Esta manhã ouvimos pessoas que têm reflectido muito sobre a situação em que vivemos, fundamentalmente, economistas.

Vamos agora ter um painel de engenheiros, que são as pessoas que eu espero tenham a capacidade para inverter a situação.

Esperamos realmente! É o que a AEP tem vindo a dizer e não se cansa de o repetir. Portugal sofreu um gravíssimo excesso de desindustrialização, patente, quando comparamos ali, naquele gráfico que foi apresentado, as duas excepções, Portugal e Alemanha. A Alemanha mantém o nível de industrialização elevadíssimo, o que é certamente responsável pela excelente situação em que se encontra e, portanto, vamos agora falar do futuro da indústria de Portugal. Tenho comigo o Eng. João Serrenho, pessoa que não carece de qualquer apresentação, presidente da CIN, o Eng. Folhadela Moreira, que igualmente também não carece de apresentação e que trabalhou durante toda a vida em grandes grupos, designadamente a RAR, Colep, entre outros, e o Eng. José Carlos Caldeira, que tal como os outros oradores também não carece de apresentação.

Teremos, portanto, a visão de engenheiros, que nos vão falar sobre o futuro da indústria e eu gostaria, apenas, de dizer, que entendo que a solução para o país passa, exactamente, pela indústria, passa – como esta manhã foi afirmado – por diversas pessoas, pela indústria, sobretudo de produtos transaccionáveis, produtos e serviços transaccionáveis. Esses é que conseguirão fazer aumentar as nossas exportações e conseguirão, a médio e longo prazo, originar o reequilíbrio da nossa balança comercial. Eu dava de imediato a palavra ao meu colega João Serrenho.

TERCEIRA SESSÃO

Mesa Redonda - " O futuro da Indústria em Portugal"

Interveniente

Engº. João Serrenho

Presidente do Conselho de Administração da CIN



O Futuro da Indústria em
Portugal

Jornadas AEP – Serralves

12.11.2010

João Serrenho

- O rebalanceamento entre os grandes blocos
- O envelhecimento da população
- A falta de crescimento de Portugal e da Europa
- Uma economia mais integrada
- O preço das matérias-primas e outros recursos
- O peso crescente do Estado

Indústria em Portugal

- Indústria em Portugal ?
- O quê ?
- Com quem concorreremos ?

TERCEIRA SESSÃO

Recomendações

- Menos consumo , mais poupança
- Investir no futuro – Novos conceitos, novas ou renovadas industrias
- Investir na educação, pessoas, companhias
- Importar know-how, na medida da aquisição de competências
- Suportar multinacionais portuguesas

Vantagens

- Baixo custo de vida
- Boas Universidades
- Bom climá...
- Óptima base para I&D
- Bom para fabricações especiais, que requeiram competências especiais

Desvantagens

- Menos bons na disciplina, no método e no rigor na implementação
- Na periferia do continente

Temas a resolver

- Estabilidade legal, nomeadamente na área fiscal
- Leis laborais e a flexibilidade laboral
- Justiça
- Conceção e envolvimento do governo na economia
- Alinhamento da política de crescimento e inovação
- Custo de agência elevados

TERCEIRA SESSÃO

Educação

- Diferencial entre a formação e as necessidades das empresas
- Cursos técnicos médios
- Como liderar, como ser um bom encarregado, como manter a disciplina
- Como vender, escrever, apresentar
- Os Portugueses são bons trabalhadores noutros países...

Obrigado pela vossa atenção

Moderador - Engº. José António Barros

Passo agora, de imediato, a palavra ao Eng. José Carlos Caldeira. O Eng. Serrenho fez uma intervenção excelente, da qual retive 2 ou 3 ideias por serem muito interessantes. A primeira constatação é que há sempre uma melhor maneira de fazer as mesmas coisas. Acho isto notável, acho que ainda se confunde muito, em Portugal, a inovação disruptiva com a inovação incremental. E nós ainda temos espaço para continuar a inovar, nas mesmas indústrias e nos mesmos produtos, fazendo melhor aquilo que sabemos fazer. A segunda ideia a reter é o papel que a indústria tem como suporte da classe média, não só a nível do bem-estar, do emprego mas também da formação, da qualificação e na forma de viver, do meio, do ambiente. Há ainda um terceiro sublinhado (o Eng. Mira Amaral tinha falado nisto e nós passamos a vida a falar nesta questão na AEP). O meu mentor espiritual nesta área, o Prof. Valente de Oliveira e eu próprio, temos debatido este assunto, que é o comboio, o transporte ferroviário, que Portugal esqueceu quase durante um século e que vai ser absolutamente fundamental, se queremos ter um país competitivo.

TERCEIRA SESSÃO

Mesa Redonda - " O futuro da Indústria em Portugal"

Interveniente

Engº. José Carlos Caldeira

Director INESC Porto | Secretário -Geral Fórum MANUFUTURE Portugal| Chairman MANUFUTURE NRTP Group | Administrador executivo PÓLO PRODUTECH

2010 NOV 12

PORTUGAL 2020

O Futuro da Indústria em Portugal

JOSÉ CARLOS CALDEIRA
Director INESC Porto
Secretário -Geral Fórum MANUFUTURE Portugal
Chairman MANUFUTURE NRTP Group
Administrador executivo PÓLO PRODUTECH
(jcc@inescporto.pt)

© 2010 INESC PORTO

POLÍTICAS EUROPEIAS
Directivas para o futuro

- GRAND CHALLENGES (exemplos)
 - Climate change
 - Ageing populations
 - Food safety
 - Security of energy supply
- EUROPA 2020
 - Crescimento Inteligente + Sustentável + Equitativo
- POLÍTICA INDÚSTRIAL PARA A ERA DA GLOBALIZAÇÃO
 - A indústria tem de operar num mundo globalizado.
 - Uma industria transformadora forte criará empregos bem remunerados.
 - A transição para uma indústria sustentável gera oportunidades

© 2010 INESC PORTO O FUTURO DA INDÚSTRIA EM PORTUGAL

POLÍTICAS EUROPEIAS
Directivas para o futuro

PRIORIDADES	OBJECTIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • PRODUTIVIDADE <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução de custos • INOVAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> ▪ Incorporação de valor • SUSTENTABILIDADE <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do consumo de recursos • EQUIDADE <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego e coesão 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>75% de emprego (20-64 anos)</u> • <u>Investir 3 % do PIB em I&D</u> • 40% de licenciados (30-34 anos) • <u>-20/+20/-20 nos objectivos de energia e clima</u> • Reduzir o nº de pobres em 20 milhões.

© 2010 INESC PORTO O FUTURO DA INDÚSTRIA EM PORTUGAL

TERCEIRA SESSÃO

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA Um pilar da economia europeia

- 34.6 M Postos trabalho directos (27.3%)
- ~70 M Postos trabalho indirecto (serviços)
- 2.3 M Empresas
- 6.323 B€ Facturação
- 1.630 B€ VA (30.4%)
- 2/3 Investimento privado I&D
- 28% Consumo energético final



INDÚSTRIA TRANSFORMADORA Um pilar da economia europeia

- A INDÚSTRIA É O MOTOR DA ECONOMIA E O SUPORTE DA “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”
 - É na indústria transformadora que a sociedade concentra uma parte significativa da criação de valor.
 - Sem **FÁBRICAS** não há criação de valor suficiente => Não há valor para distribuir

“I WANT MY FACTORIES BACK”

(Egbert-Jan Sol – TNO)

QUE INDÚSTRIA NA EUROPA (e em PORTUGAL)	
<p>FÁBRICAS COM FUTURO</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUÇÃO DE PROXIMIDADE - configuração local e customização (redução de stocks e transporte) • REGRESSO DA (alguma) PRODUÇÃO EM MASSA - automatização; redes especializadas de fornecedores • FÁBRICAS "VERDES" – redução de emissões; redução de consumos 	<p>FÁBRICAS PARA O FUTURO</p> <ul style="list-style-type: none"> • FÁBRICAS PARA AS NOVAS TECNOLOGIAS <ul style="list-style-type: none"> ▪ Micro e nano tecnologias ▪ Biotecnologias ▪ Opto-electrónica ▪ Novos materiais
<p>TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO PARA AS FÁBRICAS (A Europa é líder mundial mas está sob ameaça)</p>	
<p>© 2010 INESC PORTO O FUTURO DA INDÚSTRIA EM PORTUGAL 6</p>	

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM PORTUGAL
<ul style="list-style-type: none"> • SECTORES PRIORITÁRIOS: TODOS os que forem capazes de desenvolver vantagens competitivas à escala global, assentes na inovação (capacidade de gerar novo conhecimento e de o explorar), e condições de operação sustentável (incluindo muitos dos sectores maduros) • IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO: mercados, fornecedores, parceiros (incluindo redes de conhecimento), fontes de financiamento, etc. • ÁREAS / MERCADOS: nichos especializados do mercado global (prototipagem, customização, pequenas séries, flexibilidade, produtos especiais, engenharia, relacionamento inter-cultural, etc.) • PAPEL DO ESTADO: Existência de uma política industrial e de uma política (e um Plano) de Inovação coerentes, alinhados e com (alguma) estabilidade (???)
<p>© 2010 INESC PORTO O FUTURO DA INDÚSTRIA EM PORTUGAL 6</p>

TERCEIRA SESSÃO

INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM PORTUGAL

• TEMAS RELEVANTES

- INOVAÇÃO (baseada em conhecimento – I&D)
- INTERNACIONALIZAÇÃO
- COOPERAÇÃO
- FINANCIAMENTO

• A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL NAS INICIATIVAS EUROPEIAS E AS SINERGIAS COM A DIMENSÃO NACIONAL

- Influenciar políticas e programas de financiamento
- Construir parcerias e projectos
- Aceder a tecnologias e a financiamentos

O que significa “Sucesso” neste contexto

1. Ser capaz de influenciar os temas das calls dos programas de financiamento: garantir que os temas relevantes para um determinado sector, região ou País fazem parte das prioridades

2. Conseguir reunir ou integrar consórcios sólidos e preparar candidaturas ganhadoras: integrar ou liderar estas dinâmicas a nível europeu e construir vantagens competitivas (ter algo “valioso”) para os projectos.

3. Reunir os parceiros, as competências e os meios necessários para transformar os resultados dos projectos de I&D em valor económico e social para o País: preferencialmente, através de entidades (empresas) nacionais

Mission of ETP's

ETP's were created to support EC defining and implementing Research and Innovation priorities and relevant framework conditions, to ensure Europe's sustainable competitiveness

MANUFUTURE it's an umbrella platform, aiming at the development of European MANUFACTURING INDUSTRY, namely by promoting the development of horizontal production enabling technologies

MANUFUTURE Action Plan – Strategic Intelligence

- 2003 - Initial Ad-hoc group (30 people)
- 2003-12: First Conference (Milan-IT)
 - Primeira reunião de um grupo a nível nacional (2004-10)
- 2004-12: Release of "A VISION FOR 2020" + Launch of the MANUFUTURE Platform (Enschede-NL)
 - Criação do Fórum MANUFUTURE Portugal (2005-07)
- 2005-12: Release of "MANUFUTURE SRA" (Derby-UK)
 - Organização da primeira reunião do Industrial Advisory Group, no Porto (2006-07)
- 2006-12: Presentation of the MANUFUTURE ROADMAPS (Tampere-FI)

TERCEIRA SESSÃO

MANUFUTURE IAG: Primeira reunião



Debate sobre a SRA:

- 61 participantes
- 40 da indústria
- 15 países

- Participação do Presidente da CE e do SECTES
- Cobertura mediática significativa



MANUFUTURE Action Plan – Implementation Phase (I)

- 2007-12: MANUFUTURE Conference in Porto
 - Produção do MANUFUTURE Porto MANIFESTO (2008-03)
 - Reunião com o Presidente da CE (2008-07)
- 2008-03: Launch of the MANUFUTURE JTI Task force
 - Decisão de preparar uma proposta ao programa de Estratégias de Eficiência Colectiva (2008-04)
 - Criação da PRODUTECH – Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável + Apresentação da candidatura (2008-10)



PRODUTECH – Programa de Acção

HORIZONTAIS	TEMÁTICOS
H1 - PROSPECTIVA, ESTRATÉGIA E VIGILÂNCIA	T1 - NOVOS MODELOS DE NEGÓCIO
H2 - MARKETING E PROMOÇÃO JUNTO DOS MERCADOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	T2 - SISTEMAS DE PRODUÇÃO INTELIGENTES
H3 - INFORMAÇÃO, DISSEMINAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS, PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS	T3 - PERFORMANCE, FLEXIBILIDADE E EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO
H4 - PARTICIPAÇÃO EM REDES E ORGANISMOS INTERNACIONAIS	T4 - MODELIZAÇÃO E SIMULAÇÃO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO
H5 - CRIAÇÃO DO REFORÇO DA CAPACIDADE DE GESTÃO DE I&D	T5 - GESTÃO DAS OPERAÇÕES E LOGÍSTICA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO
H6 - APOIO AO EMPREENDEDORISMO	T6 - SISTEMAS DE PRODUÇÃO EM REDE
H7 - ADEQUAÇÃO DA OFERTA EDUCACIONAL E FORMATIVA	T7 - NOVAS TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE PRODUÇÃO
H8 - GESTÃO E COORDENAÇÃO DA INICIATIVA	T8 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E AMBIENTAL NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO
	T9 - FERRAMENTAS AVANÇADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E SISTEMAS
	T10 - SEGURANÇA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Footer: © 2010 INESC PORTO A EXPERIÊNCIA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO NA PLATAFORMA TECNOLÓGICA EUROPEIA MANUFATURE 18

TERCEIRA SESSÃO

MANUFUTURE Action Plan – Implementation Phase (II)

- 2008-11: Release of the European Economic Recovery Plan (PPP Factories of the Future / 1.200 M€)
 - Aprovação do PRODUTECH como Pólo (2009-02)
- 2009-04: MANUFUTURE launches the European Factories of the Future Research Association (EFFRA)
 - Na criação da EFFRA, a PRODUTECH serviu de modelo em diversos aspectos
 - Preparação de candidaturas aos programas nacionais (I&D em Co-promoção, Mobilizadores, etc.) (2009 e 2010)
 - Preparação de candidaturas aos programas europeus de I&D (2010)

Participação portuguesa

MANUFUTURE Platform

- Carlos Costa: Vice Chairman HLG (até a sua ida para o BEI)
- Belmiro de Azevedo (SONAE): Chairman of the Industrial Advisory Group
- José Manuel Mendonça (INESC Porto): Implementation Support Group (Executive Board) + HLG
- José Carlos Caldeira: Chairman of the NRTP Group + ISG + HLG
- HLG members: Fernando Sousa (CEI)+Joaquim Menezes (IBEROMOLDES)+ Knut Kappenberg (SONAE)

EFFRA

- GA: SONAE, CEI, IBEROMOLDES, INESC Porto
- BoD: Carlos Bianchi de Aguiar (SONAE) + José C. Caldeira (Chairman NRTP)

Factores de sucesso

- Participação efectiva da indústria.
- Uma estratégia clara e um plano de acção coerente, a nível nacional / regional, preferencialmente alinhado com o plano europeu.
- Capacidade de iniciativa e organização ao nível nacional / regional.
- Envolvimento de todos os stakeholders: indústria, entidades do SCTN, entidades públicas.
- A existência de iniciativas e fundos complementares, a nível nacional / regional, capazes de apoiar, nomeadamente, as restantes fases do ciclo de inovação e incentivar a participação nacional nos programas europeus.

Fontes de informação

- MANUFUTURE technology Platform: www.manufuture.org
- Fórum MANUFUTURE Portugal: www.forum-manufuturep.org
- PRODUTECH: www.produtech.org
- MANUFUTURE 2007 Conference:
www.manufuture2007.inescporto.pt

TERCEIRA SESSÃO

CONCLUSÕES

***O FUTURO DA INDÚSTRIA EM PORTUGAL
SERÁ O QUE QUISERMOS FAZER DELE***

***“Muitas vezes, o que parece impossível é
apenas difícil”***

OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO

TERCEIRA SESSÃO

Mesa Redonda - " O futuro da Indústria em Portugal"

Interveniente

Engº. Vergílio Folhadela Moreira

Presidente da ADDICT



Industry

Industry refers to the production of an **economic good** (either material or a service) within an **economy**.

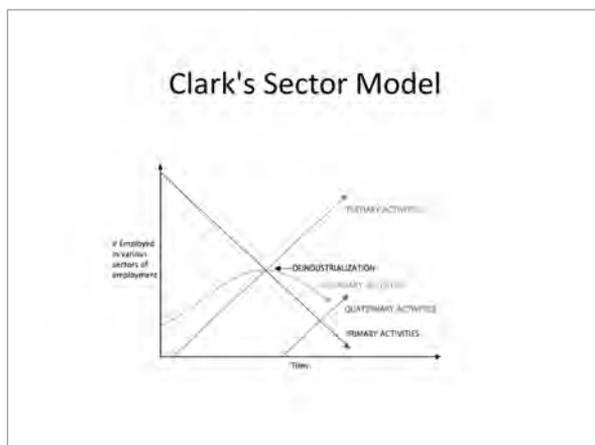
There are four key industrial **economic sectors**:

- *the **primary sector**: largely raw material extraction industries such as **mining and farming**;
- *the **secondary sector**: involving **refining, construction, and manufacturing**;
- *the **tertiary sector**: which deals with services (such as **law and medicine**) and distribution of manufactured **goods**;
- *the **quaternary sector**: a relatively new type of knowledge industry focusing on **technological research, design and development** such as computer programming, and biochemistry;
- *a **fifth, quinary, sector** has been proposed encompassing nonprofit activities.

Para falar sobre o futuro da Indústria em Portugal e o papel das Indústrias Criativas, vamos tentar definir o que é que se chama "indústria". Nós, em Portugal, habituamo-nos a chamar indústria ao sector transformador, mas indústria, numa definição anglo-saxónica, tem a ver com a produção de qualquer bem dentro de um contexto económico.

Há, tradicionalmente, três sectores económicos: um sector primário (extracção); um sector secundário (transformação); e um sector terciário (prestação de serviços). Há uns anos começou a falar-se de um sector quaternário, que é um tipo novo de indústria, que se foca na pesquisa, no design e no

desenvolvimento. Ultimamente, há já quem fale até num quinto sector, que tem a ver com as organizações não lucrativas, que começam a ser importantes na ocupação de espaço económico e na ocupação de pessoas.



Há um modelo interessante – modelo de Clark - que aqui chamo à atenção, e respondo já à pergunta “qual o futuro da indústria em Portugal?”.

Naturalmente que, neste contexto, o futuro da “indústria” é brilhante, só que mudamos a forma da “indústria”. Onde hoje andaremos (no gráfico) será algures por esta zona: a extracção está hoje muito abandonada, ocupa muito pouca gente, a mesma coisa se passa com o sector secundário, que está a viver uma crise e cada vez a ser menos absorvedor de mão-de-obra, o sector terciário está em crescimento, e há um quaternário incipiente que começa a crescer e a desenvolver-se e,

provavelmente, ocupará o seu espaço. Ou seja, tudo somado, estas diferentes “formas de indústria” não deixarão de ocupar pessoas, mas agora são pessoas com perfis diferentes do “tradicional” na chamada indústria.

TERCEIRA SESSÃO

Naturalmente que este novo paradigma vai apelar muito mais à criatividade, ao conhecimento e ao acesso à informação. E vai aproximar duas formas e dois tipos de actividade que parecia que estavam em oposição e começam a encontrar maneiras de, em conjunto, acrescentarem reciprocamente valor, que são o mundo da cultura e o mundo da economia.

Um novo paradigma...

In the contemporary world, a new development paradigm is emerging that links the economy and culture, embracing economic, cultural, technological and social aspects of development at both the macro and micro levels.

Central to the new paradigm is the fact that creativity, knowledge and access to information are increasingly recognized as powerful engines driving economic growth and promoting development in a globalizing world.

(Creative Economy Report, United Nations, 2008)

Indústrias Criativas é um conceito que começou a ser falado e desenvolvido há uma dezena (ou dezena e meia, nem tanto) de anos, e tem a ver com a geração e exploração de conhecimento e de informação. Vários autores se foram dedicando ao tema: Indústrias Criativas terão, naturalmente, a ver com o aproveitamento daquilo que Richard Florida chamou “o último recurso económico”, que é a criatividade humana, e que Landry e outros disseram que será a base das indústrias do século XXI, que vão depender, essencialmente e crescentemente, da “geração de conhecimento através da criatividade e da inovação”.

Creative Industries

- The creative industries refers to a range of economic activities which are concerned with the generation or exploitation of knowledge and information.
- They may variously also be referred to as the cultural industries (especially in Europe) (Hessenshalen 2002, p. 14) or the creative economy (Howkins 2001).
- Howkins' creative economy comprises advertising, architecture, art, crafts, design, fashion, film, music, performing arts, publishing, R&D, software, toys and games, TV and radio, and video games (Howkins 2001, pp. 88–117). There remain, however, different definitions of the sector (Hessenshalen 2002, p. 12) (O'Connor 2006) yet so far Howkins has not been internationally recognized.
- The creative industries have been seen to become increasingly important to economic well-being, proponents suggesting that “human creativity is the ultimate economic resource” (Florida 2002, p. xiii) and that:

Definitions of the creative industries

- Various definitions of the creative industries have been used since the late 1990s (Hollander, 2007; International 2002, p. 12) (Creative Industries 2001, pp. 48–117) (UNCTAD 2003, pp. 11–12) and even the name itself is a contested issue. There have been significant differences and overlap between the terms 'creative industries', 'cultural industries' and 'creative economy' (Hollander 2007, pp. 11–14) (UNCTAD 2003, p. 12).
- Lash and Urry suggest that each of the creative industries has an 'irreducible core' concerned with 'the exchange of finance for rights in intellectual property' (Lash & Urry 2004, p. 117). They advocate the:
- **UK Government Department for Culture, Media and Sport (DCMS) definition which describes the creative industries as:**
"those industries which have their origin in individual creativity, skill and talent and which have a potential for wealth and job creation through the generation and exploitation of intellectual property." (DCMS 2001, p. 04) The current DCMS definition recognises eleven creative sectors, down from fourteen in their 2001 document. They are:
- **Advertising**
- **Architecture**
- **Arts and antique markets**
- **Crafts**

E chegou ao mundo da política a definição de indústrias criativas. Há uns anos (2006) o Department for Culture, Media and Sport do governo inglês, criou uma definição de indústrias criativas, que é a que nós, neste momento, estamos a adoptar.

Indústrias Criativas

Actividades que têm a sua origem na criatividade individual, habilidade e talento, e com potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual

Arquitectura	Música
Publicidade	Cinema, Vídeo e Audiovisual
Arte Visual e Artesanato	Artes Performativas
Jogos de Vídeo e Computador	Edição (Publicação)
Arquitetura e Jornalismo	Serviços educativos e de desenvolvimento
Design	Televisão e Rádio (Broadcasting)
Design de Moda	Software e serviços de informática

Fonte: Departamento de Cultura, Media e Desporto do Reino Unido - United Kingdom's Department for Culture, Media and Sport, 2001

Indústrias criativas são actividades que têm a sua origem na criatividade individual, na habilidade e talento, e com potencial de criação de emprego e riqueza através da geração e da exploração da propriedade intelectual. O Dr. Augusto Mateus – a convite do Ministério da Cultura - tem-se dedicado também a este assunto e, naturalmente, que se redefinirá o conceito. Espero que venhamos a dar um "toque nacional" a uma definição de indústrias criativas para Portugal.

Perguntarão, uma definição serve para quê? Bem, serve para criar enquadramentos, para permitir qualificações e, em termos de estatísticas, também pode ser relevante. O que

hoje estamos a considerar são os sectores que estão aqui mencionados, embora haja zonas de adjacências em que o campo das indústrias criativas se alarga rapidamente para outras. E digamos que admito que há duas que quase faz sentido entrarem, atentas as nossas características peculiares, que serão, uma primeira, o turismo criativo, e uma outra, que anda também ligada a ele, a gastronomia criativa, que acho que poderão ter todo o sentido em vir a ser incluídas nessa definição.

TERCEIRA SESSÃO

Cluster, lembro o conceito porque à frente viremos a falar nesse assunto.

Cluster

"Uma concentração geográfica de empresas interconectadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, instituições e empresas associadas com indústrias relacionadas"

(Michael Porter – 1998)

Gostava de introduzir outro conceito que é "lugares criativos". Começa a ser importante, hoje, para caracterização de um lugar ou de uma região, a sua capacidade de atrair capital humano ou talento, o que cria uma vantagem local baseada nessa capacidade. Há, portanto, uma evolução da noção de vantagem de baixo custo para alta qualidade que, naturalmente, se criará com a capacidade de gerar, captar e atrair talento.

Nós, em Portugal, temos sido capazes de gerar algumas destas capacidades mas estamos a ter alguma dificuldade em reter talento e não estamos a ter capacidade em o atrair. É muito importante que a situação mude.

Lugares Criativos

"Today is the ability to attract human capital or talent that creates regional advantage: Those that have the talent win, those that do not lose."

In this regard, the quality of a place, a city or a region, has replaced access as the pivot point of competitive advantage.

Quality-of-place features attractive to talented workers of a region have thus become central to regional strategies for developing high-tech industries.

For regional development strategy, this means a shift from low cost to high quality – from merely attracting firms to forming the conditions that are required to generate, retain, and attract talent. (...)

In doing so, it generates economic growth."

(Richard Florida - 2007)



Os lugares criativos funcionam bem, ou seja, é uma condição quase "sine qua non" para a sua existência o funcionamento dos funcionem os três "T", ou seja, que coexistam: haja talento, haja tolerância e haja tecnologia disponíveis.

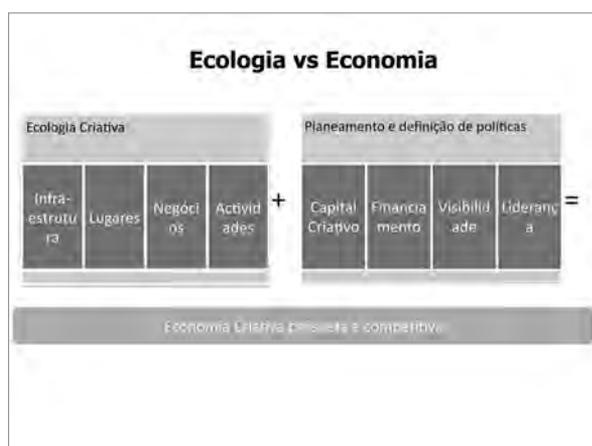


Daqui para a frente vou começar a referir-me, mais em particular, à região Norte de Portugal, porque a ADDICT – que adiante direi o que é – está mais focada nesta região. Para analisar o potencial e ver se a região Norte de Portugal tinha capacidade para se tornar um lugar criativo, ou alguns dos seus centros serem lugares criativos, foi realizado, em 2008, um estudo sobre como promover o desenvolvimento de um "cluster" de indústrias criativas na região do Norte, e foi na decorrência deste estudo que nasceu a agência ADDICT.

O estudo é profundo e está disponível no site da ADDICT. Referirei alguns aspectos que me parecem mais importantes.

TERCEIRA SESSÃO

Há uma ecologia criativa que é constituída por lugares que devem estar convenientemente infra-estruturados, que dão lugar ao aparecimento de determinadas actividades, que podem evoluir ou vão evoluindo para negócios. Este processo pode potenciar-se, naturalmente, se ao capital criativo conseguirmos juntar adequado financiamento e, naturalmente, alguma liderança bem orientada que venha a dar-lhe coordenação e visibilidade. Talvez, assim, consigamos transformar aquela ecologia criativa numa economia criativa próspera e competitiva.



Aqui, nesta região, nós temos alguns pólos que poderão ser lugares criativos ou dar origem a lugares criativos: Cidades Universitárias, Área Metropolitana do Porto, Centro Histórico do Porto.

Lugares Criativos

Rotamar	Factores
Cidades Universitárias	Massa crítica de estudantes das áreas criativas Potencial de empreendedorismo criativo
Área Metropolitana do Porto	Massa crítica Infra-estrutura cultural e criativa Potencial de competitividade internacional
Centro Histórico do Porto	Fenómeno de regeneração Aparentes sinais de clusterização Turismo cultural

Cidades Universitárias

Cidade / Região	Nº Cursos das Áreas Criativas	Nº Afins
Porto	50	1.983
Minho	17	636
Vila Real	5	155
Bragança	13	255
Aveiro	8	430
Total	93	3.609

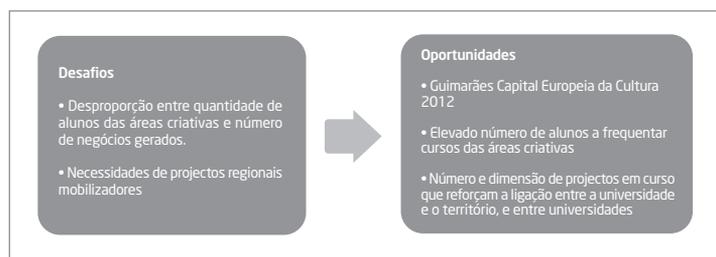
Para lhes dar uma ideia, o número de cursos de áreas criativas nestas quatro ou cinco Universidades, era em 2008/2009, 93, que envolviam 3.600 alunos.

Cidades Universitárias

Áreas do Ensino	Região Norte	Grande Porto	% da Grande Porto no Norte
Artes	4.912	3.798	77%
Informática	3.274	1.366	42%
Engenharias e Afins	14.841	9.630	65%
Arquitectura e Construção	9.167	5.691	62%
Total	32.195	20.485	64%

Áreas de ensino que poderão considerar-se afins envolviam 30.000 alunos e representavam 64% , na região do Grande Porto.

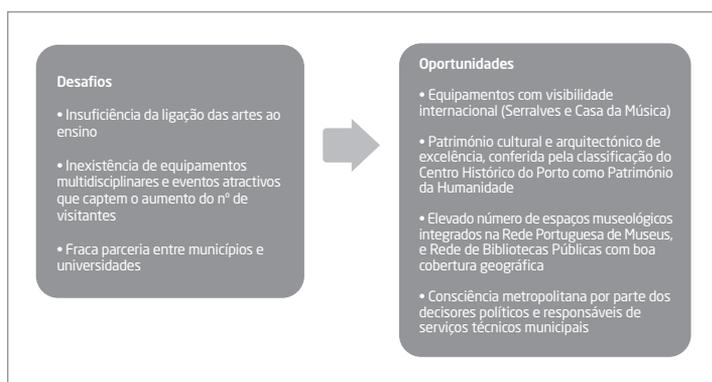
TERCEIRA SESSÃO



Ou seja, massa crítica, em termos de população, temos, mas reconhece-se que há uma desproporção grande entre a quantidade de alunos das áreas criativas e o número de negócios que são gerados por eles ou por outros que os possam aproveitar.

Há necessidade de projectos regionais mobilizadores se se quer conseguir fazer evoluir uma ecologia, com condições para se tornar ou já sendo criativa, para uma área de negócios prósperos com alguma dimensão.

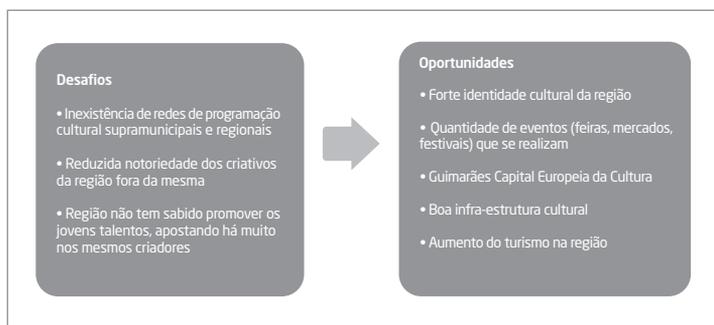
Desafios: pouca ligação das artes ao ensino, inexistência de equipamentos multidisciplinares e eventos atractivos que captem o aumento de visitantes, fraca parceria de Municípios e Universidades. Um parêntesis, indústrias criativas são fenómenos tipicamente urbanos que, aliás, surgiram muito da ocupação de espaços que no passado tinham sido lugares de acção de indústrias transformadoras, velhas fábricas



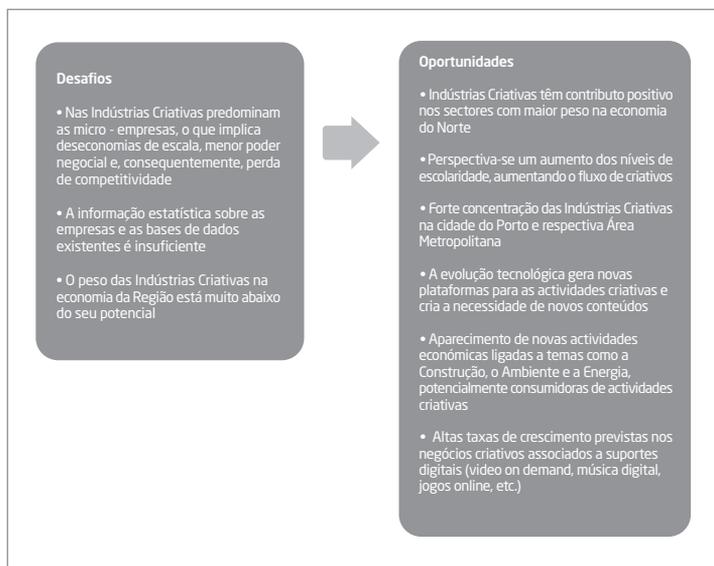
que estavam em ruínas e que foram crescentemente ocupadas e recuperadas para novas utilizações, ateliers, etc. etc.. Isto aconteceu em muitas cidades, temos vários exemplos na Inglaterra, no "black country", aconteceu em Barcelona, por exemplo, e em muitas outras cidades.

Para termos uma ideia do que estamos a falar, em termos económicos, falamos, em Portugal, de uma dimensão relativamente pequena, mas aquele conjunto de actividades que classificamos como indústrias criativas, andar, em Portugal, entre 2,5% a 3% do PIB e, em termos de ocupação de pessoas, também nessa ordem de grandeza. Em países mais desenvolvidos a sua dimensão já é bem superior. Dois indicadores: a nível europeu, as indústrias criativas representam mais do que a indústria automóvel, em termos de contribuição para o PIB, e os Estados Unidos exportam mais produtos das suas indústrias criativas que a soma da indústria de armamento e a agricultura. Estamos a falar de um potencial grande, que pode e deve ser aproveitado.

Terceira Sessão - Mesa Redonda - " O futuro da Indústria em Portugal" | Engº. Vergílio Folhadela Moreira



Detectou-se, também, a inexistência de redes de programação cultural intermunicipal, pois a parte da cultura é importante enquanto espaço para a criatividade ser aplicada e desenvolver ou poder gerar negócio.



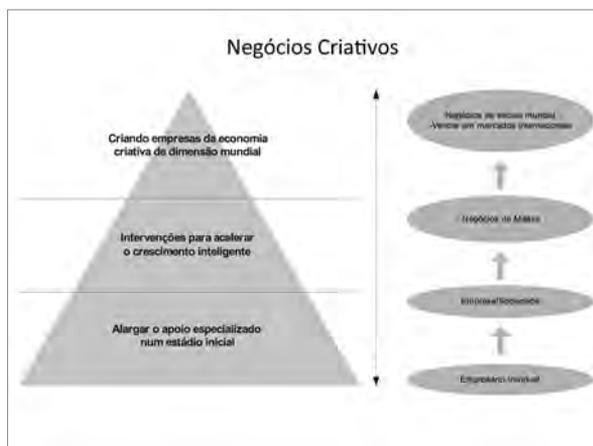
No sector das indústrias criativas, actualmente, e provavelmente há-de continuar assim, predominam as microempresas, o que implica deseconomias de escala, menor poder negocial e, conseqüentemente, falta de competitividade. A informação estatística é baixa, e o seu peso está ainda muito abaixo do seu potencial. Há muita potencialidade que existe ao nível das Universidades, mas que depois tem pouca seqüência e não se transforma ou tem dificuldades em se transformar em realidades económicas interessantes.

TERCEIRA SESSÃO

Há mecanismos de financiamento que já existem e que nem sempre são muito bem aproveitados. Há ausência, ou havia – antes da ADDICT, passe a imodéstia - ausência de uma entidade capaz de congregar as dinâmicas existentes e de as fazer desenvolver-se no mercado de uma forma diferente.



Ou seja, a passagem do nível do pequeno empresário individual em que às vezes ainda nem se está, pois muitas vezes o operador não se vê, ainda, como empresário, para uma dimensão de empresa sociedade que pressupõe algum apoio especializado neste estado inicial para se darem estes primeiros passos, à qual se deve seguir uma intervenção para acelerar o crescimento, que permita que algumas destas empresas se transformem em negócios com mais massa crítica e com algum significado, que lhes permita transformarem-se em “players” a nível mundial, porque estamos a falar de mercados em que o transporte, ou muito do transporte do produto destas indústrias criativas é “transporte internet”, portanto só precisamos de redes largas. O pensamento, a criatividade e a iniciativa transaccionam-se por essa via.





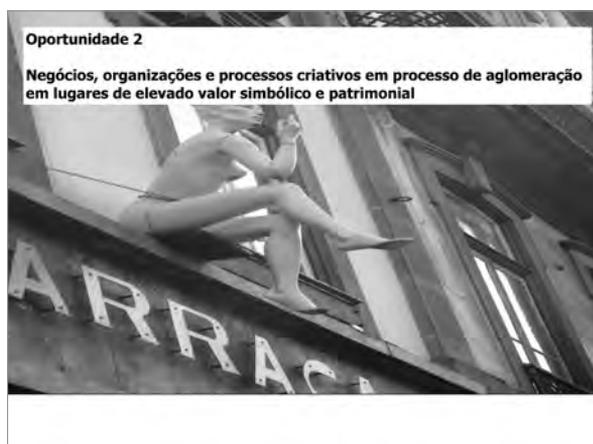
O estudo que tenho vindo a referir detectou cinco oportunidades que vou agora mencionar.



Uma primeira: há na região Norte uma infra-estrutura física criativa e cultural de excelência. Estão aqui alguns exemplos das redondezas do Porto, está Serralves, está a Casa da Música, mas haverá muitos mais.

TERCEIRA SESSÃO

Há um fenómeno que se começa a notar: que negócios, organizações e processos criativos começam a aglomerar-se em lugares de elevado valor simbólico e patrimonial, designadamente aqui no Porto e de uma forma natural. Sem haver nenhuma acção que a isso conduzisse, foi na parte mais antiga do Porto, na zona Património Mundial, que começou a haver algum desenvolvimento e aglomeração de fenómenos deste tipo que poderão, se convenientemente incentivados, ganhar uma dimensão diferente. Por exemplo, em Guimarães, que vai ser Capital da Cultura em 2012, há um bairro que está a ser trabalhado para ser destinado a este fim. Noutras cidades há incubadoras que começam a nascer: em S. João da Madeira, Santo Tirso, em Paredes... Há algum movimento que se começa a gerar, de aglomeração ou de atracção, criação de condições para se atraírem criadores que comecem a ter uma orientação para mercado e para se organizarem de forma a venderem serviços, quer a indústrias existentes, quer a negócios a criar.



Uma terceira oportunidade tem a ver com um espaço público de qualidade e renovado, aqui e em muitos sítos da região e do país.





Há velhos edifícios fabris cuja regeneração física tem vindo a orientar-se para funções culturais e criativas.



Há, finalmente, uma mistura de produção e consumos criativos de classe mundial, inseridas num património histórico de valor universal, que é a parte baixa do Porto, tudo localizado num ambiente fantástico. Esta forma de dizer foi utilizada por um estrangeiro que nos visitou, ou mais do que um que nos visitaram por ocasião do estudo, e que ficam fascinados com o que encontram e com a capacidade e a atractibilidade que estes lugares têm para pessoas como eles, que não os conheciam, pois não estavam divulgados. Temos cenários naturais onde há, de facto, muito espaço para poder ser ocupado, e muita capacidade de atracção que não está a ser desenvolvida e, portanto, não está a funcionar.

TERCEIRA SESSÃO

A título de referência, só, e para lembrar que uma das indústrias que daqui podem nascer, o turismo criativo, algo que passa por entreter as pessoas que chamamos e, inclusive, pô-las a trabalhar e a desenvolverem o seu potencial criativo como forma de entretenimento.

Turismo Criativo

"Creative tourism" is a concept particularly suited to today's visitors and the growing demand for opportunities for self improvement and development.
(British Tourist Authority, 2005)

"Tourism which offers visitors the opportunity to develop their creative potential through active participation in courses and learning experiences which are characteristic of the holiday destination where they are undertaken"

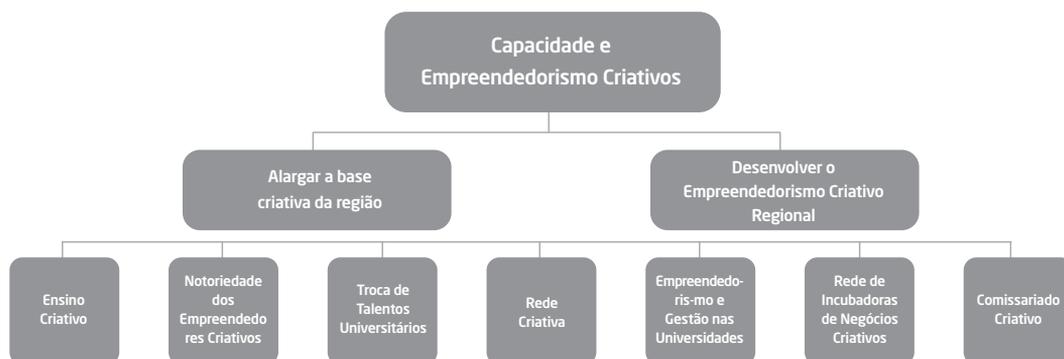
(Richards & Raymond, 2006)

Eixos estratégicos em que deveria basear-se e desenvolver-se a acção.





Capacidade e empreendedorismo criativos, crescimento dos negócios criativos e atractividade dos lugares criativos. Se postos em conjunto permitirão o reforço de massa crítica do capital criativo regional ou nacional.



O estudo aponta algumas formas de desenvolvimento: alargar a base criativa da região, desenvolver o empreendedorismo criativo,

TERCEIRA SESSÃO



Crescimento dos lugares criativos, criar uma plataforma de serviços de apoio a negócios criativos para ajudar a que eles se vão desenvolvendo, criar um sistema de investimento especializado, que requer apoio específico. Estamos a falar de gente que, na sua origem, não está habituada a lidar com linguagem económica. Estamos a falar, do lado do capital de risco, de gente que não estará, também, habituada a lidar com aquele tipo de agentes. Temos de encontrar formas de os pôr em contacto e de que consigam estabelecer diálogo.



Atractividade dos lugares criativos: para promover a atractividade da região, uma série de iniciativas. Destaco região digital, é muito importante a banda larga. Além de tudo o resto, desenvolver competências no planeamento e gestão cultural regional, pois temos muitas iniciativas completamente dispersas, com muito pouca capacidade de atracção, particularmente, internacional.



Ora bem, e para resolver e pôr isto tudo a funcionar, então o que é que o estudo apontava?

Apontava que era necessário um modelo de governação, a introdução de alguma ordem nesta ecologia criativa que precisa de ser orientada para que funcione em direcção adequada.



É daí que nasce a ADDICT, a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas, que pretende, através da concepção e implementação de um adequado modelo de governação que suporte o aumento da capacidade e empreendedorismo criativos, o crescimento dos negócios e a atractividade dos lugares criativos. Visando o reforço da massa crítica do capital criativo da região, a ADDICT pretende promover o desenvolvimento do cluster das indústrias criativas e contribuir para posicionar o Norte de Portugal entre as regiões mais criativas da Europa.

A ADDICT constituiu-se, assim, como a plataforma que através do conhecimento, da informação, da promoção e coordenação do sector das indústrias criativas, contribui para o desenvolvimento do empreendedorismo e da economia criativa.

TERCEIRA SESSÃO

É uma estrutura muito leve – e é isso que pretende ser uma agência – só é plataforma, só põe em contacto.

ADDICT: Estrutura e Operação

- **Escritura de constituição:** 14 de Outubro de 2008
- **Direção:** 7 elementos representativos da capacidade cultural, criativa e empresarial da Região Norte
 - Fundação de Serralves; RTP; Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU); Casa da Música; A Oficina – Guimarães; Maus Hábitos; Home Couture
- **Equipe Executiva:**
 - 1 Diretor Executivo;
 - 2 Técnicos;
- **Cerca de 95 Associados e 28 novos pedidos de Adesão a serem considerados na próxima Assembleia Geral**
 - Reúne um conjunto alargado de actores, os quais representam uma parte significativa do universo criativo da região, envolvendo grandes instituições culturais de relevo, as principais universidades e empresas dos sectores e, ainda, pequenas entidades e associações;
- **Receita própria decorrente das quotasções:** Cerca de €60 mil/ano;
- **Financiamento:** cerca de €430 mil/3 anos
 - POFC: Sistema de Incentivo a Acções Colectivas;

Tem como eixos de actuação a capacidade e empreendedorismo criativos que foram referidos atrás, o crescimento dos negócios, a atractividade dos lugares criativos, o desenvolvimento destes três eixos.

ADDICT: Eixos de actuação

- **Capacidade e Empreendedorismo Criativos**
- **Crescimento dos Negócios Criativos**
- **Atractividade dos Lugares Criativos**

ADDICT: Principais concretizações

- Execução de um pré-mapeamento ao mercado, de forma a poder conhecer as entidades com um papel mais relevante no sector;
- Organização de encontros de *networking* empresarial e criativo, interligando as mais variadas entidades e subsectores, o *Clube ADDICT*;
- Estabelecimento de um acordo com a EGP-UPBS, e sentido de disponibilizar ao sector criativo, a custo nulo, apoio técnico em empreendedorismo e consultoria especializada de negócios;
- Criação de um *site web* facilitador da comunicação e visibilidade das empresas e entidades, no interior e para o exterior do *cluster* (informação sobre os seus associados, eventos dinamizados, notícias sobre o sector, promoção das actividades da ADDICT e um *forum* on-line). É primeiro passo de uma futura plataforma com informação para a criação de negócios de empreendedorismo criativo, criando uma base de dados mais alargada a globalidade do *cluster* e uma publicação *online* sobre as Indústrias Criativas;
- Realização de um *Think Tank*, encontro da Comissão Consultiva da Agência, que reuniu personalidades de relevo nacional e internacional com os objectivos de reflectir sobre o futuro das Indústrias Criativas e definir os

ADDICT: Principais concretizações

- Promoção do *cluster* através de actividades de visibilidade e de *lobby*, dos muitos contactos com entidades representativas do sector, da economia local e internacional, bem como, através de diversas intervenções em conferências e seminários;
- Participação, em 2009 e em 2010, na mostra do Portugal Tecnológico, onde se conseguiu reunir um número de empresas do sector criativo, que, ao vivo, demonstraram as potencialidades deste sector em Portugal;
- Organização de um evento internacional, em 24 e 25 de Maio de 2010, que consistiu na realização de diversas conferências, seminários e *workshops*, promovendo a troca de experiências e conhecimentos de especial interesse para os empreendedores e criativos do *cluster*;
- Dinamização de intervenções artísticas no tecido dos centros urbanos e históricos, como o caso do centro histórico Porto, através da iniciativa Bairro Criativo, que decorreu nos 24 e 25 de Maio, em colaboração com a Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana;
- Acompanhamento regular dos projectos âncora, nas suas vertentes de

TERCEIRA SESSÃO

ADDICT: Principais concretizações

- Estabelecimento de parcerias
 - Ordem dos Arquitectos - Secção Regional do Norte
 - Escola de Gestão do Porto
 - Millennium BCP - Micro-crédito
- Participação, como Membros Fundadores, em 2 redes internacionais
 - Creative Industries International Network
 - European Creative Business Network
- Participação em associações com actividade relacionada com as Indústrias Criativas
 - A ADDICT irá integrar como Membro Fundador a Associação Fab Labs, Portugal
- Promoção da educação criativa
 - Acordo com Universidade Católica - mestrado em Gestão das Indústrias Criativas (amanque em 2010/2011);
- Divulgação de programas de apoio financeiro, nacional e comunitário

11

ADDICT: Programas em curso

- Candidatura apresentada ao Programa Operacional da Região Norte - DN 2 no montante cerca de €35 mil
 - Estudar e desenhar o processo optimizado de internacionalizar negócios criativos (através da identificação de novos parceiros que vise a promoção das indústrias criativas e seus produtos e a cooperação empresarial entre negócios originários de diferentes regiões europeias)

ADDICT: Programas em curso

- 3 Candidaturas apresentadas ao Programa Operacional Factores de Competitividade – SIAC nº1/2010 no montante de € 3,6 Milhões:
 - "Centro de Competências para a Sustentabilidade do Cluster das Indústrias Criativas"
 - Mapeamento do Sector Criativo
 - Plataforma Colaborativa /MarketPlace Criativo
 - Programa Piloto para a Sustentabilidade das PME Criativas
 - Acompanhamento de Projectos Estruturantes
 - Participação / Representação em eventos e organizações internacionais
 - "Centro de Competências para o Empreendedorismo Criativo"
 - Gabinete de Empreendedorismo Criativo
 - Elaboração do "Mapa de Estradas" criativo
 - Acções de Promoção do Empreendedorismo Criativo
 - "Portugal Criativo: Promoção para a Competitividade das Indústrias Criativas"
 - Criação de Rede Internacional de Audiovisual
 - Desenvolvimento de networking
 - Criação de Feira Internacional de Indústrias Criativas – Portugal Criativo
 - Desenvolvimento de um Fórum e Mostra de Indústrias Criativas
 - Desenvolvimento de um Roadshow Internacional de Indústrias Criativas
 - Desenvolvimento de acções de promoção do Cluster de Indústrias Criativas

11

ADDICT: Programas em curso

- Está em preparação a candidatura ao Programa Operacional do Norte - ON.2, Concurso Promoção e Capacitação Institucional – Internacionalização "Eventos Científicos e Culturais", cuja data limite é Dezembro de 2010
- Estão definidos e preparados para serem apresentados, três projectos de grande envergadura, cuja operacionalização terá impacto directo sobre a estrutura económica local
- Está em preparação o Plano de Actividades para 2011, a ser apresentado na Assembleia Geral a realizar no próximo mês de Novembro
- Está a ser organizado um encontro colaborativo com a AGADIC (Xunta da Galícia) de intercâmbio de experiências empresariais no sector das Indústrias Criativas

12

TERCEIRA SESSÃO

Teve como principais concretizações uma série de iniciativas que seria já fastidioso enumerar, pois, felizmente, e apesar de só ter um ano de acção, já muita coisa começa a ser feita.

Destacaria dessas iniciativas, duas, pela sua capacidade emblemática. Uma, que é o chamado Clube ADDICT, é pôr em contacto o que não estaria em contacto de outra forma, se o contacto não fosse provocado. Convidamos para um encontro muito rápido, três minutos, em que os participantes têm que explicar o que fazem, um ao outro, e tentar encontrar, entre si, formas de colaborar. Fizemos vários clubes ADDICT, num processo itinerante: em Guimarães, em Stº Tirso, em Braga, vamos fazer em Paredes daqui por uns dias, e muitos outros estão já planeados. No fundo, tentamos provocar alguma agitação naqueles lugares e pôr em contacto, de facto, gente que de outra forma não se encontraria. Destacarei uma outra iniciativa, que foi um fórum, uma reflexão que teve lugar em 24 e 25 de Maio. Chamamos-lhe "Portugal Criativo@Porto 2010", uma reflexão ao mesmo tempo que convidamos alguns artistas para "provocarem" a população e mostrarem que existem outras formas de intervir nas cidades, através de um "bairro criativo" que foi estabelecido dentro da parte antiga, entre a zona da Ribeira e a parte alta da cidade, a Cordoaria. Principais concretizações, enfim, quem tiver curiosidade pode vê-las no site. Temos em curso várias candidaturas que estamos a desenvolver.

Esperamos, com estas iniciativas, não propriamente criar uma "nova indústria" que vai resolver os problemas todos.

Mas, hoje de manhã, quando o meu amigo Félix Ribeiro falava na onda, e que nós temos de aprender a cavalgar as ondas e temos de ter as nossas pranchas de surf para surfar naquelas ondas, eu pensei que talvez "isto" não seja, ainda, uma prancha de surf, mas acho que acabei de lhes apresentar uma prancha de "body board" que, pelo menos, pode ajudar a cavalgar algumas ondas, ou a cavalgar de uma forma intensa as ondas que estão a nascer e na crista das quais temos que nos pôr para sermos capazes de avançar.

Moderador - Engº. José António Barros

Muito obrigado Sr. Eng. Folhadela. Realmente, não há dúvida que estamos perante um novo paradigma e, na prática, esta nossa capacidade criativa, que está mais que demonstrada com o desenvolvimento da ADICT, surge um pouco, também, na sequência do que dizia o Sr. Eng. João Serrenho ainda há pouco, no sentido de que os portugueses têm enormes capacidades criativas, enormes capacidades de adaptação e de «desenrascanço», isto é, digamos, uma forma evoluída, uma forma do desenrascanço do século XXI, que poderá ser extremamente interessante para assegurar novos níveis de emprego e novas tipologias de emprego.

E chegamos ao fim.

Muito obrigado. Teremos agora um intervalo de dez minutos e estaremos aqui, às 15h45, para a 4ª sessão.

COMUNICAÇÕES

QUARTA SESSÃO

Moderador

Eng.º Luís Braga da Cruz - Presidente da Fundação de Serralves

5ª Palestra - "Internacionalização das Empresas Portuguesas"

Dr. Luís Filipe Pereira

6ª Palestra - "Os Recursos Humanos. O Papel da Universidades. O Papel da Investigação"

Prof. Doutor Sebastião Foyo de Azevedo

QUARTA SESSÃO

Moderador - Engº. Luís Braga da Cruz

Pede-me a organização para dizer umas pequenas palavras pelo desafio que nos foi feito pela Fundação AEP. Como é natural, foi um desafio prontamente aceite, especialmente por causa de haver nesta proposta uma convergência de propósitos, e eu referir-me-ia a eles desta maneira:

A actividade económica contemporânea é, cada vez mais, imaterial, global e tecnológica. Esta constatação reclama que nos sintamos bem preparados para os desafios do futuro. Conforme foi dito aqui esta manhã, esta preocupação é uma preocupação de natureza prospectiva. Eu aprendi aqui no Porto, quando cá veio um dos grandes especialistas de prospectiva europeia, um francês chamado Michel Bodé, que disse que fazer prospectiva não é adivinhar o futuro, fazer prospectiva é antecipar algo que o futuro nos reserva e, portanto, devemos estar preparados para ele. Assim estamos a cumprir bem esta função.

Acontece que entre os pontos comuns que a Fundação de Serralves terá com a AEP é apreciar esta preocupação de levar os portugueses a serem do seu tempo, isto é, cultura contemporânea e ter uma ideia clara do que é ser do nosso tempo para poder encarar melhor aquilo que o futuro nos reserva. Ora isto reclama que façamos a exploração de uma relação, no caso de Serralves, da arte, da criatividade, com a economia, com o ambiente, com as temáticas que preocupam as pessoas do nosso tempo. Eu entendo que esta sessão corresponde, justamente, a duas dessas preocupações. Se Serralves é um projecto com êxito, deve-o à sua preocupação de manifestar a cultura contemporânea portuguesa a nível internacional, projectar os criativos portugueses, levar a que os seus nomes sejam conhecidos e representem bem aquilo que de bom se faz no nosso país, e por outro lado também, temos uma grande preocupação em levar estas mensagens aos mais jovens. É consolador que das 450.000 pessoas que visitam Serralves por ano - que é um número que nos orgulha - 130.000 são jovens, jovens que frequentam Serralves e os seus serviços educativos. Portanto, a preocupação com a internacionalização de Portugal e preocupação com a formação dos portugueses são os dois temas que estão aqui hoje nesta mesa.

Sem mais delongas, apenas prometendo que procuraremos satisfazer o desafio que o Dr. Paulo Nunes de Almeida nos fez, vamos reflectir em que é que podemos reforçar a relação entre a Fundação AEP e a Fundação de Serralves, dentro destas balizas. Darei, portanto, imediatamente a palavra ao primeiro orador que é o Dr. Luís Filipe Pereira, que falará sobre a internacionalização das empresas portuguesas, diz-me a organização que tem 40 minutos, portanto fará favor.

QUARTA SESSÃO

5ª Palestra - “Internacionalização das Empresas Portuguesas”

Dr. Luís Filipe Pereira

Presidente Executivo da EFAC EC

Bom, antes de mais, gostava de agradecer o convite que me foi dirigido. Tenho de facto 40 minutos, vou ver se não os excedo.

A ideia era de falar sobre a internacionalização, e tal como referi à organização na altura, dividi este tema em duas partes. Uma parte sobre a internacionalização das empresas e outra sobre um testemunho de um caso concreto: a Efacec. Um testemunho de como é que nós encaramos este processo de internacionalização, o que poderá ser útil para reflectir um pouco sobre a experiência que outras empresas poderão ter.

Falarei então do processo de internacionalização numa primeira fase, e depois no projecto desenvolvido pela Efacec. Talvez seja de começar a internacionalização pelo fenómeno da globalização. Hoje, de facto, vivemos num mundo global e é ilusório pensar que podemos recusar essa globalização. Fala-se, por vezes, em boa globalização e má globalização. O que há, de facto, é globalização. Todos nós sentimos os seus efeitos.

Este fenómeno da globalização tem a ver com vários aspectos. Quatro deles estão aqui listados. Tem a ver com a globalização dos sectores, da energia por exemplo. Tem a ver com a desregulamentação, e o exemplo que me vem à cabeça é a desregulamentação do mercado aéreo, por exemplo, na Europa e nos Estados Unidos.

Os processos de privatização e o próprio progresso tecnológico são, também, factores que estão na origem do mundo global em que vivemos. A evolução nas tecnologias de informação e comunicação é de tal forma profunda que o mundo se tornou, de facto, numa aldeia, e estou a dizer um lugar-comum.

Face a este fenómeno da globalização, a internacionalização das empresas torna-se uma necessidade.

Existem outros motivos para a internacionalização, como seja o crescimento da concorrência nos mercados internos. A procura de novos mercados, a estagnação ou o crescimento limitado dos mercados domésticos leva, também, as empresas a internacionalizarem-se, sendo certo que mesmo aquelas que operam apenas no mercado interno sofrem a influência da globalização, sobretudo de empresas estrangeiras congéneres que se situam fora do território nacional, mas cujas fronteiras abertas permitem que haja concorrência.

E há outros motivos para a internacionalização. Por exemplo, obter maior competitividade, através de custos mais competitivos, noutras geografias. A Efacec, a este respeito, pode ser referida como um exemplo. De qualquer maneira, a internacionalização é algo que, de facto, deve preocupar todas as empresas.

Por outro lado, há várias formas de internacionalização. O exemplo da Efacec, daqui a pouco, poderá melhor ilustrar isso. Há a pura exportação de bens e serviços, que no caso das indústrias tradicionais portuguesas –

como o vestuário, o calçado, etc. – tem muito mérito, muito esforço, revelando um grande dinamismo e competitividade em mercados difíceis.

Há outras formas de internacionalização, como seja o caso do investimento directo nos mercados externos. Podem ser investimentos das próprias empresas, isoladamente, ou em *joint ventures*. A Efacec tem ambos os casos, e isto pode acontecer quer a nível industrial, quer a nível comercial. Poderá haver, ainda, o caso da realização de obras fora do território nacional, como é o caso de obras de engenharia ganhas e realizadas pela Efacec em vários países.

Há, portanto, formas distintas de internacionalização.

Existem, por outro lado, importantes aspectos quando se pensa na internacionalização. Um deles diz respeito à dimensão, e vamos ver que no caso português a esmagadora maioria das empresas são de pequena e média dimensão, o que levanta problemas práticos e importantes quanto à sua internacionalização, o que não quer dizer impossibilidade, visto que mesmo os sectores tradicionais em Portugal podem ter uma capacidade de exportação e de internacionalização.

Outro dos aspectos refere-se à necessidade de as empresas disporem de qualquer competência específica que, quando pensamos em internacionalização, seja uma vantagem competitiva ou comparativa. Isto porque a competição em mercados abertos depara-se com concorrências acrescidas, e um cliente que compra um serviço ou um bem tem sempre uma equação que é a de privilegiar a qualidade, o preço ou o prazo, ou as três coisas ao mesmo tempo. São estes aspectos que fazem com que a decisão seja favorável para esta empresa e não para aquela.

Um outro aspecto crítico quando se pensa na internacionalização tem a ver com aspectos financeiros, e este talvez seja no curto prazo. No próximo ano, o principal desafio para as pequenas e médias empresas portuguesas, devido às dificuldades do sistema bancário e à acrescida dificuldade que se antecipa quanto ao acesso ao crédito em Portugal.

Acresce que, no momento presente, isto penso que não é novidade para ninguém, a actual situação leva a que a exportação seja o motor principal do crescimento económico nos próximos anos. Os "drivers habituais", o investimento e o consumo público e privado não são de molde, a curto prazo, de serem as variáveis que possam elevar os níveis de crescimento económico em Portugal devido à situação em que estamos. Elevado endividamento externo, elevada dívida do Estado, elevado endividamento das famílias, taxas de crescimento baixas, níveis muito baixos de produtividade, tudo isto, de facto, aponta para que haja necessidade de focalizar a actuação do país no sector dos bens transaccionáveis.

De facto, o Estado pode e deve ter aqui um papel importante, sobretudo em termos de centralização, de focalização da nossa política económica no chamado sector dos bens transaccionáveis. Não esquecer que as empresas que competem no mercado externo estão, como eu costumo dizer, no deep sea, no mar profundo, com uma concorrência bastante acrescida. Há que lhes criar condições a nível sectorial e, também, ao nível da redução dos custos de contexto, o que tem a ver com a relação com o sector dos bens não transaccionáveis.

QUARTA SESSÃO

Estou a falar, por exemplo, de desvantagens comparativas ao nível dos custos de energia e de telecomunicações. Mas, nos custos de contexto entram também aspectos como a burocracia, a resposta rápida do Estado a solicitações do sector privado, etc..

Nos últimos anos, não se pode dizer que a economia portuguesa seja completamente virgem neste fenómeno de internacionalização. Tem havido nos últimos anos (menos nos dois últimos) algum investimento directo, por exemplo, na Europa do Leste por parte de grupos financeiros nacionais da distribuição alimentar. Estou-me a lembrar da Jerónimo Martins, na Polónia. Verificam-se, também, na América Latina, investimentos de empresas de telecomunicações como a PT e, mesmo, de bancos como o BES. Em África regista-se a actividade de empresas de construção. Ou seja, não podemos dizer que a economia portuguesa, pelo menos nos últimos dez anos, não tenha tentado internacionalizar-se no sentido de ter algum investimento directo em geografias, sobretudo aquelas em que estamos mais próximos nem que seja culturalmente, como é o caso dos países de expressão portuguesa.

Deixem-me agora dar-vos uma ideia rápida quanto à dimensão das empresas portuguesas e das dificuldades que daí podem advir para a sua internacionalização. Trata-se de um estudo do INE, de Junho de 2010, com dados de 2008. Verifica-se que as microempresas são 85,6% das pequenas e médias empresas. De um universo de cerca de 350.000 empresas (excluindo sociedades financeiras) cerca de 300.000 são microempresas, sendo 42.960 pequenas e seis mil e tal médias. Digamos que a nossa malha é muito atomizada, e se repararem no final na última linha a dimensão média do número de pessoas por empresa nas micro é de 2,7 pessoas. Este número sobe para 18 pessoas nas pequenas empresas e para cerca de 88 nas médias. De facto, temos uma malha empresarial extremamente atomizada e a questão é de saber como é que o país, não tendo outra alternativa senão exportar a curto prazo, poderá colocar bens e serviços em competição com congéneres estrangeiros nos mercados externos.

Por outro lado, estas PME representam 72,5% dos empregos, ou seja, o emprego privado está nestas pequenas e médias empresas. E, como referi, nestas PME avulta o peso das micro, que têm mais de metade do emprego privado (53,1%) e realizam 1 26,3 mil milhões de euros, o que representa 36,2%, do volume de negócios. Em termos de distribuição regional, sem surpresa, verifica-se a concentração das empresas no Norte e na Grande Lisboa.

No fundo, se quisermos sintetizar as principais dificuldades sentidas pelas empresas portuguesas na internacionalização, uma delas tem a ver, sem dúvida, com a dimensão. Este aspecto está relacionado com outras dificuldades como sejam o acesso à informação e o desconhecimento sobre os mercados externos, embora aqui se possa referir o papel relevante das associações empresariais. Há que referir, ainda, as dificuldades financeiras. De facto, muitas vezes há necessidade de competir com margens um pouco mais baixas para entrar nos mercados externos e isso atinge a capacidade financeira e a geração de cash das empresas. A estas dificuldades podem-se adicionar aquelas relacionadas com o acesso ao crédito, que se agudizará neste ano de 2011.

Como pano de fundo da internacionalização das empresas portuguesas gostaria de acentuar o factor crítico da competitividade. Eu costumo dizer que para estar no mercado internacional é preciso ser competitivo, o que não significa ser mais barato. Ainda ontem vi na televisão uma mostra do calçado português, em Milão,

onde o preço de um par de sapatos, se bem me recordo, era de 23 euros para as empresas italianas, 21 euros para os portugueses e 3 euros para as chinesas. Portanto, é esquecer, pelo menos naquele mercado, a competição em termos de preço. Mas há a competição pelo design, pela diferenciação e pela qualidade.

Por último, gostaria de referir dois elementos que são, igualmente, fulcrais na internacionalização. Por um lado, a necessidade da existência de mecanismos de financiamento e de incentivos fiscais para a internacionalização. Portugal não tem outra saída no curto prazo, senão incrementar as exportações. O próprio governo vai ter que concentrar-se nos bens transaccionáveis e dar-lhes maiores apoios. Eu sei que os incentivos fiscais podem brigar com regras comunitárias, mas os nossos vizinhos espanhóis, por exemplo, têm superado, esta dificuldade.

Por outro lado, gostaria de focar o problema fundamental dos recursos humanos. Eu costumo dizer que, em última análise, este é o aspecto crítico fundamental. São, de facto, as pessoas, a sua qualificação, gestão e motivação que fazem a diferença.

Teremos, à frente, o exemplo da Efacec e como nós tentamos actuar nesta área.

Precisamente em relação ao exemplo da Efacec começaria por referir o contexto de partida. De facto, em 2007 iniciámos uma nova estratégia de internacionalização, embora a Efacec esteja no mercado externo há bastante mais tempo. Mas houve, de facto, uma mudança qualitativa e quantitativa a partir de 2007.

Ao iniciarmos esta nova estratégia de internacionalização existiam, à partida, dois elementos fundamentais. Um deles tinha a ver com a qualidade e importância dos nossos quadros, com o seu espírito empreendedor, a sua disciplina de rentabilidade, o seu empenhamento. Por outro lado, a Efacec operava em sectores que, em termos mundiais, têm crescimento: sectores do ambiente, da energia, das águas, da urbanização e da mobilidade. Isto é, o crescimento destes sectores a nível mundial existe. Pode não ser para a Efacec, mas para a Siemens ou a ABB, para as nossas concorrentes. Este era um aspecto importante do nosso contexto de partida.

Neste contexto, considerámos, em 2007, que era fundamental adoptar um novo processo de internacionalização e, para isso, existiam quatro aspectos críticos a definir: caracterizar e adoptar uma nova estratégia para o futuro, quantificar objectivos a curto /média e longo prazo (no âmbito desta nova estratégia), redefinir a organização, e comunicar, informar, os nossos recursos humanos da estratégia adoptada.

Definimos, então, no âmbito da nova estratégia, que queríamos estar em três sectores: energia, engenharia e ambiente, e transportes e logística. Em cada um destes sectores identificámos os negócios que queríamos desenvolver geridos de uma forma autónoma. Deste modo, no sector da energia identificamos 3 negócios: transformadores, aparelhagem de alta e média tensão e servicing (reparação e repotencialização de equipamentos eléctricos). Na área da engenharia e ambiente definimos cinco negócios ou unidades de negócio, como lhe chamamos: engenharia, automação, manutenção, ambiente e renováveis. Por último, definimos ainda dois outros negócios: transportes e logística.

Esta identificação de 10 unidades de negócio corresponde à componente "produto" da estratégia adoptada. Já explicarei mais em detalhe o que está contido em cada uma destas unidades de negócio.

QUARTA SESSÃO

Na componente geográfica da estratégia decidimos seleccionar como mercados estratégicos prioritários sete regiões à escala mundial: Estados Unidos da América, América Latina – com foco na Argentina, Brasil e Chile (não quer dizer que não possamos ir a outros países, como tem sucedido em relação à Venezuela ou ao Paraguai, mas só queremos custos fixos nestes países) – Pensínsula Ibérica, Magreb (com foco na Argélia, Tunísia e Marrocos), África Austral (com foco em Angola, Moçambique e África do Sul), Europa Central (basicamente Roménia, Bulgária), República Checa (Eslováquia e Grécia) e, por último, a Índia.

De acordo com a estratégia adoptada, o objectivo para cada região é o de atingir 100 milhões de euros de vendas e de, num período de cinco anos, replicar em cada uma destas regiões pelo menos metade das 10 unidades de negócio.

Para fazer curta uma longa história, passados 4 anos de adopção da nova estratégia de internacionalização as vendas cresceram de 370 milhões de euros, no início de 2007, para 1034 milhões de euros, no final de 2010. Ou seja, um crescimento médio de cerca de 30% ao ano e isto apesar de, a partir de meados de 2008, se ter verificado a maior crise económica e financeira dos últimos 80 anos.

As encomendas tiveram também um crescimento muito forte, ultrapassando a barreira dos 1000 milhões de euros, já em 2008.

Esta evolução foi acompanhada de uma mudança estrutural: no final de 2006, a percentagem de vendas realizada nos mercados externos era de cerca de 30%, tendo passado para cerca de 70% em 2010. Ou seja, em 2006 mais de dois terços das vendas eram realizadas em Portugal e um terço no exterior. Hoje sucede o contrário. Para o ano de 2011 estimamos que a estrutura das vendas seja 75% no exterior e 25% em Portugal.

O crescimento que se verificou foi praticamente todo orgânico, ou seja, a contribuição trazida pela aquisição de duas ou três empresas, foi muito diminuta. Este crescimento, deve-se, portanto, ao desenvolvimento próprio da empresa com os recursos e as tecnologias que tinha em 2007.

Quanto ao futuro, o Planeamento Estratégico para o período de 2011 aponta para um crescimento das vendas dos actuais 1,03 mil milhões de euros para cerca de 1,7 Mil milhões de euros em 2015, apenas por crescimento orgânico, ou para cerca de 1,9 mil milhões de euros se considerarmos, também, a aquisição de empresas (ou seja, crescimento não orgânico).

Em consequência da estratégia adoptada, a organização da Efacec mudou. Temos agora uma organização matricial, onde se cruzam, por um lado, as responsabilidades pelas geografias e, por outro, as responsabilidades pelos negócios. Trata-se de uma organização tipo matricial, que é típica das grandes multinacionais.

Nós adoptamos esta organização em 2007 e até agora ela tem sido, ao contrário do que eu supunha no início, um factor de motivação e de desenvolvimento.

Há, ainda, dois ou três aspectos que, a meu ver, são importantes e que podem ser generalizáveis a outro tipo de empresas. Um deles tem a ver com o modelo de gestão, que adoptámos também a partir de 2007, e que julgo ter contribuído decisivamente para o elevado crescimento que a Efacec registou desde então.

Este modelo de gestão é composto por três componentes: a componente do Planeamento, Estratégico que estabelece, em cada ano, os objectivos da empresa para os próximos cinco anos; a componente de orçamento, que fixa os objectivos para o ano seguinte; e a componente de controlo, através da qual é revista e analisada, todos os meses, a performance da empresa.

Este modelo determina uma grande interactividade entre os gestores de topo da Efacec: Comissão Executiva; responsáveis pelas unidades de negócios e de mercado; e responsáveis máximos das grandes funções da empresa – finanças, contabilidade, strategic sourcing, etc..

Para dar uma ideia breve de como, a partir de 2007, este modelo de gestão foi aplicado na empresa, diria que todos os anos, no início de cada ano, as unidades de negócio e de mercado são desafiadas pela Comissão Executiva para atingirem objectivos estratégicos num horizonte temporal de cinco anos.

Estes desafios concretizam-se em metas escritas, quantificadas, a serem atingidas nos próximos cinco anos e respeitantes aos indicadores mais importantes: encomendas, vendas, margens, capex, *headcount*, etc..

Em meados de cada ano, as unidades de negócios e de mercado, depois de um processo interactivo, propõem à Comissão Executiva os seus objectivos estratégicos (relativos àqueles indicadores quantificados).

Após discussão com a Comissão Executiva e consolidação destes valores, a empresa passa a dispor do seu Plano Estratégico quantificado para os cinco anos seguintes, que traduz o compromisso de cada unidade de negócios e de mercado.

Este processo de Planeamento Estratégico permite que a empresa reveja, anualmente, os seus objectivos estratégicos e vá adaptando a sua actuação à evolução dos mercados onde está presente.

O primeiro processo de Planeamento Estratégico foi efectuado em 2007, ano em que foi estabelecido o Plano para 2008-2012. No ano seguinte, foi estabelecido o Plano para 2009-2013 e assim sucessivamente.

Em Outubro de cada ano é elaborado o orçamento para o ano seguinte, também após uma grande interacção entre as unidades de negócios e de mercado. Os valores propostos por estes são discutidos com a Comissão Executiva e confrontados com os valores que foram incluídos no Planeamento Estratégico para o ano a que se refere o orçamento.

As reuniões de interacção entre todos os gestores de topo da empresa, quer para a realização do Planeamento Estratégico quer para o Orçamento, são efectuadas fora da empresa, durante 3/4 dias, e são conduzidas em língua inglesa, pois na Efacec trabalham pessoas de 15 nacionalidades diferentes. Aliás, a língua oficial da Efacec, a partir do início de 2009, é o inglês.

Este processo de fixar objectivos desenvolve-se ainda a outro nível. Todas as pessoas que trabalham na Efacec têm objectivos individuais, quantificados, que são o desdobramento dos objectivos fixados a nível de cada unidade de negócio e de mercado e a nível global da empresa.

QUARTA SESSÃO

A remuneração variável de todos os colaboradores da empresa depende do grau alcançado no cumprimento dos objectivos a nível individual, de negócio e da empresa.

A introdução deste sistema de gestão veio, no fundo, dar grande autonomia a cada negócio e aos seus gestores, mas ao mesmo tempo veio responsabilizá-los por objectivos.

Julgo que este modelo de gestão é um dos factores que está na origem do grande crescimento da empresa. O outro factor decisivo está na gestão e motivação dos recursos humanos. Também aqui houve um crescimento substancial. De 2007 a 2010 a empresa aumentou em 1617 os seus efectivos

E queria destacar que deste número cerca de 750 pessoas são licenciadas, a esmagadora maioria jovens. Neste sentido, somos dos principais empregadores de jovens licenciados, sobretudo na área da engenharia.

Como disse, considero que esta área de recursos humanos foi crítica para o crescimento da empresa. Actuámos em várias dimensões desta área. Reestruturámos, em 2008, a Direcção de Recursos Humanos, criando duas direcções: a Direcção Estratégica de Recursos Humanos, abrangendo os Quadros Superiores e voltada para a internacionalização, e a Direcção Operacional de Recursos Humanos, abrangendo o restante pessoal.

Na empresa, também identificámos talentos, em especial os jovens talentos, e definimos programas e actuações específicas para eles em termos de carreira, remuneração, formação, etc..

Institucionalizámos reuniões trimestrais com a finalidade exclusiva de analisar e discutir os recursos humanos da empresa, no sentido de detectar as possíveis oportunidades que poderíamos criar para os quadros, em especial os jovens talentos, e visualizar as necessidades de líderes na empresa no futuro. Criámos a Universidade Corporativa da Efacec, que compreende dois pilares: o da formação de Quadros e o da Gestão do Conhecimento.

Esta Universidade Corporativa, também chamada EFA Academy, criou já três Escolas: a Escola de Transformadores e a Escola de Automação, ligadas directamente às necessidades das unidades de negócios, e a Escola do Comportamento, para formação dos nossos quadros em aspectos como liderança, *team building*, etc..

Criámos, ainda, o Programa Colombo, ou seja, um programa destinado a que todas as pessoas na empresa possam dar ideias de melhoria. Nos últimos anos recebemos centenas, senão mesmo milhares, de ideias.

Temos, também, colocado como muito importante a preocupação de comunicar, informar todos os colaboradores da empresa quanto à estratégia desenvolvida e quanto aos resultados da empresa. A Efacec é um projecto que não pode ser só meu, ou da Comissão Executiva e tem que envolver todas as pessoas. Não é possível ter resultados ambiciosos como aqueles obtidos pela Efacec sem todos estarem envolvidos.

Para alcançar este objectivo começámos por tentar algo um pouco primitivo. Em 2007, quando definimos a nova estratégia, fizemos uma reunião em Santa Maria da Feira e juntámos cerca de 1.600 pessoas, num encontro onde, basicamente, explicámos a estratégia e o caminho que queríamos seguir nos próximos anos. Fizemos, também, outra reunião em Lisboa, na FIL, com cerca de 800 pessoas. Mais tarde, em 2008, adoptámos um processo mais estruturado.

5ª Palestra - "Internacionalização das Empresas Portuguesas" | Dr. Luís Filipe Pereira

Criamos, assim, um programa a que chamámos de gestão da mudança cultural. Esta gestão da mudança cultural tinha quatro pilares. Um deles chamava-se Efacec. E o que fez este pilar? Bom, cerca de 800 pessoas, os nossos quadros, com licenciatura, mestrado ou doutoramento, foram organizados em grupos de 25 e, com o auxílio de um consultor, realizaram-se dezenas e dezenas de reuniões, que demoraram meses, onde dissemos a cada um dos quadros o que é que nós pensávamos fazer e ouvimos as suas opiniões. Isto fez as pessoas sentirem-se envolvidas e terem opinião sobre a gestão e evolução da empresa.

Para as restantes duas mil e tal pessoas que trabalham na empresa, ou seja, os não-quadros – pessoal administrativo, fabril etc. – desenvolvemos exactamente o mesmo processo. Envolvermos assim todas as pessoas que trabalhavam na empresa em Portugal.

Quisemos, ainda, envolver os nossos colaboradores, em especial os não portugueses, a segunda linha de responsáveis que trabalham nas várias unidades de mercado da Efacec. Queríamos que eles conhecessem Portugal, a sua cultura, os nossos valores. E refiro a segunda linha porque os responsáveis da primeira linha vêm regularmente a Portugal, para reuniões do Planeamento Estratégico e do Orçamento. Organizámos assim o Encontro Internacional dos responsáveis da Efacec em Portugal, como forma de aproximar estes colaboradores aos colaboradores internacionais.

Por último, declaramos o inglês como língua oficial, a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, não por querermos ser especiais, mas por necessidade prática, visto que nas nossas reuniões temos várias nacionalidades e é inevitável que nos entendamos numa língua. E essa língua tem que ser o inglês.

Termino aqui com a ideia de que alguns dos aspectos que foquei possam constituir motivos de reflexão para outras empresas e tive muito prazer em ter dado aqui um testemunho do que foi desenvolvido na Efacec.

Moderador - Eng. Luís Braga da Cruz

Muito obrigado Dr. Luís Filipe Pereira, acho que realmente foi uma apresentação estimulante e que nos deu uma ideia muito precisa do que aconteceu na EFACEC nestes últimos anos, e eu retenho apenas duas ideias, a primeira é que crescer a partir das características específicas é um factor de garantia de sucesso, e ficou aqui bem demonstrado, em segundo lugar, para ter êxito é necessário ter alguns segredos simples, e o Dr. Luís Filipe Pereira disse que o que não se mede não pode ser gerido. Também ao contrário, que os modelos de gestão é que definem os objectivos, e, de facto, desta interacção resultou sucesso, mas a última ideia é que é necessário envolver as pessoas, e a forma como aqui o disse também a considero fundamental, porque não é fácil - para uma organização que está em sessenta e não sei quantos países - levar essa mensagem e estabelecer a coesão com uma mensagem portuguesa, também é simpático.

Passo, agora, imediatamente a palavra ao Professor Sebastião Feyo de Azevedo, que é neste momento o director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que nos vai falar sobre os recursos humanos e o papel das universidades, bem como o papel da investigação no sucesso. Tenha a bondade.

QUARTA SESSÃO

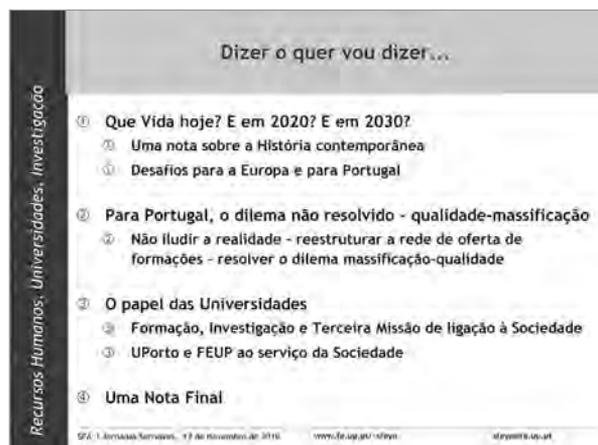
6ª Palestra - “Os Recursos Humanos. O Papel da Universidades. O Papel da Investigação”

Prof. Doutor Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático. Director da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Nesta conferência vou, no essencial, apresentar-lhes a minha visão pessoal do papel que as instituições do ensino superior têm que desempenhar: primeiro, na formação de recursos humanos, e vou centrar-me bastante nesse ponto; segundo, na produção de conhecimento; e, em terceiro lugar, na transformação desse conhecimento em bens úteis e rentáveis para a sociedade.

Espero conseguir transmitir-lhes a minha ideia forte e convicta de que é necessário fazermos uma reforma importante. Uma reforma que, eu diria, em vários pontos está no papel, com suporte no quadro legal, mas que tem sido sucessivamente adiada na sua prática. A minha percepção é que é adiada porque não só encerra uma necessária rutura com alguma cultura de qualidade prevalecte, como também, e principalmente, mexe em interesses instalados. Não tem havido vontade, ou força, ou capacidade política para a fazer. E isto é transversal, não é só de um partido político no governo, é de mais do que um. Há muito tempo que é assim, e nós continuamos com claras limitações em matérias dos recursos humanos e respectiva formação, que me parece que são muito importantes para o país.



Vou estruturar a apresentação em três partes principais. Em primeiro lugar, vou comentar algo que entendo como fundamental para esta análise – perceber o momento que vivemos.

Nós estamos a passar por uma fase de uma fantástica revolução, que vai ficar para a história como mais importante do que a própria Revolução Industrial do Séc. XVIII. Esta revolução que estamos a viver é mais profunda e mais global. É muito importante fazer alguns comentários do ponto de vista dos desafios para a Europa e para Portugal e, sobretudo, na perspectiva dos recursos humanos e da cooperação.

Depois, vou falar-lhes sobre a tal questão da reforma que é necessária. Aquilo a que chamo o dilema não resolvido da qualidade-massificação, ou se quiserem da massificação com qualidade. Trata-se de um dilema que é possível resolver, desde que tenhamos a coragem de tomar algumas medidas, mas que ainda não solucionamos.

Finalmente, vou falar-lhes do papel das universidades. Naturalmente, vou falar da minha Universidade do Porto (UP) e da minha Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), e do serviço que prestamos à sociedade.

Concluirei com umas notas em forma de súmula final.

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

**Forças motrizes da mudança na Europa... e no Mundo
I - Factos dos últimos 25 Anos**

- Procura intensa de novos caminhos para a Europa e para o papel da Europa no Mundo, motivada por
 - ✓ Desenvolvimentos e progresso nas Ciências e na Tecnologia, nomeadamente -
 - Em sistemas digitais e comunicações
 - Nas ciências da Saúde e da Vida
 - ✓ Mudanças políticas importantes na Europa - a queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989
 - ✓ Expectativas e exigências da Sociedade Ocidental moderna
 - Educação para todos
 - Exigências de qualidade - a "Sociedade do conforto".

M.F., Sebastião Feyo de Azevedo, 11 de Novembro de 2010 www.fe.up.pt/~feyo

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

**Forças motrizes da mudança na Europa... e no Mundo
II - A Vida Hoje**

- Economia e regras de mercado - forças motrizes da Sociedade de hoje..
- A Era dos computadores e das comunicações - mudanças profundas dos conceitos de Tempo e Espaço - Globalização
- O aumento da esperança de vida vs. a sustentabilidade social - Trabalhar mais anos - formação ao longo da vida
- A diminuição do tempo de semi-vida do conhecimento - formação ao longo da vida
- A ameaça demográfica - procura de novos públicos
- Aumento exponencial em exigências de qualidade e em competitividade - no Espaço Europeu e no Mundo
- Evolução dos conceitos de gestão de carreira individual dos Jovens

M.F., Sebastião Feyo de Azevedo, 11 de Novembro de 2010 www.fe.up.pt/~feyo

Pois, como lhes disse, os últimos 25 anos têm sido tremendos. Eu penso que acontece qualquer coisa no ser humano que, quando se aproxima o fim do século, começa a mexer. Se olharmos para os últimos fins de século, verificamos que têm sido sempre tempos particularmente extraordinários de mudanças. Na minha perspectiva, nos últimos anos, tem-se verificado uma procura intensa de novos caminhos para a Europa, liderada pelos políticos europeus, e para o papel que ela tem vindo a desempenhar no mundo, motivada por um conjunto de razões que vale a pena relembrar.

Por um lado, graças ao tremendo desenvolvimento que se tem verificado na ciência e na tecnologia, nas ciências da saúde e da vida, a esperança de vida no Ocidente tem aumentado significativamente, com todas as implicações que isso tem e que começo já por comentar: em primeiro lugar, a sustentabilidade do sistema social e, em segundo lugar, a necessidade de termos, provavelmente, que trabalhar muitos mais anos; e isso significa regressar à escola para refrescar algumas ideias. Convém, aliás, lembrar a óbvia e importante evolução que houve nos sistemas digitais e nas comunicações. Há alguns anos, não muitos, não havia telemóveis, nem internet, nem nada que se pareça. Era uma vida diferente.

Nos últimos vinte e cinco anos houve, todos nos lembramos, importantíssimas mudanças políticas na Europa, simbolicamente associadas à queda do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, o que significou o fim da economia planificada e abriu caminho para a economia de mercado. E houve uma evolução tremenda da sociedade ocidental em dois aspectos de exigências, digamos assim: por um lado, questões relacionadas com o que eu chamo o grito da UNESCO em defesa da "educação para todos", e muito bem; por outro lado, crescentes exigências de qualidade de uma sociedade que, de alguma maneira, se pode designar pela sociedade do

No essencial, procura-se um modelo novo, um modelo que se adapte a esta evolução social, um modelo que pretendeu antecipar a globalização, porque o esforço começou a ser feito há 20 ou 25 anos. Arrancou, de facto, com a estratégia de Lisboa, com a declaração de Lisboa de Março de 2000. É certo que a Declaração de Lisboa já não existe na visão original. Assiste-se neste momento a alguma fuga para a frente com o conceito da Europa 2020. É um esforço - eu creio que os europeus ainda não encontraram o caminho para resolver este problema; estão a tentar encontrá-lo.

A realidade é que nós vivemos um paradigma que mescla duas palavras, cooperação e competição. Podemos chamar-lhe o paradigma da coopetição. E o problema é que as percentagens em que cada uma destas componentes entra têm evoluído de maneira complicada. Há 10 ou 15 anos falava-se num tom azul-celeste em cooperação, agora fala-se num tom vermelho escuro. Fala-se dos problemas da competição. Não podemos ser ingénuos, é evidente que há uma fortíssima competição, mesmo dentro da Europa. Portanto, nós temos que cooperar, competindo com os nossos parceiros.

Estratégia Europeia de Desenvolvimento
A procura de um Modelo Novo...

- Um Modelo de Desenvolvimento adaptado à evolução social, largamente ditada pelo progresso científico e tecnológico e pelas mudanças no xadrez político
 - ✓ Antecipar a globalização através de uma postura decisivamente competitiva relativamente a outros blocos do Planeta
 - ✓ Objectivo estratégico iniciado com a Declaração de Lisboa, 2000
 - ✓ Relançado com a Estratégia 'Europa 2020'
- Uma palavra nova a simbolizar um novo paradigma de desenvolvimento
 - ◀ COOPERAÇÃO + COMPETIÇÃO = "COOPETIÇÃO"
- Uma meta - criar o Espaço Europeu do Conhecimento

Recursos Humanos, Universidades, Investigação
FE, 1. Avenida Serralves, 12 de Novembro de 2010 www.fe.up.pt/FEUP

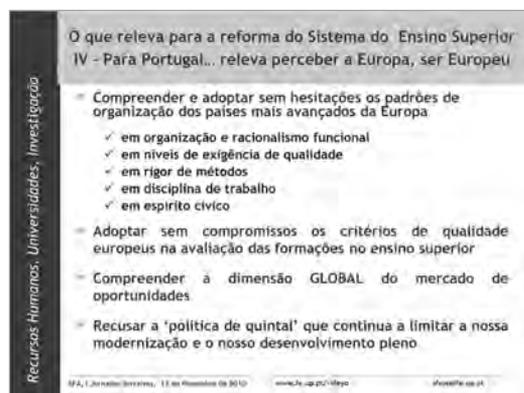


Há uma meta importante neste esforço, que é a meta de criar o espaço europeu do conhecimento, no qual se integra o Processo de Bolonha. De facto, o que se fez a nível europeu, nos últimos dez anos, foi criar o espaço europeu do ensino superior, algo que infelizmente Portugal ainda não absorveu em toda a sua dimensão. É uma meta, de estrutura e de conteúdos académicos, fundamental para o futuro, para os nossos jovens.

Perceba-se que nem sequer falo dos que têm hoje vinte anos; estou a falar das novas gerações, dos que nasceram há pouco. Tenho uma meta com 2 anos, o que é que ela vai ser daqui a 10, 15 ou 20 anos? Temos que perceber que hoje a gente nova constrói e desenvolve um pensamento intuitivo que nós temos que usar para catalisar o desenvolvimento da percepção holística das coisas. Temos que compreender, e agora já com os jovens de 20 anos a 25 anos, que nós temos que tentar encontrar os novos caminhos com a sua participação, porque senão nós não os entendemos, como gerações anteriores, eventualmente, não entenderam a minha.

QUARTA SESSÃO

Temos que adaptar a oferta de formações, pensando naquilo que é hoje realmente a competição que eles têm que enfrentar na sua actividade profissional. Nós temos que de facto, dar-lhes, inequivocamente, a nível do ensino superior, conhecimento científico, capacidade artística, capacidade técnica, naturalmente, está fora de causa, temos que desenvolver essas capacidades, mas... mas temos que desenvolver um conjunto de outras competências, adequadas à vida do Século XXI, que até há relativamente pouco tempo eram questões que estavam fora do ensino superior em Portugal - temos que lhes dar em primeiro lugar uma visão multidisciplinar e multicultural da vida; temos que ajudá-los a desenvolver capacidades de inovação e de empreendedorismo, capacidades ligadas com o trabalho, como comunicação e liderança, capacidades de influenciar, capacidades de definir e alcançar os objectivos; temos que desenvolver novas formas de aprendizagem para que, de facto, os jovens saiam melhor preparados, na perspectiva do que é a vida de hoje, para desenvolver as suas actividades a nível profissional.



Eu penso que para Portugal releva acima de tudo perceber a Europa, ser Europeu! Este é um slide que eu incluí quase sempre nas muitas conferências que dei nos últimos anos, desde 2004 (estão todas na internet para quem as quiser apreciar), falando para gente nova, para universidades, eu creio que é o slide mais importante de todos os que eu apresento aqui:

Nós temos que adoptar, sem hesitações, os padrões de organização dos países mais avançados da Europa. E isto não significa perder a nossa matriz cultural. É diferente, temos que evoluir de forma drástica, de forma resoluta, em termos de organização e de racionalismo funcional, em níveis de exigência

de qualidade, em rigor de métodos, em disciplina de trabalho e em espírito cívico. Nós temos que nos adaptar, no ensino superior, aos critérios europeus que estão definidos em termos de qualidade do ensino superior. Temos que compreender a dimensão global do mercado de oportunidades e temos que recusar uma coisa muito complicada, que é aquilo que designo, normalmente, por política de quintal, corporativa, que continua a limitar a nossa modernização e o nosso desenvolvimento pleno.

O dilema não resolvido qualidade-massificação

Depois deste panorama inicial, deixem-me falar-lhes então, especificamente, sobre o dilema não resolvido da qualidade da massificação das formações pós-secundárias. Eu não quero chamar-lhe ensino superior, quero chamar-lhe pós-secundário, que penso ser muito relevante para a sociedade, para a indústria e para as actividades económicas. Acima de tudo, nós não podemos iludir a realidade, o tempo e a Europa, e vai ser com esta ideia forte que eu vou terminar esta parte.

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Educação para Todos Que reforma no Espaço Europeu?

A forma da reforma na Europa aponta para um modelo... ainda não assumido ou percebido por muitos no nosso País...

- ✓ Formações curtas de cariz vocacional
- ✓ Formações de primeiro ciclo, na maioria dirigidas às profissões
- ✓ Formações de segundos ciclos para as profissões ou para I&D+i
- ✓ Formações integradas de primeiro-segundo ciclos em áreas restritas
- ✓ Cursos conferentes de diplomas, para outros públicos
 - Complementos de formação
 - Formação ao longo da vida
- ✓ Formações de terceiro ciclo

FEA, 1 Jornada Ser-sives, 12 de Novembro de 2010 www.fe.up.pt/~rhpys rhpys@fe.up.pt

Que reforma é que houve no espaço europeu nos últimos anos? Eu diria que a forma da reforma ainda não foi entendida por muitas pessoas. Nós temos uma estrutura, hoje em dia razoavelmente consolidada a nível europeu, que envolve a existência de formações curtas de cariz vocacional, formações ditas de primeiro ciclo (eu não gostaria de usar a palavra licenciado), formações de segundo ciclo (mestrados) que são, ou mais dirigidas para as profissões ou mais dirigidas para o desenvolvimento, capacidades de investigação e inovação, e formações de terceiro ciclo (doutoramentos). Estas darão origem a um doutoramento.

A exemplo do que sucede na Grã-Bretanha, na Noruega e na Suécia, temos em Portugal formações integradas de primeiro e segundo ciclos, designadamente nas áreas da Medicina, da Arquitectura e da Engenharia. Temos, depois, cursos com diferentes diplomas, complementos de formação e formação ao longo da vida.

A questão é: que competências é que nós precisamos para as profissões e para as actividades económicas?

Há sensivelmente dois anos, quando estava a preparar uma conferência, li no semanário Expresso um artigo onde era referido que "contratar licenciados não é prioridade". Dizia respeito a um inquérito da Confederação da Indústria Portuguesa, afirmando que a contratação de licenciados não é uma das prioridades dos empresários

para os próximos três anos e que as profissões, actualmente, mais procuradas em termos de mão-de-obra são canalizador, carpinteiro, desenhador, electricista, etc..

Eu percebo isto muito bem, e com isso não estou a dizer que não deva haver licenciados, mestres e doutores!

A questão relevante é: que sistema e que oferta é que realmente nós devemos ter? Devemos ter um sistema uniforme ou devemos ter um sistema binário, dinâmico e flexível que proporcione realmente todo o espectro de formações de que o país tão desesperadamente precisa?

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Reestruturar a rede da oferta de formações pós-secundárias Que competências, que profissões?

Artigo no Jornal Expresso de 18 de Outubro de 2008

Contratar licenciados não é prioridade

A contratação de licenciados não é uma das prioridades dos empresários nos próximos três anos, revela um inquérito da Confederação da Indústria Portuguesa.

As profissões mais desejadas são as de canalizador, carpinteiro, desenhador de construções mecânicas e electricista.

FEA, 1 Jornada Ser-sives, 12 de Novembro de 2010 www.fe.up.pt/~rhpys rhpys@fe.up.pt

QUARTA SESSÃO

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Educação para Todos
Que oferta de formações serve a Portugal?

- **Perceber as exigências de competências para a actividade profissional**
- **Clarificar a questão sempre adiada - Sistema uniforme vs. sistema binário**
- **Defender intransigentemente a qualidade na massificação**
 - ✓ Por onde traçar a linha da massificação no desenho da oferta formativa?
- **Implementar uma reforma necessariamente alinhada com o quadro de qualificações adoptado a nível Europeu**
- **Clarificar o sistema de graus - não iludir a realidade**

576, 1. JORNADA SEMINÁRIO - 17 de Novembro de 2010 www.de.usp.pt/rdp/pt/ www.pppm.usp.pt

Moreira caracterizou, há alguns anos, com a sua sagesa - a universitização do politécnico e a politecnização da universidade. E isso é mau. É mau para as formações que nós precisamos no nosso tecido e é mau por outras razões que vou já comentar.

Se queremos que Portugal progrida, temos que defender, intransigentemente, a qualidade na massificação, o que significa que devemos promover uma oferta alargada, o mais breve possível, de cursos vocacionais curtos e cursos de primeiro ciclo de perfis complementares que respondam, e aqui está a questão, às exigências, às motivações, às apetências, às competências dos nossos jovens, numa idade em que a escolha é difícil, aos 16 / 18 anos. Se não lhes dermos estas alternativas, não seremos capazes de colocar um nível de exigência

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Reestruturar a rede da oferta de formações pós-secundárias
Qualidade na massificação

- **A massificação faz-se pelos ciclos curtos e pelos primeiros ciclos**
- **Ação no mais curto prazo - promover uma oferta adequada de cursos vocacionais curtos e de cursos de primeiro ciclo de perfis complementares**
que respondam às necessidades do País e às motivações, apetências e competências dos jovens na escolha difícil, mas vital, dos 16-18 anos de idade.
- **Em simultâneo - adoptar para o acesso ao primeiro ciclo do Ensino Superior uma política de exigência de qualidade muito mais rigorosa do que aquela que hoje se pratica,**
nomeadamente exigindo o conhecimento e as competências julgadas mínimas nas áreas nucleares das formações

576, 1. JORNADA SEMINÁRIO - 17 de Novembro de 2010 www.de.usp.pt/rdp/pt/ www.pppm.usp.pt

Nós temos que ter formações de cariz profissional, temos que ter formações com orientações mais viradas para a aplicação e orientações de base mais teórica. Temos que ter cursos curtos e cursos longos. Temos que ter a coragem de ultrapassar um complexo que já vem de antes do 25 de Abril com os institutos industriais.

Na altura, havia razão para isso, mas ela deixou de existir. Nós temos que rejeitar a situação actual.

Na teoria possuímos um sistema binário. A nossa legislação menciona largamente um sistema binário, mas na prática aquilo que entre nós existe é uma coisa que o Prof. Adriano

adequado para as únicas formações que eles têm neste momento e que, no essencial, são as formações do ensino superior.

Acontece, então, que entram para o ensino superior pessoas sem conhecimentos, sem competências e, mais do que isso, sem motivação para irem para o ensino superior. É necessário que nós adoptemos, simultaneamente com esta diversificação da oferta, uma política mais rigorosa de acesso ao ensino superior, exigindo conhecimentos e competências mínimas nas áreas nucleares das formações.

Eu não resisto em ler-lhes três linhas de uma Portaria extraordinária (a Portaria 1 030/2009

de 10 de Setembro) que, finalmente, institui a exigência de determinados conhecimentos, por exemplo, na área das engenharias, da matemática e da física, conhecimentos que não eram exigidos até agora e continuam a não ser ainda hoje. Esta Portaria diz o seguinte: "a situação actual em que, num número significativo de casos, as instituições do ensino superior não exigem a realização das provas de ingresso em matérias nucleares para os seus cursos tem prejudicado gravemente o nível de formação dos estudantes nessas matérias e conduzido a baixos valores de rendimento e sucesso escolar".

Isto é a confissão de um falhanço do sistema em que temos vivido até agora. Isto é um documento oficial. Com esta portaria estar-se-á a atalhar caminho, tudo bem, mas isto é dar razão à Ordem dos Engenheiros, em que eu trabalhei durante seis anos como vice-presidente, que tanto lutou contra este problema. Finalmente fomos ouvidos, a sociedade foi ouvida. Este problema será corrigido minimamente a partir do próximo ano, mas é nesta situação que nós temos vivido até agora. Portanto, nós temos que reforçar o sistema binário com todas as implicações.

Devemos, obrigatoriamente, criar cursos curtos, embora haja muitas instituições que oferecem resistência nesse domínio. Temos que criar cursos de primeiro ciclo, prioritariamente e preferencialmente com componentes de estágio relevantes, tal como é feito na Dinamarca. Temos que criar cursos verticalizados de bases mais teóricas, criar segundos ciclos independentes, proporcionar a ligação entre os vários perfis, implementar o conceito de créditos acumulados e criar uma oferta de formação ao longo da vida. Só assim é que nós conseguiremos criar uma estrutura que qualifique os nossos jovens, de forma a satisfazer os seus interesses pessoais e, simultaneamente, os interesses da sociedade.

Dois pontos finais, para clarificar um problema actual muito grave da sociedade, que é o problema do uso da palavra licenciado, na degradação dos conceitos de qualidade a que tal uso está associado.

O termo licenciado foi criado para os primeiros ciclos. O governo, ou a Assembleia da República, usou o mesmo caminho que os italianos, mas uma coisa é certa:

Reestruturar a rede da oferta de formações pós-secundárias
 Resolver o dilema massificação-qualidade

Reforçar o sistema binário, com todas as implicações

- Criar ciclos curtos - 'Cursos de Especialização Tecnológica'
- Criar cursos de primeiro ciclo orientados para as aplicações com 6-7 semestres, um deles de estágio (5º ou 6º semestre)
- Criar cursos de primeiro-segundo ciclos verticalizados, de base mais teórica
- Criar segundos ciclos independentes
- Proporcionar programas de ligação entre os dois perfis
- Criar uma verdadeira oferta de formação ao longo da vida, através de módulos de especializações
- Reconhecer 'créditos acumulados'
- Reconhecer o conhecimento 'experiential' seriamente credenciado

IFP - 1.ª Divisão de Serviços - 13 de Novembro de 2010 - www.ifp-isp.pt/IAZP - info@ifp-isp.pt

Reestruturar a rede da oferta de formações pós-secundárias
 Graus Académicos - 'Canudos' ou Competências?
 Clarificar Sistema de Graus (I)

- Os actuais 'Licenciados' terão níveis de formação eventualmente superiores aos dos antigos bacharéis, mas não equivalentes aos dos antigos Licenciados
- Os actuais 'Mestres' terão competências que se aproximam das dos antigos licenciados, com expectativa de melhorias em várias capacidades e competências culturais e inter-pessoais
- O grau que efectivamente desapareceu foi o mestrado do anterior modelo, que prevaleceu até 2005/2006
- ✓ Especialização que poderá e deverá ser proporcionada de forma muito mais interessante na perspectiva profissional por *cursos de especialização avançada*

IFP - 1.ª Divisão de Serviços - 13 de Novembro de 2010 - www.ifp-isp.pt/IAZP - info@ifp-isp.pt

QUARTA SESSÃO

É preciso deixar claro que os actuais licenciados certamente que terão níveis de formação, eventualmente, superiores aos dos antigos bacharéis, porque houve melhorias claras nas estruturas dos cursos, mas não têm competências equivalentes às dos antigos licenciados. Da mesma maneira, os actuais mestres terão competências que se aproximam das dos antigos licenciados, provavelmente com expectativa de melhorias em várias capacidades e competências, mas não correspondem às dos antigos mestres. O antigo mestrado é o grau que efectivamente desapareceu no novo modelo. Poderá, eventualmente, dizer-se que foi substituído por especializações, por cursos de especializações avançadas, que permitirão uma especialização após o segundo ciclo, conforme o interesse das pessoas e as motivações em função da sua actividade profissional.

Reestruturar a rede da oferta de formações pós-secundárias
Graus Académicos - 'Canudos' ou Competências?
Clarificar Sistema de Graus (II)

- Deixar claro que competências reconhecidas só alcançáveis em 5 ANOS NÃO vão ser compactadas em formações de 3 ANOS... administrativamente...
- Experiência e treino são essenciais, mas não substituem normalmente a formação formal na fase inicial de entrada nas profissões
- Não tenhamos a ilusão de iludir à realidade...
 - ✓ Podemos fazê-lo a nível regional, no curto prazo...
 - ✓ Não seremos capazes de iludir o Tempo, nem seremos capazes de iludir a Europa

MA - 1 Jornada Europeia - 17 de Novembro de 2010 - www.fcsjip.org - info@fcsjip.org

Nós temos que deixar claro que competências que, normalmente, são alcançáveis em cinco anos, não são administrativamente compactadas em formações de três anos só porque se dá o mesmo nome. A experiência e o treino são fundamentais, mas não podem substituir a formação formal na fase inicial da vida como porta de entrada para as profissões.

E esta é outra questão que eu tenho comentado, continuamente nas minhas conferências – Há muitos anos que eu digo que nós não podemos ter a ilusão de que é possível iludir a realidade. Acrescento que talvez o facto de alguns com responsabilidades políticas terem essa ilusão, resultante de não compreenderem

os países da Europa Central e do Norte, seja uma das razões pelas quais nós estamos aonde estamos!

Nós podemos iludir a realidade a nível local ou regional e num lapso de tempo histórico curto. Jamais seremos capazes de iludir a realidade quando pensamos em iludir o tempo ou em iludir as estruturas europeias. Não o conseguiremos, nem obviamente sequer o devíamos tentar.

O papel da Universidade

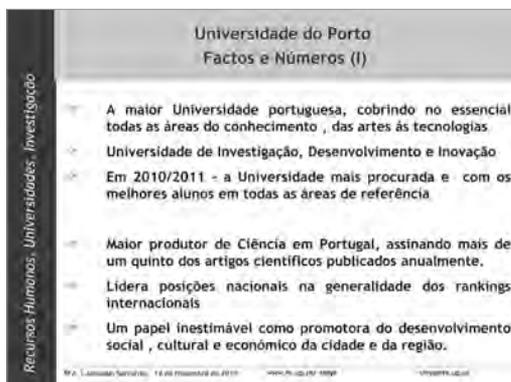
Vou falar, então, uns minutos sobre o papel das universidades, a formação e a investigação. Vou falar sobre a nossa universidade e sobre a Faculdade de Engenharia.

Primeiro, o papel das universidades evoluiu muito. Até há pouco tempo, as universidades aristocratas da Europa e do mundo falavam, fundamentalmente, de formação e de investigação fundamental. Houve, no entanto, uma evolução importante em todo o mundo.

O Papel das Universidades

- Criar e transferir conhecimento
- Ser motor e apoiar a formação e o desenvolvimento artístico, cultural, técnico e científico
 - Formar jovens
 - Proporcionar formação formal para outros públicos
 - Promover formação continua de profissionais
- Desenvolver investigação - desenvolver conhecimento
- Desenvolver a Terceira Missão
 - ✓ Inovação - transformar o conhecimento em bens, em forma útil e rentável para a Sociedade
 - ✓ Empreendedorismo - gerar negócios

MA - 1 Jornada Europeia - 17 de Novembro de 2010 - www.fcsjip.org - info@fcsjip.org



As universidades têm que criar e transferir conhecimento: transferir conhecimento para os mais novos, para os estudantes; transferir ou trocar conhecimentos com a sociedade, com as actividades económicas, com a indústria no caso das engenharias, bidirecionalmente. A universidade tem que ser um motor e deve apoiar a formação e o desenvolvimento nas áreas artística, cultural, técnica e científica. Tem que formar jovens, naturalmente, tem que proporcionar formação formal para outros públicos, promover a formação contínua dos profissionais, desenvolver conhecimento, desenvolver investigação. Mas tem, também, agora e cada vez mais, de forma inequívoca, que desenvolver aquilo que se designa por actividade

da terceira missão: inovação, transformar os conhecimentos em bens, empreendedorismo, gerar negócio, relacionar-se, cooperar com a sociedade nas suas várias formas, nas engenharias, naturalmente com as actividades económicas e com a indústria, nas outras áreas, com a sociedade nas respectivas áreas.

Deixem-me dar-lhes alguns números sobre a UP e sobre a FEUP.

Sei que estou a falar em causa própria, mas os dados que lhes vou transmitir são factos.

A Universidade do Porto e, no nosso caso concreto, a Faculdade de Engenharia, representam âncoras para pensarmos que há futuro em Portugal.

Nós somos, já há muito tempo, a maior universidade portuguesa. Cobrimos, no essencial, todas as áreas de conhecimento. Somos uma universidade de investigação, desenvolvimento e inovação. Somos uma universidade, essencialmente, de segundos e terceiros ciclos. E fomos a universidade mais procurada este ano, mais uma vez, e com os melhores alunos em todas as áreas de referência. Somos, ainda, o maior produtor de ciência em Portugal, assinando um quinto dos artigos científicos publicados anualmente. Lideramos posições nacionais na generalidade dos rankings internacionais. Penso que temos um papel inestimável como promotores do desenvolvimento social, cultural e económico da cidade e da região.

Deixo-os com alguns números. Temos 30.000 mil alunos, 7.000 diplomados anuais, 2.400 docentes. Enfim, são 14 faculdades, 31 unidades de investigação avaliadas com excelente e muito bom, no quadro das avaliações internacionais. Temos patentes, embora seja claro para mim que precisamos de melhorar bastante nesta área. Temos um número significativo de comunicação de invenções, temos tecnologias licenciadas... Possuímos, enfim, uma grande quantidade de indicadores de qualidade positivos.

Uma referência sobre rankings: rankings são o que são, valem o que valem, mas há alguns rankings internacionais com significado. A Universidade do Porto tem liderado no universo nacional em dois deles: o de Taiwan e o ranking SCImago. São rankings, essencialmente, de produção científica.

QUARTA SESSÃO

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Universidade do Porto
Factos e Números (II)

- ✓ 30 898 Estudantes inscritos (52% mulheres)
- ✓ 7 216 Diplomados (56% mulheres)
- ✓ 2 366 Docentes e investigadores (1920,8 ETI, 766 doutorados)
- ✓ 1 654 Não docentes
- ✓ 14 Faculdades em 3 Pólos
- ✓ 1 Escola de Negócios
- ✓ 61 Unidades de Investigação
- ✓ 35 Cursos de Licenciatura - 1º ciclo
- ✓ 18 Cursos de Mestrado Integrado
- ✓ 135 Cursos de Mestrado + 2º ciclo
- ✓ 36 Cursos de Especialização
- ✓ 85 Cursos de Doutoramento + 3º ciclo
- ✓ 392 Cursos de Educação Continua

FEA, 1.ª Comissão Europeia, 12 de Novembro de 2010 www.feup.pt/efc/efc/efc/efc/efc

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Universidade do Porto
Factos e Números (III)

- 31 Unidades avaliadas com "Excelente" e "Muito Bom"
- 14 Unidades integradas em Laboratórios Associados
- 5 441 Artigos científicos indexados na Web of Science (ISI - WoS) triénio 2006-2008
- 4,1 Artigos por doutorado ETI 2006-2008
- 52 Patentes portuguesas submetidas (até Dezembro de 2009)
- 21 Patentes portuguesas concedidas
- 34 Patentes internacionais submetidas
- 3 Patentes internacionais concedidas
- 74 Comunicações de invenção
- 9 Tecnologias licenciadas

FEA, 1.ª Comissão Europeia, 12 de Novembro de 2010 www.feup.pt/efc/efc/efc/efc/efc

A Comissão Europeia está a desenvolver um sistema multidimensional de rankings, precisamente porque há uma grande discussão sobre o assunto. Seja como for, este é o lugar que nós ocupamos nos rankings existentes e teremos que estar atentos relativamente ao sistema que está a ser desenvolvido, porque, gostemos ou não, essa informação terá muita influência na nossa capacidade competitiva na cena Europeia.

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Universidade do Porto
Factos e Números (IV)
Indicadores de Qualidade

Ranking Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan (HEEACT) 2010:

Universidades	Posição (Nacional)	Posição (Internacional)
UP	1	328
UTL	2	380
UC	3	478

Ranking SIR (Scimago Institutions Rankings):

Universidades	Posição (Nacional)	Posição (Internacional)
UP	1	311
UTL	2	317
UC	3	548

FEA, 1.ª Comissão Europeia, 12 de Novembro de 2010 www.feup.pt/efc/efc/efc/efc/efc

Sobre a Faculdade de Engenharia, duas ou três palavras. Deve perceber-se que uma Universidade e uma Faculdade não são, exactamente, uma fábrica. Nós seremos, digamos, uma fábrica com multipontos de produção, associada esta aos seus docentes e investigadores. Há uma questão fundamental, que é a liberdade científica. Tudo o que é expressão cultural ou científica não é carregar no botão, não é programar e dizer que se tem que fazer. Pelo contrário, programa-se, motiva-se, definem-se metas, mas depois tudo está muito dependente da motivação dos investigadores e dos quadros que desenvolvem actividade de investigação e desenvolvimento. Seja como for, estabeleci duas linhas, duas grandes linhas estratégicas, e essa foi a proposta que fiz à Universidade para o cargo de director da FEUP, e, enfim, fui escolhido.

Portanto, é por estas metas que eu tenho obrigação de pugnar e assim o tenho feito.

Primeiro – eu diria primeiro, segundo e terceiro – internacionalização, internacionalização, internacionalização. Com qualidade, com critérios europeus, com critérios de avaliação de cursos, com critérios de avaliação de investigação, com critérios de avaliação de inovação que sejam praticados em toda a Europa. Reparem que eu não confino à Europa o domínio da Universidade. O nosso domínio é, hoje, o mundo. Mas, para ancorarmos critérios de referenciais, referenciais de qualidade, usemos os referenciais europeus que são bem usados, para fazer a formação de futuros profissionais, para garantir a capacidade competitiva no mercado europeu e global de trabalho e para assegurar a capacidade académica de cooperação internacional.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Duas grandes linhas estratégicas

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

- Internacionalização - qualidade com critérios Europeus, para assegurar
 - ✓ A formação dos futuros profissionais de que a Sociedade necessita
 - ✓ A capacidade competitiva desses futuros profissionais no mercado europeu de trabalho
 - ✓ A capacidade académica de cooperação internacional
- Cooperação estratégica com as actividades económicas, nomeadamente com a indústria
 - ✓ Directamente, através das suas Unidades de I&D
 - ✓ Através da cooperação com os institutos de interface que estão na sua órbita
 - ✓ Criando Centros de Competência em domínios estratégicos - Energia, Polímeros, etc...

SFA, 1 dezembro 2010, 13 de Novembro de 2010 www.facup.up.pt

A outra grande linha é a da cooperação estratégica com as actividades económicas, nomeadamente com a indústria. Isso é feito directamente por três formas principais - uma delas é através das suas unidades de investigação, que estão, de alguma forma, relacionadas com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, outra é através da cooperação que os institutos de interface que estão na órbita da faculdade e da universidade desenvolvem, outra ainda é e será através da criação daquilo que nós chamamos centros de competências em domínios estratégicos.

Relativamente a estes centros de competência, o domínio número um é, garantidamente, o da energia.

Este é o grande problema, o grande desafio da humanidade neste momento. Mas, temos outros, como a água, os materiais, as teorias e tecnologias para as 'cidades inteligentes'....

Nós temos, neste momento, um centro de excelência, um centro de competência em polímeros. Ao nível de toda a faculdade, incluindo também vários institutos de interface, nomeadamente o INESC, estamos a trabalhar na criação de um centro de competências em energia que nos permita criar sinergias na junção dos vários grupos que estão a trabalhar nesta área, de alguma forma dispersos.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (I)
Estudantes e Recursos Humanos

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

- Estudantes (2010/2011)
 - ✓ Estudantes - 7 065
 - ✓ Estudantes de licenciatura - 169
 - ✓ Estudantes de mestrado integrado - 5 858
 - ✓ Estudantes de mestrado independente e especializações - 436
 - ✓ Estudantes de 3º ciclo - 602
- Recursos Humanos (31/12/2009)
 - ✓ Docentes - 543
 - ✓ Docentes ETI (equivalente a tempo integral) - 442,4
 - ✓ Investigadores (da carreira de investigação) - 33
 - ✓ Docentes doutorados - 71,4%
 - ✓ Técnicos e dirigentes ETI - 315,6

SFA, 1 dezembro 2010, 13 de Novembro de 2010 www.facup.up.pt

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (II)
Oferta formativa

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

- Oferta formativa (2010/2011)
 - ✓ Conferente de grau
 - Cursos de licenciatura - 3
 - Cursos de mestrado integrado - 9
 - Cursos de mestrado independente - 7
 - Programas doutorais - 20
 - ✓ Não conferente de grau
 - Cursos de especialização e de estudos avançados - 8
 - Cursos de formação independente - 30
 - Unidades curriculares singulares - 116

SFA, 1 dezembro 2010, 13 de Novembro de 2010 www.facup.up.pt

Deixem-me falar-lhes de dois ou três números. Nós temos sete mil estudantes, incluindo os do terceiro ciclo. Só para lhes dar um lamiré, temos 543 professores, 315 técnicos, oferecemos graus em todas as áreas relevantes da área da engenharia e contamos com 20 programas doutorais. Experimentamos um aumento significativo, nos últimos anos, nomeadamente na área da formação contínua, não só na de especialização e

QUARTA SESSÃO

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (III)
Ingressos e conclusões

- **Ingressos (2010/2011)**
 - ✓ Número de candidatos por vaga (1ª fase) - 3,4
 - ✓ Colocados em 1ª opção (1ª fase) - 65%
 - ✓ Novos estudantes em mestrado integrado - 1306
 - ✓ Classificação média de ingresso (1ª fase) - 16,4
 - ✓ Novos estudantes em mestrados independentes - 193
 - ✓ Novos estudantes em programas doutorais - 155+
- **Conclusões (2008/2009)**
 - ✓ Mestrado integrado - 736
 - ✓ Mestrado independente - 225
 - ✓ Doutoramento - 57

FEUP, 1.ª Avenida do Contorno, 112-0, 4150-002 Porto

de estudos avançados, como na oferta de unidades curriculares singulares que cada vez mais têm interesse, ou recebem o interesse de gente nova que sabe o que nós estamos a fazer e que vai à faculdade para frequentar uma ou duas disciplinas, um ou dois tópicos que lhes interessa para a sua actividade profissional.

Nós temos, como eu lhes disse, investigação e desenvolvimento em unidades que têm a Faculdade de Engenharia como instituição de acolhimento. Dos nossos quatrocentos e tal professores (em equivalentes a tempo inteiro), cerca de 250 juntam-se em unidades dentro da faculdade. Originalmente,

a ideia foi que estes grupos, fizessem investigação um pouco mais fundamental, relativamente aos que estão no instituto de interface. Isso, hoje em dia, está a homogeneizar-se, com todos os grupos a dividirem-se por aquilo que se designa como investigação fundamental e investigação aplicada, um pouco em função das exigências e das próprias orientações das entidades financiadoras.

No seio da FEUP podem ver no slide que temos um importante conjunto de Unidades de Investigação e Desenvolvimento, financiadas parcialmente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, várias delas com

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (IV)
I&D&I e Transferência de Tecnologia (2009)

- **Investigação e Desenvolvimento e Inovação em Unidades de Unidades de I&D/Laboratórios associados com acolhimento na FEUP**
 - ✓ Centro de Estudos da Construção
 - ✓ Centro de Estudos de Energia Eólica e Escapamentos Atmosféricos
 - ✓ Centro de Estudos de Fenómenos de Transporte
 - ✓ Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente
 - ✓ Centro de Investigação em Geo-Ambiente e Recursos
 - ✓ Instituto de Sistemas e Robótica-Porto
 - ✓ Laboratório da Tecnologia do Betão e do Comportamento Estrutural
 - ✓ Laboratório de Catalise e Materiais
 - ✓ Laboratório de Engenharia de Processos Ambiente e Energia
 - ✓ Laboratório de Processos de Separação e Reacção
 - ✓ LIACC - Laboratório de Inteligência Artificial e Ciência de Computadores

FEUP, 1.ª Avenida do Contorno, 112-0, 4150-002 Porto

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (V)
I&D&I e Transferência de Tecnologia (2009)

- **Um largo espectro de actividades de I&D&I em Institutos de Interface, dos quais a FEUP é associada e em que trabalham os seus docentes e investigadores**
 - ✓ Centro de Risco da Universidade do Porto
 - ✓ Instituto da Construção
 - ✓ Instituto de Desenvolvimento e Investigação Tecnológica
 - ✓ Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
 - ✓ Instituto de Engenharia Mecânica - IDMEC
 - ✓ Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
 - ✓ Instituto de Hidráulica e Recursos Hídricos
 - ✓ Instituto Nacional de Engenharia Biomédica
 - ✓ Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção

FEUP, 1.ª Avenida do Contorno, 112-0, 4150-002 Porto

classificação de excelente ou muito bom, nas avaliações internacionais e duas delas constituindo um laboratório associado do Estado, uma forma de organização que recebe mais financiamento e que tem mais responsabilidades perante o Estado.

Um outro grupo muito significativo de docentes, escolheu estruturar-se e organizar-se no quadro dos institutos de interface. Conhecem bem vários dos institutos que vos apresento. Têm a Universidade do Porto e/ou a Faculdade de Engenharia como sócios de referência, possuem uma capacidade e uma flexibilidade de ligação às empresas, muitas delas associadas dos próprios institutos, que acabam por proporcionar um ambiente adequado para a inovação e o desenvolvimento.

Posso dar alguns exemplos. O Vulcano, o esquentador inteligente, foi desenvolvido na FEUP/ INEGI. Se alguém já bebeu cerveja sem álcool, da Unicer, passe o anúncio, foi desenvolvida pelo professor Adélio Mendes, um investigador do LEPAE, Unidade sediada na FEUP. A garrafa de gás pluma da Galp, foi desenvolvida por um grupo liderado pelo professor António Torres Marques, da FEUP/INEGI. Poderia dar bastantes mais exemplos.

Contamos, portanto, com 12 unidades de investigação, uma rede de excelência, e um número muito grande também de publicações. No ano passado, criámos mais duas empresas de "spin off", houve 14 pedidos de patentes, houve início de contratos de serviços em 29 casos com empresas. E há uma coisa muito importante que tem a ver com a assinatura de 86 protocolos com empresas, correspondendo cada um deles a vários alunos que estão a fazer os seus trabalhos de fim de curso em ligação com essas empresas. Estamos, assim, a falar de largas centenas de estudantes finalistas a quem se proporciona uma experiência importante de ligação à indústria.

Vale, também, a pena mencionar alguns indicadores de qualidade.

Em primeiro lugar na procura por parte dos jovens que querem obter formação em engenharia – tivemos neste último ano a maior nota mínima de entrada em todos os cursos de mestrado integrado. Em segundo lugar, na investigação:

Na área da engenharia mecânica, aparecemos bem posicionados na posição 62, a nível internacional, no último ranking de Taiwan. E aparecemos em primeiro lugar a nível nacional.

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	
Factos e Números (VI)	
I&D e Transferência de Tecnologia (2009)	
✓	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
✓	Unidades de I&D/Laboratórios associados - 12
✓	Rede de Excelência - 1
✓	Publicações indexadas ao ISI Web of Science - 423
✓	Publicações indexadas ao ISI por doutorado ETI - 1,1
✓	Projectos FCT (iniciados em 2009) - 7*
✓	Projectos Europeus (iniciados em 2009) - 17*
✓	Colaboração com a indústria e transferência de tecnologia
✓	Protocolos com a indústria para dissertações de MI - 86
✓	Contratos de serviços (iniciados em 2009) - 29
✓	Pedidos de patente em 2009 - 14
✓	Empresas spin-off criadas em 2009 - 2

No que toca à área da engenharia química, estamos no lugar 85 a nível mundial e em primeiro lugar a nível nacional. Este panorama não se estende a todas as áreas, mas estamos nos grupos de referência em todas essas outras áreas.

Os orçamentos da FEUP são substancialmente inferiores aos de congéneres Europeias com dimensão semelhante. Usando a DTU – Danmarks Tekniske Universitet, como exemplo, universidade de dimensão semelhante à da FEUP, falamos de orçamentos três a quatro vezes inferiores. Mesmo considerando que a parte de custos de recursos humanos é cerca

QUARTA SESSÃO

de duas vezes superior à nossa, temos naturalmente que perceber a diferença de meios disponíveis. Mas, há que trabalhar com o que temos. Não há razão de queixa porque não é por aí que devemos ir. Não é por isso que temos desculpa. Tenho dito isso a várias pessoas: se não conseguem produzir arranjam lá uma boa razão, porque não é por falta de meios que não produzem.

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (VII)
Indicadores de Qualidade (I)

A nível Nacional
Em 2010/2011 – Maior nota mínima de entrada em todos os cursos de Mestrado Integrado na área da Engenharia

A nível Internacional
Ranking Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan (HEEACT) 2010:

✓ Área da Engenharia Mecânica:

Universidades	Posição (Nacional)	Posição (Internacional)
UP	1	52
UTL	2	132
UA	3	138

FEA, 1 Avenida Brasão, 4200-305 Porto, Portugal
www.fe.up.pt/fev

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Factos e Números (VII)
Indicadores de Qualidade (II)

A nível Internacional
Ranking Higher Education Evaluation & Accreditation Council of Taiwan (HEEACT):

✓ Área da Engenharia Química:

Universidades	Posição (Nacional)	Posição (Internacional)
UP	1	85
UTL	2	140
UA	3	181

FEA, 1 Avenida Brasão, 4200-305 Porto, Portugal
www.fe.up.pt/fev

Temos recursos físicos, materiais e financeiros suficientes. Temos uma margem de progressão significativa à nossa frente, mas genuinamente estamos convictos de que constituímos uma grande mais-valia para que Portugal faça a rotura e dê o salto que precisa de dar para ultrapassar as dificuldades com que se debate.

Uma nota final, uns minutos finais para fechar esta apresentação.

Em primeiro lugar, penso que há quatro palavras-chave que dominam a evolução do sistema do ensino superior: mobilidade, cooperação, confiança e qualidade.

E isto vem numa forma que eu diria silogística: (i) a mobilidade e a cooperação exigem o reconhecimento profissional num quadro de qualificações; (ii) o reconhecimento profissional exige confiança; todos sabemos que, nas sociedades abertas, confiança é o maior bem que pode existir; sem confiança as coisas não funcionam; (iii) a confiança exige transparência, exige legibilidade das estruturas e legibilidade das qualificações profissionais; e a legibilidade significa compreendermos,

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Perceber as palavras-chave do desenvolvimento do ensino superior

- ✓ MOBILIDADE, COOPERAÇÃO, CONFIANÇA, QUALIDADE
- ✓ MOBILIDADE E COOPERAÇÃO exigem reconhecimento profissional num Quadro de Qualificações
- ✓ Reconhecimento profissional exige CONFIANÇA
- ✓ CONFIANÇA exige transparência e legibilidade de estruturas e qualificações profissionais
- ✓ Legibilidade significa compreender e tornar as diferenças visíveis e claras - em níveis de qualidade e em perfis
- ✓ Tal é garantido através de processos de avaliação de QUALIDADE, percebidos e aceites pelos parceiros

FEA, 1 Avenida Brasão, 4200-305 Porto, Portugal
www.fe.up.pt/fev

Recursos Humanos: Universidades, Investigação

Garantir um Portugal das gerações futuras competitivo e parceiro igual na Europa. Desafios e prioridades

- ▶ Preparar e enfrentar a competitividade global
 - ✓ Adaptar e inovar na oferta formativa
 - Educar estudantes criativos capazes de actuar numa Sociedade do Conhecimento
 - ✓ Fortalecer a actividade de I&D+i em ligação com o tecido empresarial
- ▶ Promover no mais curto prazo uma redefinição da rede de oferta de formações no ensino superior (ou se quiserem, no ensino pós-secundário)
 - que responda às necessidades do País e às motivações e competências dos jovens.
 - Que seja adequada a novos públicos
 - Que seja exigente na qualidade

UEA, 1.ª Reunião Serravallo, 13 de Novembro de 2010 www.fy.uea.pt/~sfeyo sfeyo@uea.pt

tornar as diferenças visíveis e claras, não é harmonizar, não é uniformizar, é tornar as diferenças visíveis e claras em níveis de qualidades e em perfis; (iv) tal é garantido através de processos de avaliação de qualidade que têm que ser reconhecidos e aceites pelos vários parceiros.

É esse o grande esforço que está a ser feito a nível europeu. Em Portugal também está a fazer-se um esforço. Enfim, vamos ver se conseguimos ser eficazes, ou se, por razões de ordem diversa, o esforço é limitado.

Quais são os desafios e quais são as prioridades? Os desafios e as prioridades são

adaptar e inovar na oferta formativa. Nós temos que reformular, temos que pôr no campo a oferta formativa que serve os interesses, que permite exigir qualidade aos vários níveis de entrada para formações pós-secundárias. Temos, naturalmente, de fortalecer a actividade de investigação e a ligação com o tecido empresarial. É fundamental que apostemos na redefinição da rede de oferta de formações, e esse é o ponto essencial da minha intervenção. Para responder às necessidades do país, as formações devem ser adequadas a novos públicos, mas sempre intransigentemente exigentes na qualidade, algo que hoje não se verifica.

Eu diria que não temos dois caminhos. Nós temos apenas um caminho, e a questão é que temos que avaliar o seguinte: é necessário avaliarmos as consequências das nossas incapacidades políticas, as consequências das nossas hesitações, as consequências dos continuados atrasos na adopção de métodos de organização generalizadamente adoptados na Europa. Temos que avaliar as consequências da não reforma.

Faço esta pergunta: se não mudarmos o que é que acontece?

Temos uma resposta: não há dois caminhos, há apenas o caminho da qualidade com critérios europeus. Nós temos que ter a capacidade de fazer, necessariamente, uma rutura com critérios de qualidade prevaletentes. Se não formos capazes disso, não saímos disto. Temos que estar inteiramente preparados para este paradigma de desenvolvimento.

Não sei se leram um livro extraordinário de José Gil sobre os problemas existenciais portugueses, publicado em 2004 e republicado em 2005, 'Portugal Hoje, O medo de existir'. Se forem à página 71 encontram lá uma frase notável, das muitas que o livro contém. Para mim é um livro denso, extraordinário no diagnóstico das nossas dificuldades. Escreve o autor '...Mas, se a Europa entrou em nós, nós ainda não entramos na Europa...'. Este é o cerne da questão.

QUARTA SESSÃO

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Importa percebermos que para Portugal não há dois caminhos...

- Avaliar as consequências das hesitações
- Avaliar as consequências dos atrasos na adopção de métodos de organização generalizadamente adoptados na Europa
- Avaliar as consequências da (não) reforma

Responder à questão -
Se não mudarmos... o que acontece?

FA - Faculdade de Economia, 1.º de Dezembro de 2010 www.fec.up.pt/1492010

Recursos Humanos, Universidades, Investigação

Importa percebermos que para Portugal não há dois caminhos...

- Só há um caminho - o da qualidade com critérios Europeus
- Releva ter a coragem para uma ruptura com alguma cultura de qualidade prevaiente

Portugal tem que estar internamente preparado para este paradigma de desenvolvimento

Estamos todos no mesmo barco
Rememos todos juntos em direcção ao futuro.

FA - Faculdade de Economia, 1.º de Dezembro de 2010 www.fec.up.pt/1492010

Em 2004, um cronista, que todos conhecem, o José António Saraiva, ainda no Expresso, escreveu naquele seu local da política à portuguesa um artigo que acabava dizendo que Portugal não estava realmente na Europa, que Portugal estava algures entre a Europa e África. Acho que não, que não estamos entre a Europa e África.

Permitam-me a imodéstia de vos dizer que, em 2003, quando o Prof. Pedro Lynce de Faria, Ministro da Ciência e do Ensino Superior, promoveu uma obra que pretendeu ser uma espécie de livro branco do ensino superior, coordenada pelo Professor Alberto Amaral, eu escrevi lá um artigo em que enunciei a tese (página 317), de que o problema é que Portugal, de facto, não está na Europa. Portugal é um barco algures no oceano entre a Europa e a América Latina, e existem correntes que nos levam para a América Latina. Para já, vai havendo um grupo de gente que tenta remar para atracar na Europa. Temos que ter força para isso. E a questão que eu coloco é, assumindo esta minha metáfora: já que estamos todos no mesmo barco, só temos uma solução – a de remarmos todos juntos em direcção ao futuro.

Muito obrigado pela Vossa atenção.

Moderador - Eng. Luís Braga da Cruz

Muito obrigado Prof. Feyo de Azevedo. Queria, em primeiro lugar, dizer-lhe que gostei muito da sua apresentação, porque revela muita coragem, coragem essa que resulta, também, da lucidez que lhe veio da muita experiência, tanto do conhecimento nacional, como europeu. Conforme disse, teve uma profunda relação com a Ordem dos Engenheiros, mas também acompanhou de perto o processo de Bolonha e, neste momento, tem oportunidade de aplicar tudo isso numa das melhores escolas da Universidade do Porto. Fica-me mal dizer isso mas é justo, e eu só queria reter aqui duas ideias que me parecem também muito importantes. Em primeiro lugar, nesta mudança radical que está a acontecer no ensino superior em Portugal, ela pode ser entendida como oportunidade, uma oportunidade para reestruturar o nosso futuro, há aqui um grande potencial de mudança e de melhoria de desempenho, que nós precisamos, urgentemente, de encarar como um grande desafio à diversidade da oferta educativa, trazer à Universidade aqueles que passaram por lá há muito tempo e trazer à Universidade aqueles que não tiveram oportunidade de por lá ter passado. Um reitor de uma universidade portuguesa dizia há pouco tempo, que queriam ser essa Universidade e posso referir qual era, a Universidade do Minho. Eu também estou ligado, devo dizer que a Universidade do Minho queria reforçar muito a componente de investigação e desenvolvimento e a principal razão dessa opção é para melhorar a qualidade do ensino, porque, acima de tudo, a Universidade tem que preparar os recursos humanos do futuro e talvez essa decisão seja aquela que orienta o que temos que fazer. Como sabem a Universidade do Porto foi uma das três Universidades, ou do sistema português que optou por um modelo organizacional completamente diferente, um modelo fundacional muito mais exigente, e eu desejo sinceramente que a Universidade do Porto tenha êxito nessa opção que fez, porque se tiver êxito, será a grande referência das Universidades portuguesas, e isso é indispensável que aconteça. Muito obrigado pelo que nos disse Prof. Feyo de Azevedo e acredite que estamos hoje mais confiantes, porque também, conforme referiu, Portugal reclama que haja muito maior racionalidade na estrutura do ensino superior e a consolidação da rede portuguesa reclama, urgentemente, que essa preocupação seja cumprida. Portanto, muito obrigado, acho que foi muito importante a intervenção dos dois, e eu sinto-me satisfeito por termos terminado no tempo aprazado.

Segue-se, imediatamente, o painel seguinte.

COMUNICAÇÕES

QUINTA SESSÃO

Moderador

Engº. José António Barros - Presidente da AEP

7ª Palestra - "Desafios imediatos e de médio prazo da economia portuguesa"

Dr. Carlos Costa

8ª Palestra - "Da União Económica à União Política"

Dr. António Vitorino

QUINTA SESSÃO

Moderador - Engº. José António Barros

Aproximamo-nos do final das nossas Jornadas e, como disse, o Sr. Eng. Braga da Cruz estamos a fazê-lo praticamente dentro do horário, o que é um exemplo notável de organização e este último painel tem dois convidados que não carecem de qualquer apresentação. O Dr. Carlos Costa, com quem já tive o prazer de trabalhar, quando há 10 anos fizemos um trabalho extenso chamado "Uma nova ambição para Portugal".

O Dr. António Vitorino, enfim, não carece também de qualquer apresentação. Vamos ter duas visões, que para nós – empresários - são extremamente importantes: A primeira visão vem da pessoa que conhece melhor do que ninguém a banca, os mercados financeiros nacionais e internacionais e, portanto, os tais desafios imediatos e de médio e longo prazo da economia Portuguesa e das nossas empresas e encerraremos com o Dr. António Vitorino, colocando o enfoque na questão política, que, na prática, está na origem e também pode estar na solução de tudo isto. Vamos ouvi-lo, também, com todo o interesse. Dou de imediato a palavra ao Dr. Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal.

QUINTA SESSÃO

7ª Palestra - “Desafios imediatos e de médio prazo da economia portuguesa”

Dr. Carlos Costa

Governador do Banco de Portugal

Começo por felicitar a AEP e a Fundação de Serralves por esta iniciativa. É com muito prazer que estou hoje convosco para, em conjunto, reflectirmos sobre os desafios imediatos e de médio prazo da economia portuguesa. Trata-se de uma reflexão muito oportuna, num tempo em que o debate tende a ser dominado por preocupações e desafios de muito curto prazo.

A economia portuguesa está numa encruzilhada: o modelo de desenvolvimento que prevaleceu desde meados da década de 90, assente na expansão do consumo privado e público financiada por recurso a poupança externa encontra-se esgotado.

A crise financeira internacional e as suas ramificações sobre os mercados de dívida soberana nos países periféricos da área do euro expuseram de forma crua a insustentabilidade da trajectória de endividamento público e externo em Portugal. A economia portuguesa enfrenta, neste contexto, sérias dificuldades de financiamento.

Importa pois perceber o caminho seguido e as alternativas futuras.

O desafio imediato é ultrapassar a fase mais aguda da crise, restabelecendo a confiança dos investidores externos, que depende não apenas do nível de endividamento, mas também da capacidade de reembolso, a qual, por sua vez, é função do crescimento do produto potencial e da natureza do processo de desenvolvimento.

Na resposta às dificuldades mais prementes, é crucial perspectivar o futuro, avaliar os impactos de médio e longo prazo das várias opções e garantir a consistência inter-temporal das medidas. Em suma, a actuação imediata deve ter por base uma estratégia robusta que promova o crescimento e o desenvolvimento sustentados da economia portuguesa na área do euro.

As condições de financiamento extremamente favoráveis de que o país beneficiou durante mais de uma década, e que estiveram associadas à integração financeira europeia e à adopção do euro, induziram uma forte expansão da despesa privada, em particular das despesas de consumo e de investimento imobiliário. Este boom de despesa foi financiado pela redução da poupança e pelo aumento do endividamento das famílias e das empresas. O sector bancário intermediou este processo, transformando financiamento externo em crédito interno às famílias e empresas.

Uma política orçamental expansionista, consubstanciada no aumento sustentado do peso da despesa corrente primária no produto interno bruto, exacerbou a dinâmica da procura e, conseqüentemente, o desvio de recursos produtivos para o sector produtor de bens não transaccionáveis. Acumulou-se, desta forma, um desequilíbrio

entre os sectores produtores de bens transaccionáveis e não transaccionáveis e uma pressão sobre os custos internos, que se reflectiu no insustentável desequilíbrio das contas externas.

A influência da política orçamental, e das políticas públicas em geral, na acumulação destes desequilíbrios ultrapassa em muito o mero valor do incremento da despesa pública. Em particular, há custos orçamentais que apenas se materializarão no futuro, em resultado do recurso a fórmulas contratuais que permitiram adiar o seu impacto imediato nas contas públicas.

A expansão da procura interna, o sobredimensionamento do sector de bens não transaccionáveis, em particular do sector da construção e obras públicas, a evolução da dívida pública, o crescente endividamento das famílias e empresas e o agravamento do défice externo são fenómenos indissociáveis. Estes fenómenos sustentaram um modelo de crescimento e de criação de emprego que escamoteou um problema latente – a perda de competitividade da economia portuguesa, entendida como a capacidade concorrencial das empresas portuguesas produtoras de bens transaccionáveis no mercado internacional.

É hoje amplamente reconhecido que este modelo de crescimento e de criação de emprego assente na expansão do sector de bens não transaccionáveis não é mais sustentável.

O sector dos bens transaccionáveis tem que passar a ser a força motriz do crescimento do produto e da criação de emprego. Por isso, um processo de consolidação orçamental e de reequilíbrio externo que não seja acompanhado do reforço da competitividade e da expansão da produção do sector de bens transaccionáveis implicará um novo equilíbrio com menor emprego e produto e, por consequência, o empobrecimento relativo do país.

É neste contexto que é tão pertinente pensar 2020.

Em Portugal, o tecido empresarial, e em particular as PME, tem tido tendencialmente uma postura reactiva relativamente à sua envolvente. Uma postura reactiva que radicou num modelo de organização e gestão de recursos que tinha por base baixos custos salariais - modelo que se esgotou com emergência de novos concorrentes com níveis salariais mais baixos.

É essencial passar para uma postura pró-activa no relacionamento com a envolvente: desde logo os mercados, depois a incorporação de conhecimento e de tecnologia e, por último, a organização e qualificação dos factores de produção. No actual contexto de forte concorrência a nível global são fundamentais a visão estratégica, a organização, a separação clara entre propriedade e gestão, a gestão profissionalizada e a capacidade para fornecer informação transparente e fiável aos diferentes stakeholders. A sobrevivência das empresas passa, assim, pela definição de estratégias de renovação e de crescimento que, em muitos casos, exigirão a abertura a novos accionistas e parceiros que permitam alcançar um patamar mais elevado na cadeia de valor.

A vitalidade demonstrada pelas exportações nacionais constitui um sinal encorajador de que este caminho foi já iniciado. De facto, o comportamento favorável que registam hoje as exportações, num quadro de deterioração dos indicadores tradicionais de competitividade, em particular a evolução dos custos relativos

QUINTA SESSÃO

do trabalho, indicia um fenómeno em curso de transformação do tecido empresarial português, que é necessário acelerar e aprofundar.

As infra-estruturas e serviços de apoio estão disponíveis, os investimentos no sector produtor de bens não transaccionáveis foram concretizados. Há agora que os rentabilizar através da criação de capacidade no sector produtor de bens transaccionáveis.

A expansão do sector produtor de bens transaccionáveis requer, naturalmente, investimento. Num contexto de escassez da capacidade de financiamento externo é ainda mais necessário aumentar a poupança interna e, por outro lado, hierarquizar o investimento em função do respectivo retorno económico, isto é, do seu retorno em termos de crescimento do produto potencial. Esta é a única via que promove o desenvolvimento sustentado e que, por isso, permite aliviar a prazo as restrições de financiamento com que nos defrontamos hoje.

O aumento do auto-financiamento das empresas assume, neste quadro, uma particular relevância. Com efeito, os elevados rácios de alavancagem das empresas portuguesas, quando comparados com os das empresas na maioria dos países da Europa continental, traduzem uma dupla fragilidade do nosso tecido empresarial: uma fragilidade financeira, porque as empresas ficam particularmente vulneráveis a alterações nas condições de financiamento, tanto em termos de volume como de custo; e uma fragilidade estratégica porque os elevados rácios de alavancagem das empresas portuguesas não são consistentes com uma aposta no crescimento sustentado da empresa.

Do ponto de vista do sector financeiro, e tendo em consideração as novas regras prudenciais de Basileia, esta alavancagem excessiva das empresas portuguesas constitui uma importante penalização, determinando um agravamento do risco e do consumo dos capitais próprios dos bancos, com impacto negativo no volume e no custo do financiamento das empresas e na eficiência global da economia.

Em conclusão, os desafios que enfrentamos colocam-se em três planos fundamentais.

Em primeiro lugar, de imediato, é necessário um ajustamento orçamental credível, que permita recuperar a confiança dos mercados e lançar as bases de um desenvolvimento sustentado.

Em segundo lugar, é preciso reorientar as políticas públicas, eliminando os incentivos que, na última década, conduziram a uma orientação prioritária do investimento para o sector produtor de bens não transaccionáveis.

Em terceiro lugar, é necessário regenerar o tecido empresarial numa perspectiva económica, financeira e socialmente responsável. Cabe, assim, às empresas um papel determinante na superação dos desafios do desenvolvimento sustentado da economia portuguesa.

Muito obrigado!

Moderador - Eng.º José António Barros

Muito obrigado Dr. Carlos Costa pela sua magnífica exposição, que além do mais revela um conhecimento profundo do nosso tecido empresarial, com todas as suas coisas boas, que foram referidas, tais como a vitalidade das exportações que contraria, neste momento, os presságios e as estatísticas, e que nós sabemos que vai continuar. A AEP diz, muitas vezes que, para além dos modelos matemáticos, há a vontade das pessoas, e nós estamos a conseguir dar a volta, desse lado, mas a intervenção do Dr. Carlos Costa foi notável porque nos fez pensar em três ou quatro questões que são fundamentais: a questão dos sistemas de incentivos à economia dos bens não transaccionáveis que tem que ser repensada, e que é muito importante (vimos dizendo isso repetidas vezes, é preciso apoiar, e nós até dizemos, é o que nos preocupa, o que desejamos, é preciso apoiar financeira e fiscalmente as exportações, a economia dos bens transaccionáveis, bens e serviços transaccionáveis). Depois, é preciso aumentar a poupança e aumentar o auto-financiamento, também. Há dias falávamos sobre isso e tive a ocasião de referir ao Dr. Carlos Costa, enfim, o nosso pensamento e propostas, as quais até tínhamos apresentado ao Governo, tendo por epicentro essa matéria, favorecer o auto-financiamento, pelo menos não o discriminar face ao financiamento alheio, e, portanto, Sr. Dr. é com imenso prazer que o ouvimos. As suas palavras reforçam a nossa convicção de que, pelo menos, temos um farol, sabemos o que temos que fazer, agora temos é que dar, ser capazes de executar aquilo que sabemos que tem que ser feito.

O Dr. António Vitorino tem a palavra.

QUINTA SESSÃO

8ª Palestra - "Da União Económica à União Política"

Dr. António Vitorino

Ex- Comissário Europeu

Boa tarde e muito obrigado. Queria começar por agradecer ao Prof. Valente de Oliveira e à AEP este convite.

O tema que me foi proposto é o tema "Da União Económica à União Política" e de, alguma forma, ele tem um pressuposto lógico. É que existe um lugar de partida, a União Económica, e um lugar de chegada, a União Política. Confesso que tenho as maiores dúvidas, quer quanto ao lugar de partida, quer quanto ao lugar de chegada. A única coisa que, para mim, é segura, é que neste debate estamos num ponto onde os seus tradicionais termos de referência reflectem, não só uma alteração, como uma profunda evolução. Para nós, que somos "vieux routiers" destes temas europeus, aqui há uns anos atrás o grande debate era saber o que é que vinha primeiro, se o aprofundamento da integração europeia, se o alargamento da União Europeia. De alguma forma tínhamos a percepção de que a ordem dos factores não era arbitrária quanto à obtenção de resultados, mas, ao fim destes dez anos, o dilema foi resolvido, na minha opinião, a favor do alargamento. Acabou por avançar, em primeiro lugar, o alargamento, mas isso não significa que daí tenha resultado um bloqueamento do aprofundamento da integração europeia.

Apesar de tudo, nestes dez anos, fez-se a reforma dos tratados, abortou-se a Constituição Europeia, mas surgiu o seu pseudónimo chamado Tratado de Lisboa, e fez-se a reforma dos tratados que alguns tinham pretendido fazer ainda a 15, antes de entrarem os novos Estados-Membros. Essa reforma dos tratados foi feita a 27, porque com as delongas decorrentes dos impasses do referendo Francês e Holandês, o Tratado de Lisboa acabou por ser consolidado a 27 Estados-Membros. Fez-se o alargamento, que não levou àquilo que muitos temiam, que era a paralisia das instituições, isto é, é preciso - com honestidade - reconhecer que não é por causa do alargamento, que se pode imputar à União Europeia qualquer diminuição da sua capacidade de resposta num mundo global.

É verdade que as decisões são mais difíceis de tomar a 27, é, obviamente, verdade que muitas vezes essas decisões tendem, perigosamente, a cair para o nível do menor denominador comum, o que, por vezes, nos parece insuficiente, perante a magnitude dos desafios com que estamos confrontados. Mas não é possível dizer que o resultado líquido do alargamento tenha sido uma dinâmica contrária àquela que, nós europeístas, pretendemos que seja adoptada na União Europeia, isto é, a do aprofundamento do processo de integração europeia. O que talvez tenhamos é que ser um pouco mais humildes do que no passado e reconhecermos que a União Política foi sempre um desejo manifestado pelos europeístas (mas que nunca foram ao fundo da questão de esclarecer o que é que é isto da União Política, o que é uma União Política) e este debate esteve, de alguma forma, durante algum tempo, prisioneiro do debate sobre a União Económica, no sentido de que

não podia haver uma moeda única sem haver uma União Política. Não há antecedente histórico de existir uma moeda única sem uma União Política, mas o que é que seria a União Política que funcionaria como corolário de uma União Económica, que assenta numa moeda única? Aí todos nós nos refugiávamos, confortavelmente, naquela expressão genial de Jacques Delors: "a União Europeia é um OPNI, é um objecto politicamente não identificado", porque, normalmente, a dificuldade está quando passamos para os detalhes, e nesse ponto, há que dizer - com honestidade - que o Tratado Constitucional, tal como o próprio Tratado de Lisboa, foi objecto das mais injustas acusações que se lhe poderia ter dirigido. Muitos foram contra o Tratado Constitucional e depois contra o Tratado de Lisboa, dizendo que ele era o instrumento último do federalismo europeu. Ora, a verdade é que se alguma conclusão pode ser retirada do Tratado de Lisboa, é que ele é, provavelmente, a desautorização mais cabal de um modelo federalista clássico, que foi sonhado por muitos europeístas, mas que, manifestamente, já há vários anos, estava a desviar-se do que era a prática e a realidade das instituições e dos Estados-Membros. Pelo contrário, o Tratado de Lisboa, na minha opinião, do ponto de vista institucional, coloca as instituições da União em linha com a realidade e essa é que aponta no sentido de uma revalorização do papel dos Estados-Membros na condução da direcção política da União Europeia. Portanto a União Política de que hoje falamos tem muito mais que ter em linha de conta o peso dos Estados-Membros, do que propriamente, o peso das instituições que foram imaginadas pelos próprios pais fundadores.

Isso traduz-se, emblematicamente, no reconhecimento de que, hoje, a instituição liderante da União Europeia é o Conselho Europeu, é a reunião de Chefes de Estado e de Governo, onde os impulsos são dados, onde as grandes transacções entre Estados, são feitas. Manifestamente, o interesse geral europeu acaba por ser cristalizado em decisões que vinculam os 27 Estados ao mais alto nível. Significa isto que estamos, portanto, numa deriva de regresso ao intergovernamentalismo e que o federalismo europeu morreu? Não, também não vou tão longe quanto isso, até porque, o intergovernamentalismo, na minha convicção, não é uma solução duradoura. Na realidade, o intergovernamentalismo na União Europeia só funcionaria se houvesse, de facto, um directório de países que dirigiriam a União Europeia, como preconizam os defensores do directório - e há personalidades que assumem tal postura, a começar pelo Presidente francês Sarkozy - que o identificam com os grandes Estados-Membros, dizendo; a União só será credível, na cena internacional, se for conduzida por um acordo sólido entre os cinco grandes Estados-membros. A verdade da História prova que, normalmente, as grandes crises e os grandes impasses na construção Europeia resultaram, sobretudo, de divergências entre os grandes Estados-Membros e o protagonismo das instituições europeias, a começar pela Comissão, mas também, em certa medida, do Parlamento Europeu, e dos pequenos e médios Estados-Membros tem sido o de permitir estabelecer as pontes necessárias para que o projecto europeu avance, ultrapassando os impasses que, naquilo que é essencial, normalmente, são criados por conflitos de vontades ou de interesses entre os grandes Estados-Membros.

Chegado a este ponto dirão, bom, mas onde é que pretende, verdadeiramente, chegar? Bom no fundo quero chegar a uma afirmação muito simples: a União Política só existirá e só avançaremos para ela, no sentido de aprofundamento da integração europeia, se em vez de nos afeiçoarmos a uma ideia de que há uma via institucional para lá chegar, isto é, de que tal passará por um suplicante processo de reforma das instituições para descobrir o modelo federal perfeito, se reconhecermos, pelo contrário, que a União Política só existirá se

QUINTA SESSÃO

nós conseguirmos (re)legitimar o projecto de integração europeia por parte do conjunto dos cidadãos europeus. Este é o critério, é o único critério de uma União Política, não há União Política se os cidadãos não sentirem que essa União Política corresponde a uma capacidade de lhes dispensarmos aquilo que eles mais esperam, hoje, nas suas vidas quotidianas e nas suas identidades, nacionais e europeia. Por isso não adianta partirmos para uma discussão teórica e conceptual do que é o federalismo europeu, o que seriam as instituições perfeitas, o que seria o Governo Europeu. Não há Governo Europeu, a Comissão Europeia tem funções executivas, mas não é um Governo Europeu, o Parlamento Europeu é o órgão representativo dos cidadãos europeus, mas não é um verdadeiro parlamento no sentido da substância da Democracia. O próprio Conselho é uma instituição híbrida. Então, o que será a União Política de que falamos?

Pelo meu lado, acho que será aquela união entre os Estados e os cidadãos que permite fornecer a resposta a duas questões essenciais e, tão rapidamente quanto possível, em dois terrenos em que se joga o futuro da União Política. O primeiro tem a ver com o papel da Europa no mundo, tudo o que envolve a questão da política externa, da política da segurança e também da política de defesa. A escolha deste terreno resulta da necessidade de resolver um dilema muito claro: ou evoluímos para uma forma mais sustentada de presença no mundo como entidade política, ou então corremos o risco de sermos relegados para um papel marginal. A crise financeira global apenas demonstrou algo que já podíamos intuir antes, que é a deslocação progressiva do eixo de gravidade do mundo para a zona da Ásia, da Ásia-Pacífico, e o facto da potência hegemónica global, os Estados Unidos da América, incorporar, nas suas prioridades estratégicas, esse deslizamento do centro de gravidade para a Ásia.

Portanto há uma perda de peso relativo da União Europeia, não apenas no mundo global, não apenas económica, mas também política, como há uma perda relativa do peso da União Europeia na relação transatlântica, que tem sido e espero que continue a ser, a relação essencial que garante um conjunto de valores fundamentais em torno dos quais a Humanidade pode e deve evoluir. Dito isto, não ignoro que este é um caminho difícil, a construção de uma política externa europeia, a construção, mesmo, de uma identidade de defesa, é um caminho difícil, porque tem, desde logo, que passar pela pedagogia junto dos grandes Estados, demonstrando que o facto de eles pensarem que ainda pesam na cena internacional, é hoje uma pura ilusão. Se quiserem há aqui um paradoxo: é mais fácil explicar aos Estados de pequena e média dimensão, o valor acrescentado para eles, individualmente considerados, e para o conjunto do projecto Europeu, de termos uma política externa de segurança e defesa comum, do que, propriamente, para os grandes Estados-Membros, que ainda têm a ilusão de que possuem um protagonismo internacional a jogar. Contudo, neste ponto, sou optimista, face ao facto de que o último dos grandes Estados que ainda tinha essa ilusão, o Reino Unido, não tanto pelos seus méritos próprios, mas fruto daquilo que eles chamam de "relação especial" com os Estados Unidos, depois da experiência da guerra do Iraque, acabar por estar confrontado com a sua própria subalternidade nessa mesma relação especial com os Estados Unidos.

Se este é um caminho difícil é também um caminho lento, lento porque há que evitar o excesso de voluntarismo, a fuga para a frente, evitar que se fixem objectivos que manifestamente sabemos, do ponto de vista da cultura dos europeus, não estarmos em condições de os assumir. Um exemplo muito claro; se nós começarmos a

pensar numa política de segurança externa comum, que tem como ex-líbris, como ponto fulcral de aplicação, que num dia próximo os europeus terão uma voz única no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é melhor desistirmos à partida. Não haverá, nem no curto prazo, nem mesmo a médio prazo, uma tal representação única, e essa é a má via a seguir, porque é a via que gera divisões dentro da União Europeia, isto é, antes de construirmos uma identidade comum, estamos a aprofundar divisões potenciais que já existem entre nós. Com efeito, os alemães convivem mal com o facto de, num mundo que já não tem a ver com a II Guerra Mundial, serem a principal potência económica europeia mas não estarem, como membros permanentes, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em igualdade de circunstâncias com a França e o Reino Unido, os quais, no local onde se decidem as grandes questões internacionais, têm um estatuto reforçado traduzido no uso do direito de veto. Já pelo contrário, seria um bom exemplo de capacidade, construir uma política externa e de segurança comum, se os europeus conseguissem entender-se sobre a sua representação comum, em instituições, como o Fundo Monetário Internacional, ou o Banco Mundial, ou se não falamos da representação da União Europeia, em virtude das especificidades, mais uma vez do Reino Unido, que se mantém fora da Zona Euro, ao menos encontrarmos a plataforma que permitisse uma representação única da Zona Euro, no FMI e no Banco Mundial, com a vantagem, aliás de nos poupar um embaraço, porque toda a gente já percebeu que, com a alteração da relação de forças à escala global, nessas duas organizações financeiras internacionais, vai haver uma recomposição de forças. As economias emergentes vão, legitimamente, exigir uma maior capacidade de representação, vão reclamar uma parcela acrescida de poder e esse poder vai ser dado às economias emergentes a expensas, exclusivamente, da Europa, porque previsivelmente os americanos não vão sair da sua posição relativa actual. A maneira de digerir o impacto negativo desta recomposição de forças global, seria, em vez de adoptarmos a tática de Aljubarrota de D. Nuno Álvares Pereira (formar em quadrado, resistir e esperar que a sorte nos sorria) seria mudar a base de aproximação ao problema e apresentarmos uma proposta de representação conjunta no FMI, no Banco Mundial, da União Europeia, portanto, neste primeiro bloco, a minha conclusão é a seguinte; ele é incontornável, se queremos continuar a pesar no mundo, ele tem obstáculos que têm que ser ultrapassados, sendo os obstáculos mais relevantes oriundos dos países de maior dimensão da União Europeia.

Os resultados que podemos esperar serão lentos, mas uma coisa é segura, se há tema que os europeus do Norte e do Sul do Leste e do Oeste desta União alargada consideram incontornável, é que a União Europeia tem que ter uma voz mais activa na cena internacional, e se estamos a falar num processo de (re)legitimação da União Europeia, temos de reconhecer que se não respondermos a esta preocupação que os europeus têm, de que estão a perder peso e dinâmica à escala internacional, a União Europeia tem que responder a essa angústia, através de uma capacidade de afirmação dos seus interesses próprios na cena internacional. Se quisessem, em termos futebolísticos, por ora apostaria aqui num empate, não há derrota, mas também não esperemos vitórias retumbantes a curto prazo, mas é um caminho incontornável.

Qual é, então, o segundo bloco onde também sou mais optimista e onde penso que os resultados podem ser mais palpáveis a curto prazo, e que também respondem ao mesmo critério de corresponder às expectativas, aos anseios e às aspirações dos cidadãos europeus. Refiro-me à construção de um chapéu político, que permita reunir, quer o coração do projecto de integração europeia - que é o mercado interno - de que muitas vezes

QUINTA SESSÃO

tendemos a esquecer-nos, que é a grande alma motora da integração europeia, o mercado interno, a par da União Económica e Monetária, isto é, a moeda comum europeia. Creio que aqui, apesar de tudo (leio os jornais e vejo que adoptam por via de regra um tom muito negativo), há razões para um certo optimismo porque, na realidade, aquilo que tem sido feito neste último ano e meio, a nível europeu, em matéria de regulação financeira, supervisão financeira, regras sobre as agências de rating, regulação dos "hedge funds", que foi ontem mesmo votado no Parlamento Europeu, o impulso para Basileia III, ou o projecto de directiva dos derivados, por exemplo, este bloco de coisas que se fez em 18 meses, há cinco anos, era impensável. Era impensável, falar sobre legislação, "hard-law", em matéria de sector financeiro, onde havia o denominado "processo Lamfalussy", baseado no "método de coordenação aberta", apenas "soft law", na formulação de meros "benchmarks", mas recusando sempre a entrada da legislação nesse sector. Bom, há cinco anos, propor reguladores pan-europeus, coordenação dos supervisores nacionais, sobre as grandes instituições financeiras transnacionais, era considerado uma heresia, um perigoso desvio esquerdista. Ora, nestes dois últimos anos, a crise financeira global permitiu que a União Europeia tenha feito, no plano da integração económica, esta série de avanços que hoje tendemos a minimizar ou, pelo menos, a subestimar, quando, na realidade, são um passo em frente muito significativo na integração europeia, quando comparado com a situação de partida.

O segundo elemento que eu encontro de positivo, é a aceitação, pela Alemanha, do princípio da coordenação das políticas económicas nacionais no âmbito da União Europeia e da Zona Euro, e esta destriça não é uma destriça menor.

Com efeito, só haverá construção da União Política e só haverá aprofundamento da União Económica, se houver acordo entre a França e a Alemanha. É um acordo necessário, mas – e este aspecto pode ser considerado como novo na União - esse acordo franco-alemão já não é suficiente! Na realidade, não podemos ignorar que o projecto de integração europeia caminha em duas pistas, que, sendo autónomas entre si, não são dissociáveis: uma é a da União Económica e Monetária, a moeda única, que é fundamental, mas a outra pista, que não se pode deixar de manter no radar das nossas preocupações, é a construção do mercado interno, projecto que, aliás, está longe de se encontrar plenamente realizado. E se é verdade que o Reino Unido está fora da pista da moeda única, o Reino Unido é, contudo, uma componente fundamental do processo de construção do mercado interno e qualquer dinâmica de aprofundamento da Zona Euro que leve a subestimar o papel que o mercado interno tem no projecto futuro de construção da União Europeia leva a marginalizar o Reino Unido, o qual, como nós sabemos, feliz ou infelizmente, não precisa de muitos empurrões da Europa Continental para, por si próprio, se colocar à margem ou em posição de reserva de questões fundamentais da construção europeia. No único tema em que, normalmente, em toda a sua extensão, os britânicos não se marginalizam, que é a construção do mercado interno, não sejamos nós, agora, a criar um regime de "apartheid", que torne mais difícil a necessidade de que o Reino Unido se mantenha, permanentemente, ancorado na construção do projecto Europeu.

No quadro da actual situação, o desenvolvimento dessas duas pistas não está isento de se registarem paradoxos que poderão colocar questões delicadas a prazo. Ainda recentemente tivemos um exemplo dessa tensão potencial, quando foi estabelecido o Fundo de Estabilização Financeira da União Europeia, (refiro-me

ao fundo "ad hoc", não ao fundo definitivo de que se fala agora) para o qual apenas contribuíram os países da Zona Euro, tendo-se excluído da participação os países que estão fora da Zona Euro excepto a Suécia e a Polónia, o que é significativo da solidariedade no conjunto da União. Esta atitude foi em larga medida dinamizada pelo Reino Unido que defendeu ficar de fora do Fundo de Estabilização Financeira da zona Euro por não participar na moeda comum europeia. Suponhamos, contudo, que se amanhã (queira Deus que não aconteça!), houver a necessidade de aplicar à Irlanda o mesmo mecanismo de suporte financeiro que foi aplicado à Grécia, a minha pergunta é esta: quem são os principais beneficiários de uma situação de bailout da Irlanda à custa do dinheiro dos contribuintes da Europa da zona Euro? A resposta é simples: são exactamente os bancos britânicos, cujo Estado que está fora da zona Euro, não contribuiu, em nada, para a criação desse Fundo de Estabilidade Financeira! Ora, este paradoxo não é sustentável a prazo, sem que sejamos confrontados com a questão política da sustentabilidade do Euro à luz da relação com os demais países da União que não partilham da moeda comum europeia, já que não podemos pensar que o principal país contribuinte para o Fundo, a Alemanha, tão zelosos na utilização dos seus recursos orçamentais quando se trata da Grécia, ou até eventualmente de Portugal, da Espanha, ou da Itália, se forem confrontados com a necessidade de socorrer a Irlanda, não poderão deixar de colocar a questão de os principais beneficiários dessa intervenção serem os bancos do Reino Unido! Portanto, a ideia que os ingleses estão completamente fora dos destinos da Zona Euro, é uma ideia duplamente errada, errada do ponto de vista estratégico, e errada, também, do ponto de vista dos interesses dos próprios países da Zona Euro.

Mas, dito isto, como é evidente a questão fulcral, neste domínio da coordenação das políticas económicas nacionais da Zona Euro, é a de saber qual é a posição da Alemanha, e há que reconhecer que hoje a Alemanha é, para muitos europeus, uma incógnita. Em matéria europeia costumava-se falar de um exercício muito comum que era o de punir "Bruxelas" (as instituições da União Europeia) por tudo o que corria mal, o chamado "punching Brussels", fazer de Bruxelas uma espécie de "punching ball", mas parece que hoje há um desporto concorrente que é punir a Alemanha, atingir a Alemanha, criticar a Alemanha pelas dificuldades europeias. Sejam claros, contudo: não nego que não haja razões para criticar a postura da Alemanha no decurso da crise financeira global e mais recentemente no caso da crise da dívida soberana grega! Com efeito, tem havido momentos, nesta crise, onde a conduta alemã se revelou desastrosa, tal como foi desastrosa a tardia reacção à crise grega. E se a tibieza, lentidão e ambiguidade da postura alemã teve um custo muito oneroso, não se pode deixar de reconhecer que existem algumas atenuantes para a posição alemã. Desde logo, porque o governo grego só apresentou o seu plano de austeridade no final de Abril e a decisão de criar o sistema do fundo foi a 7 de Maio, mas a verdade é que até finais de Abril, desde Janeiro a Abril, o agravamento da crise grega também se ficou a dever ao facto de a Alemanha nunca ter sido clara quanto à sua predisposição para participar num mecanismo de sustentação da economia grega. Há, infelizmente para nós portugueses, uma razão de crítica que me parece ainda mais justa, esta mais recente, de há escassas duas semanas, e que tem a ver com o modo como a Alemanha geriu a questão da criação de um fundo permanente para depois de 2013 lidar com a crise das dívidas soberanas, na medida em que foi de todo imprudente por parte da Alemanha avançar para um tal mecanismo, num tema tão sensível, sem, imediatamente, complementar a ideia com indicações seguras de quais serão as condições efectivas de aplicação do mecanismo de reestruturação das dívidas soberanas, em

QUINTA SESSÃO

especial no que concerne às responsabilidades futuras dos detentores privados dessa dívida. Deixem-me ser claro, acho que é positivo que haja um mecanismo desse género, portanto, daí me distingo de alguns dos críticos, que têm feito elevar a sua voz. Mas, se estamos a falar de um mecanismo essencial de regulação de uma União Económica e Monetária, não é possível avançar com projectos parcelares que suscitem desconfiança e incerteza nos mercados financeiros a ponto de imediatamente se produzirem efeitos negativos na dívida soberana dos países mais expostos. É evidente, que hoje, irlandeses e portugueses, e também, já nesta semana, nestes dois últimos dias, espanhóis e italianos, estamos a pagar uma conta, expressa no agravamento dos “spreads” das respectivas dívidas públicas, em virtude da má gestão política que a Alemanha fez de uma ideia boa, e isto prova que, às vezes, há ideias boas que, quando são mal geridas, do ponto de vista político, podem produzir, à cabeça, efeitos extremamente perniciosos.

Mas dito isto, retomemos a questão sobre onde é que está de facto a Alemanha quanto ao futuro do Euro?

Em boa verdade, embora isto vos possa surpreender, entendo que a Alemanha está hoje exactamente onde estava nos tempos de Helmut Kohl. Sei que expender esta ideia não é muito popular, mas se há algum momento neste percurso da UEM em que a Alemanha esteve fora da linha tradicional alemã, foi nos tempos do Chanceler Schroeder, quando foi aberto um processo por défices excessivos contra a Alemanha (e a França), por ultrapassar o limite dos 3% do PIB previsto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Desde a génese da UEM, a Alemanha tem duas regras sagradas, das quais estou convencido, não abdicará. A primeira é a natureza vinculativa do regime das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, no que diz respeito aos limites do défice e da dívida pública, porque a Alemanha não aceitará, nunca, que a Zona Euro seja uma zona líquida de transferência de pagamentos. Esta é, para os alemães, uma regra de bronze cuja observância tem sido questionada (até junto do Tribunal Constitucional alemão) no caso do apoio dispensado à Grécia. A segunda regra de bronze alemã diz respeito à defesa intransigente da independência do Banco Central Europeu, e portanto, à não manipulação política da condução da política monetária. Estes são os dois pontos base de que a Alemanha, na minha opinião, nunca abdicará.

O que acontece é que a Alemanha mudou de posição num terceiro ponto extremamente importante, embora neste particular provavelmente não tenhamos estado muito atentos ao debate interno na República Federal. Com efeito, lembro-me bem de que na Convenção Sobre o Futuro da Europa, em 2003, tal como na conferência intergovernamental de 2004, para o Tratado Constitucional, ou mesmo na conferência intergovernamental de 2007, para o Tratado de Lisboa, a Alemanha sempre afirmou claramente, que a introdução nos Tratados de regras sobre “governance” económica era um assunto tabu! Pouco se inovou nos Tratados sobre esta matéria atenta a rejeição liminar alemã, mas, apesar de tudo, com os custos que são conhecidos, esta crise financeira global, o impacto que ela teve na Europa e nos bancos europeus (e o facto de estes bancos europeus estarem particularmente expostos ao “sub-prime” nos EUA e a certos devaneios dos produtos financeiros) acabou por fazer a Alemanha evoluir neste capítulo. Recordo-me daquela noite, em Berlim, em que a Sra. Merkel vinda de Paris onde tinha defendido a tese de que a crise do “subprime” era apenas um problema confinado ao mundo anglo-saxónico, expressão dos vícios de funcionamento do capitalismo americano, recebe com choque e estupefacção as informações sobre os verdadeiros números das perdas do Hippo Real Estate Bank,

que punham em causa a sua própria solvabilidade! E é nessa noite, em que a Alemanha faz uma viragem de 180 graus, e passa a admitir o princípio da coordenação das políticas económicas nacionais e que as instâncias europeias têm que ter uma palavra decisiva a dizer na regulação e na supervisão do sistema financeiro europeu e, conseqüentemente, no tocante à coordenação das políticas económicas dos vários Estados-Membros da Zona Euro. Este momento é um momento de viragem na posição alemã e é um momento que ainda não produziu todas as suas conseqüências, mas que serão decisivas para saber se algum dia, teremos ou não, uma União Política!

Concluo com esta ideia que me parece central; não adianta pensar que os problemas da União Económica se resolvem, criticando a política económica alemã, ou exigindo que a Alemanha mude de política económica, por uma razão muito simples: porque os alemães nunca compreenderão de que é que lhes estamos a falar! Temos que compreender a posição alemã e a forma como naturalmente defende os seus interesses no quadro europeu, respeitando os seus ditâmes democráticos se queremos que os alemães respeitem os nossos próprios interesses e valores democráticos! Convém recordar a este propósito que a Alemanha conheceu, durante os governos Schroeder, uma reforma económica e social profunda, fruto dos denominados pacotes Hartz, em virtude dos quais se verificou uma estagnação dos custos unitários de trabalho entre 2000 e 2010, considerado em paridade de poderes de compra com a média europeia, não houve aumentos salariais significativos, persistiu durante um longo período um desemprego acima dos valores tradicionais da Alemanha, mas, em compensação, foi aplicada uma política intensiva de investimento significativo em matéria de investigação e desenvolvimento no sector industrial. Resultado; crescimento em 25% da competitividade dos preços industriais da Alemanha, 25% em dez anos, depois, aumento de 3 pontos da taxa do IVA em 2007, o que significa redução significativa do consumo interno, e, como conseqüência desta política e destes pacotes de reformas, aumento do peso das exportações alemãs no Produto Interno Bruto do país, entre 94 e 2008, que passa de 23,1% das exportações no Produto Interno Bruto alemão, em 94, para 47,3% em 2008. Desculpem, mas a um país que apresenta estes resultados, e que passou pelo processo doloroso de reformas por que a Alemanha passou, quem é que tem coragem de lá ir dizer que afinal são eles que estão errados?!

Não estão errados, claro, mas convém também que se diga com franqueza aos alemães que este modelo alemão não pode ser considerado como um modelo a ser seguido nos mesmos termos pelo resto dos países europeus! Ora, é neste modulação da argumentação sobre o significado da coordenação das políticas económicas na zona Euro que está a dificuldade da explicação. Se todos os países europeus apresentassem este resultado alemão, a posição da Europa seria impossível de gerir, do ponto de vista político, tanto no plano interno como à escala global. Mas se isto é verdade, não o é menos que, se não se trata de explicar que são os alemães que têm que mudar, trata-se de assumir com credibilidade e sustentabilidade que somos nós que temos que mudar em termos de rigor na gestão das finanças públicas e de promoção da produtividade e da competitividade das nossas economias! Só que, e é aqui que reside a maior dificuldade, para mudarmos com condições de sucesso, precisamos também que os alemães evoluam no que diz respeito aos mecanismos de coordenação das políticas económicas nacionais dos Estados da zona Euro!

QUINTA SESSÃO

Esta afirmação justifica-se porque, se houver um dia, como entendo que deve haver, uma efectiva coordenação das políticas económicas nacionais, que é, como disse, o ponto de aplicação efectivo da União Política num curto prazo, com resultados palpáveis e tangíveis para os cidadãos europeus, se houver uma evolução, então nessa coordenação das políticas económicas nacionais têm que ser levados em linha de conta os desequilíbrios de competitividade existentes dentro do espaço da Zona Económica Euro, e em que medida é que as políticas europeias podem ajudar os países que têm que fazer face a problemas sérios de produtividade e de competitividade, como é o noasso caso, a fazerem as opções certas, no sentido de reforçarem as sua condições de competitividade na Zona Euro e à escala global. Portanto, neste processo de ajustamento estrutural, há que pagar um preço: e o preço é aceitar, tal como pretendem os alemães, com o apoio dos franceses, regras mais duras de aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento e ,consequentemente, conduzirmos a nossa política interna no sentido de estarmos, o mais depressa possível, em linha com as regras desse Pacto, tanto no que toca aos limites do défice como da dívida pública. Colocar o défice orçamental nos 3% do PIB e a dívida pública numa trajectória descendente sustentável, já que ninguém pode ser completamente irrealista a ponto de pensar que daqui até 2013 algum país exposto nos mercados internacionais consegue colocar a dívida pública exactamente ao nível dos 60% do PIB previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento, essa é uma opção para as políticas públicas dos Estados-membros da zona Euro que não consente alternativas, no sentido que é incontornável alcançarmos esses objectivos se queremos continuar no Euro!

Mas a segunda componente de uma posição consistente sobre o significado e o alcance da coordenação das políticas económicas nacionais consiste em afirmar que, se este é um preço incontornável a pagar, então as próprias políticas europeias têm que incorporar os incentivos necessários à produtividade e à competitividade daqueles países que estão a fazer, neste momento, um ajustamento das suas finanças públicas particularmente doloroso, e esta transição para este segundo elemento é que, em meu entender, está neste momento em falta no debate europeu. As conclusões da "task force" do Presidente do Conselho Europeu Van Rompuy não são suficientemente claras neste ponto. Por isso, os países que estão interessados nesta segunda componente, entre os quais o nosso, como se encontram numa posição particularmente débil, do ponto de vista das suas contas públicas, podem falar, mas a sua voz será pouco ouvida enquanto não derem provas de consistência na resolução dos seus problemas estruturais! Ora, neste debate crucial, para se ter a voz bem colocada, isso depende antes do mais, de nós próprios, como brilhantemente, antes de mim, acabou de demonstrar o Dr. Carlos Costa, que, aliás, fez uma intervenção que poderia subscrever integralmente, o que, além do mais, lhes teria poupado, provavelmente, estes 30 minutos que vos ocupei deste fim de tarde de sexta-feira!

Muito Obrigado

Moderador - Eng.º José António Barros

Dr. António Vitorino, muitíssimo obrigado pela sua magnífica exposição, embora não nos tranquilize completamente, a nós empresários, porque percebemos, realmente, que não temos neste momento condições para falar, não temos outras condições para falar, e realmente, recentes notícias da Alemanha, concretamente aquela que referiu sobre o tratamento a dar a eventual default de pagamento das dívidas soberanas, terá tido, penso eu, pensamos nós, algum impacto muito sensível no custo da dívida, e é muito difícil, ao mesmo tempo, controlar o defice. Como sabe, não há espaço para mais impostos, e do lado da despesa não é imediato, não é fácil, é um trajecto penoso, quando do outro lado os juros da dívida começam também a aumentar. Esta é uma grande preocupação, e portanto, face as duas magníficas exposições que temos na mesa, teremos que pedir, exigir ao nosso governo que cumpra rigorosamente o PEC, foi isso que o Dr. António Vitorino nos aconselhou, e teremos nós que trabalhar muito, trabalhar melhor e trabalhar mais, trabalhar com inteligência para sermos capazes de fazer alguma coisa pelo futuro deste país. Eu não resistia a deixar-lhe uma questão, peço-lhe imensa desculpa, não é mesmo da norma, mas eu tenho ouvido falar muito sobre a perda de independência, a perda da soberania, que vem do facto de, realmente, haver uma interferência externa sobre as contas das economias europeias e os orçamentos e a política orçamental, não nos que dizer nada sobre isso?

Dr. António Vitorino

Muito obrigado pela questão que me coloca, à qual me sinto tentado a responder quase através de uma pequena "blague"! Não por qualquer tipo de desvalorização da pergunta, claro está, mas tal como há alguns anos atrás ainda conseguiríamos fazer manifestações e declarações solenes contra "Bruxelas", nos tempos que correm, não me parece que venham a ter sucesso manifestações contra os "mercados financeiros" em abstracto ou contra o fundo de pensões da ATT, ou contra o fundo de Equity x ou y que pressionam a nossa dívida soberana! Sejamos, pois, pragmáticos, de pouco nos serve reivindicarmos uma soberania do passado que já não tem condições de aplicabilidade no Mundo global em que vivemos, mas atenção, não se trata de não ter condições de carpir mágoas por uma soberania perdida por estarmos na União Europeia, já que, se num momento de desvario nacional acabássemos por sair do Euro, recomendaria a leitura de um estudo muito interessante feito recentemente na Alemanha, que prevê que, para um país que saísse do Euro e reintroduzisse uma moeda nacional, tal implicaria, provavelmente, um empobrecimento global do país que poderia variar entre um mínimo de 25% do PIB e até mais de 40%! Se nós estamos dispostos a dizer que a tal soberania que, aliás, não sabemos se e como funcionaria depois de formalmente readquirida, vale um empobrecimento brutal do país, pague quem quiser, que é caso para parafrasear um "slogan" hoje na moda e dizer " que eu não pago!"

(Intervenção revista para publicação pelo autor, que optou por manter a estrutura da oralidade da própria conferência).

ENCERRAMENTO

Eng.º José António Barros

Bom, resta-me agradecer aos brilhantes oradores que, ao longo do dia, animaram estas primeiras jornadas da Fundação AEP e da Fundação de Serralves, agradecer na pessoa do Sr. Presidente da Fundação de Serralves, ao Sr. Eng. Braga da Cruz, enfim, as facilidades que nos foram concedidas para esta realização, e convidar todos para um Porto de Honra.

Muito obrigado.



AEP
FUNDAÇÃO

SERRAVES

KPMG

